

**ANAIS DA MOSTRA DE FILMES AMAZÔNIA SEGUNDO ADRIAN COWELL
50 ANOS DE CINEMA
CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL
BRASÍLIA**

09/12/2008

ABERTURA

Luiza Andréa Moraes Cardoso: A Etapa Brasília é uma atividade prevista no projeto *Histórias da Amazônia - 50 anos de memória audiovisual*, que trouxe para o Brasil, com o patrocínio da Petrobras, o acervo doado por Adrian Cowell para a Universidade Católica de Goiás. O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) está realizando esta mostra de filmes, de 9 a 14 de dezembro de 2008. Convido o gerente de programação Luiz César Rossato, para falar um pouco sobre o CCBB para vocês.

Luiz César Rossato: Bom dia a todos, sejam bem vindos. O meu papel é, em primeiro lugar, dar as boas-vindas a todos vocês e agradecer à Luiza e à Stella, e ao patrocínio da Petrobras. E desejar uma boa semana, com esse trabalho maravilhoso do Adrian. Agradecer à Universidade Católica de Goiás pela cessão do acervo, por termos a possibilidade de trazer para Brasília, mostrar esse trabalho. Para aqueles que não conhecem, nós do CCBB temos uma atividade regular de cinema, teatro, música e exposição. Se vocês quiserem, tem também o nosso livreto disponível para todos que queiram conhecer um pouco mais a nossa programação. Desejo a todos uma boa mostra.

Luiza Andréa Moraes Cardoso: Obrigada, Luiz, nós é que agradecemos ao Centro Cultural por nos receber. Antes de começar a projeção do filme, como hoje é um dia especial, gostaria de convidar a coordenação técnica do projeto para dizer algumas palavras, e também algumas pessoas envolvidas diretamente nesse projeto. Eles vão falar um pouco sobre como foi trazer esse acervo para o Brasil: a coordenadora técnica do projeto e pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC) no Rio de Janeiro, Stella Oswaldo Cruz Penido, o documentarista John Adrian Cowell e o Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Sílvio Da-Rin.

Stella Oswaldo Cruz Penido: Agradeço a presença de todos vocês aqui essa noite, ao Centro Cultural Banco do Brasil por acolher essa mostra de filmes. Quero agradecer ao Adrian Cowell por ter doado seu acervo de filmes sobre a Amazônia, registro de toda uma vida, para o Brasil, para o Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA), da Universidade Católica de Goiás, que são coprodutores dos seus filmes desde 1980. Quero agradecer a presença dos parceiros do IGPA, representados aqui pelo Vicente Rios, que está filmando ali. Quando eu cheguei à Goiânia no final de 2005 havia um impasse. O acervo havia sido doado para a Universidade, mas concretamente nenhuma iniciativa para o seu transporte, com mais de seis toneladas de latas de filme, havia sido tomada. Formatamos um detalhado projeto para viabilizar o transporte deste acervo de filmes, que

acabou vindo por via aérea, chegando no Brasil em junho deste ano. Obtive todo o apoio da COC, no Rio de Janeiro, onde eu trabalho. Fizemos então um convênio de cooperação técnica entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Católica de Goiás. Esse projeto só foi viável graças a inúmeras parcerias, desde o início. Para trazer um acervo de filmes, e a película é um material muito sensível, se ocorrer uma mudança brusca de temperatura, pode criar água dentro das latas. Enfim, teve todo um processo até para fazer o projeto. Primeiro eu quero agradecer à Luiza Andréa Moraes Cardoso, da Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz (SPCOC), que abraçou esse projeto de coração e desde o início tornou-se uma grande parceira e amiga. Agradeço a todos os amigos do IGPA que se empenharam e deram voto de confiança para levarmos a frente esse convênio entre a Fiocruz e a Universidade Católica de Goiás. Agradeço ao patrocínio da Petrobras e do BNDES, que apoiaram o projeto, desde o transporte aéreo dos filmes às etapas de preservação, organização e divulgação do acervo. E agradeço em especial o apoio que a iniciativa dessa doação recebeu da senadora Marina Silva, como reconhecimento da importância do trabalho de Adrian Cowell e Vicente Rios na Amazônia, e pelo projeto *Histórias da Amazônia*, que viabilizou a vinda desse acervo para o Brasil. Cabe a nós, a Fiocruz e a Universidade Católica de Goiás, promovermos a preservação e a divulgação desse patrimônio, agora incorporado ao país. Essa mostra está organizada em 14 filmes com versão em português. Quero dizer que tudo valeu a pena e que sou grata a todos que apoiaram esse projeto, que permitiram estar hoje aqui com vocês abrindo essa mostra. Obrigada.

Adrian Cowell: Estou agradecido de estar com vocês aqui. Como vocês sabem, eu não falo português muito bem. Há quase 50 anos aprendi com os índios no Xingu. Raoni, o chefe Kayapó, foi um dos meus professores. Então eu ainda falo o português básico com sotaque inglês. Esse filme que nós vamos mostrar hoje foi transmitido pela primeira vez pela BBC2 (British Broadcasting Corporation), em novembro de 2005, e foi filmado em 2004 e 2005. O filme acompanha um personagem central, Walmir de Jesus, que está aqui conosco agora, ele pode responder às questões depois. Às vezes, depois da exibição do filme, as pessoas nos perguntam como selecionamos o Walmir. A resposta é que não selecionamos, foi sorte, vou explicar como: nós tínhamos um acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) de Brasília para filmar vários escritórios regionais deles, e o primeiro foi o de Belém. Fomos lá e ficamos sabendo que uma equipe do IBAMA foi expulsa de cidades que tinham muitas serrarias. Uma das cidades se chamava Nova Esperança do Piriá. E ficamos sabendo também que no dia seguinte o IBAMA ia mandar uma equipe grande para essas cidades. Pedimos permissão para filmar essa operação. Pedimos para ir em um de seus jipes, mas a resposta foi que não tinha espaço. Sugeriram-nos que saíssemos duas horas depois, em um táxi. Nós chegamos à cidadezinha e não achamos nenhum sinal do IBAMA. Ficamos perguntando na cidade até chegarmos à prefeitura. Eles emprestaram o telefone para o Vicente Rios, que hoje está aqui, como coprodutor e cinegrafista. Trabalhamos juntos há 30 anos. Ele ligou para o escritório do IBAMA em Belém e soube que o chefe de lá decidiu que a situação era perigosa e cancelou a operação, mas esqueceram de nos avisar. Então estávamos nessa cidade, Nova Esperança do Piriá, pensando o que íamos fazer ali. Decidimos esperar no hotel para ver como a situação ia ficar. Enquanto o táxi estava descarregando nossos equipamentos, o Vicente voltou para a prefeitura. Nós não sabíamos, mas havia um boato na cidade que Vicente e eu éramos pessoas do IBAMA disfarçadas. Quando o Vicente chegou na prefeitura, eles nos contaram que algumas serrarias ligaram

avisando que iam mandar um trator com duas toras grandes para bloquear a saída do nosso táxi do hotel. Felizmente o dono do hotel era também um assessor do prefeito. Ele pediu para a serraria esperar um pouco até que ele tivesse a oportunidade de nos identificar. Nós entrevistamos o prefeito imediatamente e vários políticos, e a situação se acalmou. Mas o prefeito pediu para sairmos da cidade no dia seguinte até onze horas da manhã, porque nesse horário eles iam ter uma reunião para decidir o que iam fazer. Fomos embora e ficamos sabendo através de jornais qual foi a decisão deles - mandar mil homens para bloquear a estrada Belém-Brasília. Enfim, como o IBAMA de lá não estava disposto a nos levar nos jipes seus, e como esqueceu de nos avisar que a operação havia sido cancelada decidimos que talvez esse não fosse o melhor ambiente para fazer o filme. Fomos embora para o segundo escritório do IBAMA na nossa lista, que era Ji-Paraná, onde Walmir de Jesus era chefe do IBAMA. Ele ajudou tanto desde o início que nós pensamos: “Esse lugar é muito melhor!”. Então, esse filme iniciou exatamente com isso.

Sílvia Da-Rin: Eu queria simplesmente manifestar o orgulho do Ministério da Cultura em ter, através da Legislação de Incentivos Fiscais, da Lei Rouanet, possibilitado que esse magnífico projeto esteja se realizando. Mas é uma participação muito pequena nessa conjunção de fatores que a Stella Oswaldo Cruz sintetizou aqui. Em primeiro lugar, para que tudo isso existisse, evidentemente foi preciso que o Adrian Cowell tivesse optado por desenvolver no Brasil boa parte de sua obra documental. Em segundo lugar, que o IGPA tenha se disponibilizado para atuar na coprodução de boa parte desses trabalhos. Um dado fundamental para que tudo isso acontecesse foi a generosidade do Adrian em ter doado para o IGPA esse importante acervo de três mil latas e a partir daí essa iniciativa da Stella, sensibilizando a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para que esse projeto se estruturasse. E a Petrobras e o BNDES também aportaram os recursos que possibilitaram que no centro-oeste viesse a se desenvolver um importante acervo. É claro que um acervo precioso como esse, dessa natureza, certamente vai possibilitar que outras doações sejam feitas. E que a Universidade Católica de Goiás possa, então, se tornar um pólo cada vez mais importante para os pesquisadores da área. Parabéns ao Adrian pelo trabalho, pela generosidade de ter confiado ao Brasil e a uma instituição brasileira as matrizes, os originais dessa obra, que é uma dedicação de amor ao Brasil, à Amazônia e aos índios que aqui vivem, e parabéns à Fiocruz por ter feito essa articulação que agora possibilita não só a mostra que estamos vendo, mas os quatro debates que seguirão. Espero que vocês tenham oportunidade de acompanhar, e a itinerância dessa obra. O mais importante é a permanência dela no Brasil, para ser difundida, conservada e inteiramente disponível para os interessados na Amazônia. Obrigado.

Luiza Andréa Moraes Cardoso: Vamos começar a exibição e queria dizer para vocês que o personagem Walmir de Jesus está aqui, como o Adrian falou. Não tivemos esse privilégio no Rio de Janeiro. Depois ele vai responder às perguntas e vai comentar um pouco sobre a experiência de ter filmado com o Adrian.

EXIBIÇÃO DO FILME *BATIDA NA FLORESTA*

Walmir de Jesus: O filme não mostra, mas eu acho que o Brent Millikan está aqui, o Gabriel Ferreira, eles sabem da batalha que travamos para salvar a Reserva do Marina Alves, o qual me rendeu um processo de um acordo de seis mil hectares de floresta. Esse

era o bloco ligado ao assentamento do Movimento dos Sem Terra (MST), e nós continuamos. Eu tive que sair corrido, minha casa foi invadida, quase que eu morri, não morri por sorte, adentraram a minha casa, no sítio, felizmente minha família não estava no momento, só estava uma senhora. Depois voltaram e eu tive que fugir. Fui ridicularizado pelo IBAMA, que esse filme causou inveja, por uma série de tramoias do órgão, através do Doutor Balizeu, quando nós tivemos um encontro com a Ministra sobre a minha demissão. Pena que eu não tinha um gravador pra gravar o que ele me falou sobre a armação que o próprio IBAMA fez. Mas a vida continua, estou com a consciência tranquila. Fiquei quatro meses foragido em um lugar maravilhoso, perto daquela cachoeira na sede do Pacaás, na comunidade indígena Duruim, do grupo que foi quase dizimado pelo Manuel de Silva, um seringalista da época. Tive o prazer de sentir como eles lutaram para sobreviver. Como remanescentes, sete índios sobreviveram ao massacre. Hoje existem 57 indivíduos. Trabalhei por muito tempo lá. Depois tive o prazer de acompanhar o filme que vamos ver a partir de amanhã, *O destino dos Uru-Eu-Wau-Wau*. Morei com eles sete meses, no antigo chamado Anandaua, grupo guerreiro, não vendem madeira, não deixam garimpar, eles fiscalizam 24 horas os 1800 hectares. Lá nós encontramos aquele grupo de índios extremamente ameaçados, hoje já estão quase extintos, nós não sabemos quantos indivíduos ainda há de uma família chamada Juiriri, e são frequentemente hostilizados por invasores. Nós conseguimos bloquear as invasões na época, graças a Deus, até hoje, o lugar é chamado Serra da Onça e está sem problemas de invasões. Quando eu entrei no IBAMA toda a área estava invadida e, segundo um gerente do IBAMA, disse que era irreversível, nós conseguimos reverter, e o grupo hoje não sabemos como está lá, é um grupo pequeno de pessoas, calculo ao todo 12 pessoas, e em março desse ano descobrimos outro grupo. Parece que é minha sina, ao fazer a fiscalização dos Uru-Eu-Wau-Wau, adentrando atrás de garimpeiro, deparei com outros índios, chamados Uiparaquara, no passado os Uru-Eu-Wau-Wau guerreavam muito com eles. Hoje estou na Fundação Nacional do Índio (Funai), trabalhando uma etnia complicada, muitos vícios, muitos erros e muitas propinas também. No passado, todos conhecem a etnia Cinta Larga, os recursos vão quase todos para lá. Nós temos os Suruí, outra etnia grande também. E duas etnias que ninguém fala, que estão quase extintas, mas estamos conseguindo reverter, estavam abandonadas, que são os Quasar e Dumequens, que é o Saquirapiá. Espero contribuir com a proteção ao meio ambiente e, principalmente, com o povo que vive da floresta, seus verdadeiros donos, que são os seringueiros, os indígenas, as pessoas que amam a floresta e que querem tirar dela o seu sustento, sem a ganância normalmente do branco. Que eles vivam dignamente, sem acumular bens, que dessa terra não levamos nada, a não ser sete palmos de terra na cara, como diz o popular. Estou aberto a perguntas. E muito obrigado, eu estou emocionado. Para falar a verdade, ainda nem tinha visto o filme.

Espectador: É só uma pergunta que vou fazer, pela minha formação de Teologia. Um dos bandidos logo no início do filme, que você tentou combater, citou a palavra Deus, sua formação religiosa. E a nossa formação humanística mostra que qualquer fé que seja, na transcendência, só terá sentido se a imanência tivesse sido vivida com muita ética, moral, responsabilidade. Brasília é uma cidade que recebe muitos políticos, a maioria do mal, alguns do bem. E Brasília aplaude e recebe como uma população acolhedora, trabalhadora. Hoje, nós estamos tendo o orgulho de receber aqui um herói, um cidadão brasileiro, um pai de família, alguém que pensa não só na imanência, mas na transcendência. Eu pergunto, você faz isso por alguma fé?

Walmir de Jesus: A minha fé não vem dessa fé como outras pessoas seguem, que se escondem atrás da capa de uma bíblia e em nome dela aplicam uma série de golpes, usando inclusive o nome de Deus. Todos nós temos fé. Inclusive aqueles índios que eu contatei, que estão isolados, têm a necessidade de ter um deus. Tupanangá é o deus dos Uru-Eu-Wau-Wau, e eles acreditam naquele deus, que não acumula bens, que não mata seus irmãos, que defende seu território e se for preciso matar, eles matam para defender seu ponto de vista. A minha fé vem de uma coisa não explicável, não é essa fé religiosa que as pessoas transmitem, hoje está tudo moderno, através das televisões, dos canais. E muitas vezes as pessoas cometem crimes achando que está correto, achando que em nome de Deus vão destruir o meio ambiente, vão enriquecer o mais rápido possível, vão grilar a terra, porque Deus quer, porque lá está escrito, porque se tiver fé, ele vai enriquecer, vai juntar ouro, e vai para o céu. A minha fé é diferente, é a fé da honestidade, que eu quero para mim, para os outros, é a fé de não acumular riquezas. A minha fé nesse mundo é o mínimo necessário, é a educação dos meus filhos, é a saúde, não só dos meus filhos, como de todo o povo brasileiro, povo do planeta. É uma fé muito simples, eu acho que está baseada na honestidade e no compromisso de transformar essa sociedade que está se escambando para um lado que ninguém sabe aonde vai dar. As teorias dos cientistas estão se confirmando, o que eles falavam há 30 anos sobre o efeito estufa, derretimento de geleiras, inundações, furacões, secas, estão se confirmando. Não precisa ser muito inteligente para observarmos a natureza. Eu estou há 30 anos na Amazônia, viajei quase toda a Amazônia, inclusive a brasileira e a dos países vizinhos, e já notei uma diferença gigantesca no clima, e quero crer, baseado nas pesquisas científicas, que o fato está justamente nisso, no desmatamento, emissão de gases e tudo o mais.

Espectadora: É uma emoção quando nós temos pessoas como o Walmir, que realmente acreditam que estão no serviço público para servir o público. É realmente uma alegria muito grande, parece que há um descrédito coletivo. Eu tenho duas perguntas para fazer, em relação ao estado atual, que é a continuidade do desmatamento na Amazônia. O que você pensa, considerando que aquele sistema que foi mostrado lá já está implantado. Parou? Continua? Ele tem sido um instrumento importante, via satélite, de controle, GPS? Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é por que no filme, e aí o Adrian talvez possa responder, não se enfocou os consumidores? Porque normalmente a cadeia final, a compra, por que não pega quem compra? Se não tiver comprador de mata nativa, não existe mercado. Por que nunca se enfoca esse mercado, no seu entendimento?

Walmir de Jesus: Existe hoje ir atrás do receptor da madeira legal. É muito difícil no sistema burocrático, arcaico e corrupto, que foi bolado na época, que é a tal das ATPF (Autorização de Transporte de Produtos Florestais), que são as guias, de você ir atrás. E também não acredito hoje, fazendo uma reflexão, no modelo que estamos de combate ao desmatamento. Nós estamos indo atrás de um defunto. Depois do desmatamento, está lá o defunto pronto para ser enterrado, só a cinza, não adianta muito. Nós temos que interceptar esse desmatamento antes, nós não resolvemos o problema fundiário da Amazônia. Todo tipo de aventureiro vai para lá com um machado na mão dizendo o seguinte, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) recomenda: “Com desmatamento, você ganha terra. É sinal de desenvolvimento”. E se não mudar isso, a cabeça arcaica do pessoal do Incra que recomenda que para você ganhar um lote terra, você tem que desmatar, e foi

na época de 1970, o Adrian acompanhou isso, e continua até hoje, não vai resolver. Eu acredito em uma forma muito simples, como hoje tem um colapso de matéria-prima – no caso madeiras tropicais – para o mundo, nós poderíamos fazer aqui talvez então – usando uma palavra chucra – um cartel da madeira da Amazônia. Ou seja, incentivar os planos de manejo, você pode gerar emprego, o eco-turismo, a recuperação das áreas degradadas. Existem duas linhas no Brasil hoje, a linha que é a sustentabilidade, de proteção do meio ambiente, que tem um tostão, e tem outra linha, que é a desenvolvimentista, que tem um trilhão, para desmatar. Quem está na Amazônia há 20, 30 anos, se eu chegar no Banco do Brasil e optar por um tipo de crédito, “Meu amigo, eu sou um reflorestador e quero reflorestar essa área aqui, qual é a linha de financiamento?” Não existe. A linha de financiamento por carência é de, no máximo, oito anos. E uns chegam plantando soja, com um trator para garantir, aí têm o financiamento na hora. Então o que ele vai fazer, entre um reflorestamento e um desmatamento? Os grandes latifundiários, principalmente de soja e afins, nunca pagam o financiamento. Vão renegociando por 30 anos, entram em crise, ganham a mídia. E para a proteção ambiental não existe isso. Se eu fizer um reflorestamento como eu fiz, plantei 70 mil árvores na Amazônia, e se fosse 100 mil, com oito anos eu teria que começar a pagar. E se eu fosse viver da madeira, como acontece lá fora em outros países, eu não ia dar corte com menos de 25 anos, então tem que mudar esse pensamento. Eu não sei se eu respondi a sua pergunta. A outra coisa seriam os produtos da Amazônia, tem uma série de coisas, o trabalho da Embrapa, em Ouro Preto do Oeste. Se você vê a pesquisa que tem lá, a maioria para gado leiteiro, para cana, para o açaí não tem, para outro tipo de produção da Amazônia infelizmente não tem, porque não é o objetivo do governo que resolvam o problema. Eu sou um pesquisador, e o que eu tenho é um rude conhecimento, eu não sou formado em Agronomia. Eu vou estudando, lendo, praticando. E os meus professores são os indígenas, os caboclos, os ribeirinhos e os seringueiros, que há séculos fazem isso. Como eu falei no começo, nós fomos atrás do defunto. Acho que esse sistema é eficaz, mas para prevenir, para antecipar, ele não serve. Recentemente, foi uma grande operação de invasão dentro do Uru-Eu-Wau-Wau, a minha colega da Funai estava junto. Tiraram 400 invasores, o grande líder ligado a movimento nenhum, Élson Cavalheiro, invade sistematicamente essa área, e nós tiramos. E os juízes, o que acontece? Não processam o cara, fica anos. Os equipamentos estão dentro da floresta, são motosserras, caminhões, motos, não se faz apreensão, é tudo legal. O advogado diz um monte de mentiras e o juiz acaba soltando aquele equipamento que danificou a floresta. Ou seja, ele não tem uma punição adequada nem no bolso, nem no tribunal. Enquanto nós tivermos essa sociedade, a elite brasileira que manda nesse país, com esse pensamento, eu estou convicto que não vamos resolver. O dia em que os juízes, os justos com os danos ambientais, aplicarem a lei - a lei brasileira é muito boa - aí sim, o dia em que o governo mostrar as alternativas econômicas, sem demagogia nenhuma, nós vamos mudar.

Walmir de Jesus: A maioria está em torno de reserva indígena para documentar a madeira ilegal que está dentro da terra indígena ou de parques. Se a sociedade, em vez de ficar parada, fizer uma manifestação, pressionar para mudar esse conceito na cabeça dos nossos dirigentes, em 50 anos, nada se resolverá, obviamente. a Amazônia não vai durar muito.

Carlos Felipe: Meu nome é Carlos Felipe e eu sou servidor do Ministério do Meio Ambiente. Nós vinhamos acompanhando o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, que é constituído por três eixos. Parece que boa parte do êxito

na queda das taxas de desmatamento, do período de 2004 a 2007, que caiu 60%, e no último ano, 2007 a 2008, manteve um dos patamares mais baixos da História, desde o monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que o êxito das ações foram fundamentalmente pelas ações de fiscalização do IBAMA. O próprio IBAMA afirma isso, e imaginamos que se trata de uma leitura correta do trabalho como você vem fazendo lá, no difícil estado de Rondônia. Rodando aquele interior ali de Rondônia, o norte do Mato Grosso e a Transamazônica, percebemos que, de fato, houve um incentivo enorme por parte do governo federal, ainda na época em que era ocupada pelos militares, de jogar as pessoas lá para ocuparem as terras, desmatar metade para ganhar o lote. Acontece que de lá para cá parece que não mudou muito a técnica, a extensão rural, alternativas econômicas, que não essas que são trazidas de outra região, porque os colonos não sabem fazer outras coisas a não ser derrubar e usar a queima para a agricultura, não têm alternativa senão essa, então as atividades econômicas são ligadas às atividades ilegais, e fica esse conflito que foi muito bem exposto no vídeo. O que eu quero que você comente, não é uma pergunta, é se nós não estamos falhando com políticas de fomento, políticas tributárias, econômicas que induzam a um outro modelo de desenvolvimento, alinhado com a vocação natural da Amazônia.

Walmir de Jesus: Eu acho que tentei falar na minha fala anterior justamente isso. O que está faltando é mudar esse modelo antigo, da época do governo militar, do Cabral, que chegou aqui e continua até hoje. É preciso que os pensantes do governo adotem uma outra linha, de aproveitar a riqueza que nós temos não só na Amazônia como também no cerrado, no resto da mata atlântica, porque em tantos casos que a floresta em pé é muito mais rentável, gera muito mais emprego do que a pecuária. E a Amazônia está se transformando em uma grande savana, a verdade é essa. Se você olhar a produção de alimentos, é leite, carne. E está virando campos de braquiárias, braquiarião. É preciso que a sociedade cobre, que nós insistamos no manejo florestal que gera emprego, é renovável, renova a floresta, mas que seja feito com critérios. Não esse manejo que está aí, da ilegalidade, de acobertar. Eu fiz uma denúncia de cinco páginas, que sai das áreas indígenas, sobe um pouco o distrito de Rondônia, na área dos Cinta Larga, Suruí, Zoró, saem 4 mil m³ de madeira todos os dias. Essa madeira tem que ser legalizada, porque lá na saída de Rondônia tem uma barreira que é fiscalizada. Como que isso é regularizado? Eles põem um manejo falso. E a redução do desmatamento, do meu ponto de vista é: quando diminui o desmatamento na Amazônia é porque a economia agrícola vai mal, o preço da soja cai, o preço da carne cai internacionalmente, então os fazendeiros recuam as ferramentas, a motosserra, o machado, se preparam para vir uma época boa. Quando estoura o preço da soja e tem problema na colheita mundial, nos Estados Unidos principalmente, os caras vêm com força, dá aquele pico de desmatamento. Esse é um dos fatores. E a fiscalização também ajuda bastante, quando é feita com critério.

Espectador: Eu acho que esse tipo de coisa acontece, tudo que vimos nesse filme, porque existe uma demanda, existe mercado para essa madeira. Eu fico imaginando e queria que você me respondesse quem é que cria essa demanda, quem é que demanda essa madeira, que compra essa madeira ilegal, que faz uso, que transforma essa madeira, é gente do Brasil, é gente de fora, é tudo isso, quem é?

Walmir de Jesus: Segundo os últimos estudos de dois anos atrás, as nossas exportações de madeiras tropicais geram 14%. Ou seja, o restante é consumido no Brasil. Como o país está crescendo muito, a demanda da madeira é muito alta e nós não temos reflorestamentos apropriados para atender essa demanda. É um crime pegar uma floresta tropical lá há 100 anos para fazer tábua, laje de casa, só acontece aqui. Nós temos uma série de madeiras já provadas, na Amazônia, que com dez anos dá corte, chamado piso amazônico. Eu estive na Europa, tive o privilégio de ir a Suécia, os caras plantam floresta lá, são de 40 a 60 anos, dá três safras do Brasil. Todos plantam lá, pelo menos onde andei, todos os agricultores têm o seu reflorestamento. E não é o governo que impõe, não. A própria indústria consumidora é que vai lá e incentiva o reflorestamento. Aqui no Brasil, não. O madeireiro brasileiro não é madeireiro, é pecuarista. Se vocês forem a um desses da vida, eles não têm manejo, a terra dele é só gado nelore. Você acha que um cara desse vai incentivar um pequeno produtor a reflorestar? Essa corja que fala que sustenta, que dá emprego, na verdade não dá emprego nenhum, é a indústria itinerante, que não deve durar nem dez anos, no máximo. Por que o desmatamento em Rondônia diminuiu, é o quarto estado no país? Não existe floresta. A ponta de lança hoje está dentro da área indígena, dentro das reservas, é o último reduto de matéria-prima de Rondônia hoje, são áreas de conservação. Está muito difícil controlarmos isso, porque tem essa mentalidade do consumidor que não quer saber de onde vem, qual é a origem da madeira. E dessa mentalidade do governo que acha que, com essa propaganda enganosa, está resolvendo o problema. E não está. A imagem de satélite é cruel e não mente. Apesar de que “maquiam” sempre para baixo o desmatamento, ou para área que mais cresce – a “garganta” lá falando que está errado, não sei quem grita para cá, refaz os cálculos, mas é crua. Eu sobrevoei praticamente toda Rondônia. E se verificar as imagens de satélite mais recentes vai ver lá um vermelhão e o verde, que são os sinais de conservação, as áreas indígenas, que está sobre uma pressão gigantesca, se não tomarmos cuidado. Pegando hoje uma floresta para o futuro, que deveria ter um cuidado hoje, passou esses dias aí no jornal, 28% de desmatamento, mentira! É muito mais desmatamento, a corte raso, 100% de toda a madeira que vai para as cidades vizinhas sai dessa única reserva. E não fazemos nada, a sociedade não faz nada, o homem não faz nada. Por quê? Aquele velho discurso: para criar impacto social.

Espectador: Existe alguma defesa contra o satélite?

Walmir de Jesus: Não. O satélite pode ser manipulado pelas pessoas que mexem naquela imagem, botam o verdinho para lá, um amarelinho para cá. Pode ser manipulado. Mesmo com o corte seletivo já dá para descobrir, não tem como enganar. Basta uma boa equipe, uma boa vontade. Pois é, não é só em Cojubim, é Alto Paraíso, Machadinho d'Oeste. Esses dias nós fizemos umas operações aqui dentro da área dos Suruís, só em conversar com os índios, só com o diálogo, 80% das madeiras extraídas dos Suruís já pararam. O que eles querem? Querem uma alternativa. Viabilizamos um projeto agora para a castanha. Eles já estão com um estoque lá de 10 a 15 toneladas de castanha. É isso que o governo tem que incentivar. Agora para quem é que eu vou vender essa castanha? Vou vender para o primeiro atravessador. O frigorífico tem uns 60, o laticínio tem uns 100, uma beneficiadora de castanha tem zero. Com essa política, como é que vamos defender o desmatamento? Nunca! Nós temos que incentivar as indústrias que beneficiam o produto. Vemos hoje a Natura na Amazônia comprando de determinada comunidade, mas é um grupinho muito pequeno. Tem que divulgar isso, que aumentar as empresas, o óleo de copaíba hoje é

vendido a R\$ 30, os índios vendem a R\$ 30. Sabe quanto custa uma tora? R\$ 10,00. Qualquer um que tenha um pouco raciocínio sabe que é muito mais viável manter a copaibeira em pé, que de dois em dois anos ela vai dar óleo, que se tiver 10 litros rende R\$ 200, do que vender a árvore e matar a galinha de ovos de ouro por R\$ 10 e nunca mais você vai ver espécie igual. Precisa ter gente em campo para conhecer os índios, o seringueiro, o colono. E a população hoje da Amazônia é 10% da população brasileira. Não tem um inchaço como nos outros centros, mata atlântica ou cerrado do Brasil. Lá nós estamos ainda privilegiados, nós temos ocupação, mas de apenas 10%.

9/12/2008

EXIBIÇÃO DO FILME *A TRIBO QUE SE ESCONDE DO HOMEM*

DEBATE

O PARQUE INDÍGENA DO XINGU E O MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL

Coordenadora:

Bruna Franchetto

Nas décadas de 1960 e 1970, muitos antropólogos foram contrários à política dos irmãos Villas-Bôas; especialmente a prática de levar tribos recém-contatadas, como os Ikpeng, Panará, Suyá e Kayabi, para dentro do Parque do Xingu. Essa política tirou os índios de territórios ancestrais e colocou em risco os seus direitos constitucionais a uma terra indígena. Os Villas-Bôas argumentaram que naquele contexto de desenvolvimento desenfreado, com o avanço de madeireiros, garimpeiros e grileiros na floresta amazônica, não havia outra maneira de preservar as tribos da extinção. Esta mesa teve como objetivo retomar este debate do ponto de vista histórico e avaliar o movimento indígena hoje no Parque, refletir qual é a contribuição do Parque do Xingu para o movimento indígena brasileiro.

Bruna Franchetto: Imagino ser o primeiro debate da temporada brasileira da mostra dos 50 anos de Amazônia segundo o nosso Adrian Cowell. A primeira temporada foi no Rio de Janeiro, agora em Brasília, a próxima e final será no Acre. Vou apresentar rapidamente os que estão aqui. Em primeiro lugar eu, sou a coordenadora Brunna Franchetto, sou professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fiz 32 anos de Xingu como pesquisadora. A minha direita Mairawê Kayabi, velha nova liderança do Parque do Xingu, e ao seu lado está Mutuá Mehinaku, nova liderança do Alto Xingu, Kuikuro e Mehinaku.. O Márcio Meira, presidente da Funai. A minha esquerda, Adrian Cowell e André Villas-Bôas, coordenador do programa Xingu do Instituto Socioambiental - ISA. Pela ordem que eu imaginei, o Adrian começaria com algumas ponderações, alguns pensamentos extemporâneos. Em seguida, vamos continuar com o Mairawê, que vai lembrar dos velhos tempos, o que eles significam para os dias de hoje, Mutuá, em seguida Márcio e conclui, gloriamente, o André. Essa é a minha proposta como coordenadora. Adrian, por favor, conte você.

Adrian Cowell: Primeiro eu vou falar sobre os problemas do Xingu em 1969. Eram os últimos dias em que eu estive lá, e tinha várias razões pelas quais eu não voltei para o Xingu depois. A maior era que surgiu uma discussão feroz entre os antropólogos e os

sertanistas, especialmente com Orlando e Cláudio Villas-Bôas. Sydney Possuelo, que está aqui, vai lembrar bem, ele estava no Parque do Xingu naquela época. A discussão tinha dois lados e todos os dois tinham razão. Os antropólogos criticaram a política dos Villas-Bôas de levar tribos de fora para dentro do Xingu. Eles diziam que isso colocou em risco seus direitos face à Constituição do Brasil, a sua terra indígena. Eles diziam também que era perigoso, pela tradição dos índios, colocar várias tribos inimigas dentro do mesmo lugar, onde elas poderiam brigar umas com as outras. Os Villas-Bôas, naquele tempo, argumentaram que era uma época de desenvolvimento muito desenfreado, com garimpeiros, grileiros, madeireiros, caçadores, colocando pressão de todos os lados em cima do Parque. Os Villas-Bôas não tinham outro motivo, a não ser querer que aquelas tribos não se extinguissem. Dentro do Parque as tribos tinham proteção de lei, do governo e também proteção medicinal, que foi muito importante para os índios logo depois do contato. Eu estive com os Villas-Bôas na primeira expedição deles para a tribo Panará, e depois de dois anos de contato, 80% da tribo estavam mortos. Essa era uma ameaça muito real de possibilidade de extinção. Cláudio levou de avião os 79 sobreviventes dos Panará para o Xingu e eles pareciam vítimas de campo de concentração da Alemanha na época dos nazistas. Realmente, eu nunca vi um povo tão magro e tão doente como eles. Mas ali dentro do Parque eles se recuperaram, aumentaram a população, especialmente aumentaram a autoconfiança. Confiança é uma das primeiras coisas que caem quando brancos fazem contato com uma tribo desconhecida. Finalmente os Panará voltaram para a área deles ajudados pelo André, e conquistaram dentro da lei 500 mil hectares de floresta ainda em pé. Eu acho que os dois lados, dos antropólogos e dos sertanistas, tinham razão na posição deles. O que foi mais arriscado e que eu vi pessoalmente era o problema de uma tribo encontrando outra lá no Parque do Xingu. Em 1967, estávamos filmando em volta do posto de Diauarum quando chegou um boato que a tribo Kamaiurá estava pronta para descer o Rio Xingu para fazer uma visita a Diauarum. E vários índios me perguntaram se eu sabia se isso era verdade ou não. Eu senti que eles estavam muito nervosos. A última vez que a tribo Juruna foi visitar os Kamaiurá, estes pediram para ver as armas deles e, quando todas as espingardas estavam na mão dos Kamaiurá, eles mataram muitos índios Juruna. Os Suyá tinham atritos antigos com várias tribos do Alto Xingu. Os Trumai estavam em Diauarum especificamente porque eles estavam fugindo dos Kamaiurá lá em cima. Então eu perguntei ao Cláudio se ele ia fazer alguma coisa para reduzir esses problemas e promover mais calma na área. Ele disse, especificamente, que não. O argumento dele era que as tribos precisavam aprender a conviver uns com os outros, e essa deve ser uma coisa que eles aprendem através de suas culturas e da nova situação, sem que ele os guiasse. Na visita dos Kamaiurá eles dançaram em frente do centro do posto de Diauarum, tendo como plateia outras tribos. Eles dançaram todos os dias por três ou quatro horas. E isso criou um clima de nervosismo, até febril, não sei se essa palavra é certa, mas no inglês é *fever*, parece que eles tinham malária de tanto nervoso. Subitamente morreram dois homens dos mais fortes de Trumai, o Kaluene foi morto por um Juruna, e Javaritu foi morto pelo Tapiokah, um Kayabi. Tinha outro problema, os Kamaiurá estavam namorando três ou quatro das mulheres da tribo Trumai e no fim as levaram para viver lá no Alto Xingu. Eles também ajudaram os pajés dos Trumai, tinha dois velhos Trumai. Os Kamayura fizeram muitas adulações para eles, dizendo que eles eram os únicos que sabiam as lendas antigas, e esses dois pajés também foram com os Kamaiurá rio acima. Com isso, a política do Cláudio caiu completamente - sem ele fazer nada. Cláudio estava tentando ajudar a tribo Trumai para não deixar a tribo cair em extinção. Mas durante essa visita os dois pajés mais importantes

foram embora, e também as únicas mulheres que poderiam ter filhos. Como o chefe Trumai que ficou em Diauarum por um tempo é meio paralisado e tinha só mais umas três pessoas, a tribo acabou. Eu ouvi Cláudio se queixando com Tacumã – que era chefe do Kamaiurá – que ele acabou com essa tribo; que ele, Cláudio, estava tentando preservar. Isso mostra que tipo de problema tinha lá nessa época. Eu estou muito interessado para ouvir Mairawê ou Mutuá, como eles resolveram esse problema? Nós temos agora o Parque do Xingu relativamente, com paz, com um total de mais índios e ninguém está matando outro índio. Isso foi o que eu vi naquele tempo. Vamos ver o que as pessoas agora, 30 anos depois, como eles acharam que os índios resolveram esse problema?

Bruna Franchetto: Bom, Adrian ou Adriano como é ainda lembrado lá no Parque.

Adrian Cowell: Raoni deu o nome de Adrião.

Bruna Franchetto: Adrião e Adriano, na verdade, ele fez uma pergunta, provocou o Mairawê e o Mutuá. E são duas vozes distintas. É uma diferença razoável de idade entre os dois, o Mairawê testemunhou essa história que o Adrian comentou, e o Mutuá ouviu as histórias, sobretudo do avô – que foi uma figura importante, como intérprete e tradutor dos Villas-Bôas no Alto Xingu. Passo então a palavra para o Mairawê.

Mairawê Kayabi: Eu assisti ao filme aqui do Adriano, para mim foi uma coisa muito emocionante porque as lideranças não estão mais conosco. Mas ao mesmo tempo me fez lembrar todo esse tempo que eu cheguei a participar um pouco do trabalho dos Villas-Bôas e das lideranças, os grandes, que foram até mesmo para mim professores, que deixaram uma aula comigo e para todos nós da comunidade do Xingu. Quando eu vi o filme fiquei lembrando deles, mas eu sei que eles falaram assim para mim: “Olha, hoje o nosso mundo não é mais como antigamente. Hoje está aparecendo um outro povo, uma outra gente, que não deixa (as lideranças) desaparecerem de uma vez por todas. A nossa maneira de ver, de pensar. Quando sumimos da família, parece que na deles não desaparece de uma vez por todas, de vez em quando aparece”. E o que é que ele quis dizer com isso? Ele falou que hoje tem filme, fotografia e tudo mais. Com isso, toda vez que vocês nos vêem, vocês lembram de nós e lembram do que nós falamos para vocês, e isso vocês podem guardar. E assim foi aqui para mim agora, vendo aí os filmes e até mesmo a voz, o que eles estavam falando, me fez lembrar tudo o que eles falavam para nós. Esse mundo que estamos vendo hoje, o mundo da civilização não índio. Primeiro eu queria responder aqui ao Adriano, tudo o que ele falou, realmente, a intenção, a maneira de vermos os nossos companheiros índios, outra tribo que antigamente nós não tínhamos esses contatos entre nós, de conversa. A não ser esse grupo, o pessoal do Alto, por exemplo, já era uma coisa mais diferente, era mais entre eles mesmo, o que o meu companheiro aqui, vai contar para vocês, como é que eles viviam entre eles. É a mesma coisa do pessoal do Alto, eles com medo de nós e nós com medo deles. A política dos Villas-Bôas, essa parte de índio trazendo outros índios para conversar, para conhecer a vida do outro, isso foi muito bom, porque nós nos conhecemos, nos entendemos. Com 15 etnias, cada um falando a sua língua, e nós nos entendemos. Até mesmo esses problemas de brigar um com o outro acabou entre nós no Xingu. A partir do momento que soubemos que o nosso inimigo não era esses nossos parentes, que o nosso inimigo era não índio, aqueles que invadiam e nos expulsavam de nossas terras, aquele que vinha desrespeitando a sua família. Tudo isso nos fez entender, e no Xingu vivemos agora

em uma harmonia de alegria e comunicação direta, principalmente com a organização dos índios, nos comunicamos mais, tem mais participação política, quando podemos reunimos todo o parque para discutir o problema e como fazer para resolvê-lo. Quanto a isso agora é tranquilo, Adriano, pode ficar tranquilo aí. Quando você foi lá realmente tinha essa confusão de problema, mas agora estamos preparados para outra defesa. É isso. Eu posso fazer uma parada aqui para o pessoal, se quiser, me fazer mais umas perguntas, eu posso responder.

Mutuá Mehinaku: Meu nome é Mutuá. Queria dizer que eu estou muito feliz de estar aqui com pessoas importantes. Eu já ouvia falar deles, há muito tempo meu avô falava do Adriano. Ele chegou aqui e trouxe um monte de presentes para a comunidade, todo mundo ficou feliz. Eu só ouvia essa história. E contava sobre esse contato com o Orlando Villas-Bôas, a chegada dos brancos no Xingu, contato entre o índio e o branco. Esse filme confirma tudo isso, realmente aconteceu. Lembro também da história da criação do Parque do Xingu e confirma toda aquela história que o meu avô me contava que aconteceu: a divisão da terra do Parque do Xingu, o governo do estado loteou tudo, Xingu era todo dividido e nosso povo não sabia, todo mundo falava: “Ah, chegou meu branco aqui!” e todo mundo ficava feliz. Eles não sabiam que eram pessoas que pretendiam ocupar aquele lugar. O Alto Xingu tem nove povos indígenas, na região sul do Parque. O Parque Indígena do Xingu localiza-se no estado do Mato Grosso. Nosso povo vivia, pelo menos os Kuikuro, Kalapalo, Mehinaku, viviam sem guerra, não atacavam outras aldeias, faziam suas festas, seus rituais. Uma das festas mais conhecidas é o Kuarup, uma homenagem aos nossos mortos. Não atacavam Ikpeng, Krenakrore, Yawalapiti, todo mundo vivia assim, politicamente, culturalmente unido. E até hoje nós continuamos vivendo em paz, sem guerra, fazendo nossas festas, nossos rituais. Víamos outros índios, Kayapó, Juruna, Kamayurá, Suyá, cuja tradição era fazer guerra, essa era a cultura deles. A nossa cultura não é fazer guerra, é fazer paz, festas, convidar outras aldeias para participarem das nossas festas, comer a comida, essa é a nossa tradição. Cada grupo tem as suas, tinha a sua política e cultura diferente. Kayabi tem a sua tradição, o modo de viver que eles constroem é diferente de nós, eles iam fazer guerra com os outros grupos. Com isso nós diferenciamos o nosso povo. Depois, os Ikpeng começaram a atacar os Mehinaku, começaram a atacar os Waurá e se tornaram inimigos. Roubavam as crianças do Waurá. Estes, com a ajuda dos brancos, garimpeiros que viviam na cabeceira do Rio Xingu, quase acabaram com os Ikpeng, fizeram uma guerra com arma de fogo com a ajuda dessas pessoas. E isso era política na época. Falando do contato, a política dos Villas-Bôas, como disse no filme, era juntar os grupos, trazer Ikpeng, Kayabi para o Xingu, para salvar a vida desses povos que estavam quase acabando, a doença estava quase acabando com eles. Os Villas-Bôas foram salvar o grupo e transferiu para o Xingu. Do ponto de vista da salvação de um povo, é bom. Assim, vendo outro lado, do contato, da perda da cultura, perda do seu território tradicional, Ikpeng saiu do seu território tradicional para o Xingu, onde eles necessitavam dos recursos naturais que eles costumavam usar, fazer no lugar deles, falta de peixe, o tipo de peixe que eles gostam de comer que somente naquele lugar existia, e no Xingu não existe, os materiais que eles usavam. E também foi assim para os Kaiabi, eles foram transferidos para o Parque e perderam seu território, esse é um lado negativo para o nosso povo. É um pouquinho dessa comparação, falando os pontos negativos e os pontos positivos para a política do contato. E respondendo a pergunta do Adriano, Adrian Cowell, agora a política no Xingu não é mais brigar com Kaiabi, com Ikpeng, não é mais roubar as crianças de

outras aldeias, a política agora é defender o nosso território: Parque Indígena do Xingu, Parque Nacional do Xingu. Essa criação foi grande, polêmica e no primeiro ante-projeto tinha grande terra para preservar e grande terra para os povos indígenas, depois foi diminuindo, muita gente abrindo picada, abrindo limite do Parque. Meu avô e minha mãe me diziam: “Muitos brancos vieram aqui para o Xingu e abriram picada. Não sei o que eles estão fazendo”. Ninguém sabia que eles estavam fazendo limite. Todo mundo gostava dos brancos, iam lá trocar, recebiam presentes. Eles não sabiam que nós estávamos perdendo a terra, a maior parte da terra. Aí Orlando falou para o meu avô: “Agora sua aldeia está fora do limite, agora você pode falar para o seu povo para vocês mudarem para o Médio Xingu”, meu avô perguntou: “O que vamos fazer lá? Eu não conheço o lugar. Nós vamos perder, temos o cemitério aqui, nossos pais foram enterrados aqui, como é que vamos abandonar isso?”. As demais lideranças da aldeia falaram: “Não, o que vamos fazer lá no meio do Xingu, que é um lugar que não conhecemos?”, e meu avô falou para Orlando: “O pessoal falou que eles não querem ir para lá. Queremos permanecer aqui. O nosso lugar é aqui, nós não vamos para outro lugar”. De novo houve negociação, o Orlando saiu do Parque, veio para cá, Brasília, Rio de Janeiro, negociando, e depois ele voltou com a notícia boa que conseguiram ampliar mais a parte do sul do Parque. Muita gente, os empresários falam: “É muita terra para o índio”. E agora estamos vendo a briga com a demarcação da Raposa Serra do Sol, e falaram: “40% vai pertencer aos povos indígenas, será que 40% é grande para os povos indígenas? Porque só colocamos ali 40% e é muito”. Não é. Não é muito, já perdemos muito. Como é que eles falam 48% para os índios, será que é muito ou não? Essa política agora está muito atrasada, desde 1970 que a política indígena, o movimento indígena cresceu muito no Brasil e estamos aqui, eu estou aqui representando a comunidade do Alto Xingu e falando dessa política dos anos 1970 e como é que é a política de hoje no Xingu. Estamos agora como meu companheiro Mairawê disse, o inimigo agora é o branco. É isso, para qualquer pergunta eu estou aqui. Obrigado.

Bruna Franchetto: André, o velho e o novo desafio. O que está acontecendo no Parque, perto do Parque, tem novidade, não tem, novas políticas, novos perigos, novas ameaças?

André Villas-Bôas: Tudo em movimento sempre, só muda o tipo de ameaça. Primeiro quero agradecer ao Adrian por trazer essas imagens. Eu também senti um pouco o que o Mairawê sentiu, esse filme me traz sentimentos contraditórios, da mesma maneira que eu tenho um fascínio, uma apreensão sobre o desfecho de um processo de contato, que é sempre uma coisa no limite, que todos nós já sabíamos naquela época que fugia ao controle de todo mundo, o que poderia acontecer com aquelas populações. E também tive a oportunidade de rever várias pessoas do Parque que já não estão mais conosco. Mas gostaria de retomar a palavra do Mutuá no sentido de que o Parque do Xingu, eu acho que ficou claro, é um projeto de governo, foi um projeto do Estado brasileiro daquela época, inclusive não participaram da sua delimitação nem da definição desses limites. Aquela era outra época, difícil julgar sem considerar as condições políticas e históricas daquele momento. Era uma época em que se apostava que os índios iam acabar, que iam ser integrados à sociedade nacional e que, portanto, destinar um território da dimensão do Parque era algo inconcebível. Foi uma longa disputa, o Mutuá chegou a falar sobre o decreto de criação do Parque, ele nasceu como uma coisa híbrida, era um misto de área indígena e de reserva, uma unidade de conservação. O primeiro decreto tem essa característica muito clara de uma coisa ligada às paisagens, nem se falava na biodiversidade

na época, mas era uma coisa ligada às paisagens e aos povos, e tinha uma possibilidade de dupla gestão, tanto o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), quanto o órgão, que eu não me lembro o nome, que na época era responsável pela questão da conservação das áreas de preservação. Isso já mostra o conflito, de sinal, de uma área que tinha milhões de hectares para uma população como essa. Por outro lado, não havia posições, o Estado não tinha a menor vontade política, a sociedade também não tinha a visão clara sobre o que queria fazer com os índios. A ideia de se criar um território, de trazer aqueles que estavam próximos para dentro e ter um cuidado especial, parece que foi o que de melhor se podia pensar em relação aos índios. Obviamente, aqueles que foram trazidos para dentro do Parque não vieram de bom grado, eles estavam, em geral, em situação bastante debilitada. Os Kaiabi estavam sendo perseguidos pelos caucheiros, seringueiros. Os Panará tinham uma estrada rasgada no coração do território deles, mesmo já se sabendo da sua existência, como foi dito pelo Adrian, era uma população estimada em 400 pessoas, tinha 70 e poucas. Os Ikpeng eram 40 e poucas pessoas, se não me engano. Os Suyá eram 50 e poucas pessoas. Enfim, grupos absolutamente debilitados, sem a menor condição de colocar nenhum entrave ao projeto de Estado de criar aquela área. De fato, foi uma área muito protegida, isso não podemos negar. Havia um destacamento da Força Aérea Brasileira (FAB) lá dentro, o Parque do Xingu fazia parte da estratégia de elevação de voo, foram criadas essas unidades de Rádio-farol, Cachimbo, Xavantinho, Jacaré. Havia uma presença muito forte do Estado lá dentro. Tinha a figura dos irmãos Villas-Bôas, que era um projeto de vida deles e fizeram toda a articulação necessária para tentar garantir a conservação daquela área. A demarcação do Parque em 1961 com Jânio Quadros é uma intercedência (sic) do processo de ocupação da região que definitivamente só chegou quando as estradas chegaram, na década de 1970, a BR-158 e a BR-163. A efetiva ocupação daquela região só se deu nessa época, antes tinham missões, garimpos, alguns interesses que fustigavam os índios ali, mas a ocupação se deu a partir da década de 1970. Enfim, vários grupos puderam se recuperar, hoje estão alcançando um patamar da época do contato, 300, 400 pessoas, os Panará estão com 420, os Ikpeng já estão com 380, todos se recuperaram proporcionalmente, isso é um fato, mas não esquecendo seus territórios tradicionais, nunca. Isso talvez tenha sido o maior pecado de todas as pessoas que, de certa forma, fizeram parte dessa política, participaram de outros movimentos do governo, mas de reconhecer que o Parque do Xingu nunca foi uma obra perfeita. Ela correspondeu a momento histórico importante, cumpriu uma função, mas que do ponto de vista dos índios aquilo ali não era uma coisa que correspondia à expectativa deles, isso é uma coisa importante de frisar, sem desmerecer o momento das pessoas que fizeram naquele momento histórico o que foi possível fazer, mas atrapalhou essa percepção de que era uma obra perfeita. Atrapalhou o reconhecimento da demanda que esses grupos começavam a fazer no estado, pela recuperação dessas parcelas de territórios ou até territórios inteiros, como é o caso dos Panará, que estavam fora do Parque, nós estamos até hoje nessa batalha. Hoje, para vocês terem uma ideia, os Panará conseguiram, de fato, a demarcação de um território que era uma parte do território tradicional que eles habitavam e se deslocaram a 200 metros do Parque mais para a fronteira do estado do Mato Grosso e do Pará. Os Suyá, que hoje se autodenominam Kisêdje, conseguiram uma demarcação parcial de uma parcela do seu território tradicional a leste do Parque, e estão pleiteando uma complementação que ficou fora de áreas importantes para eles. Os Ikpeng demoraram um pouco mais, é difícil para um grupo que chega com 40 pessoas, se recupera para 300, a maior parte da sua população já nasceu no Xingu, então há um conflito interno até eles chegarem a uma decisão do que é

que querem efetivamente. E hoje eles transformaram a decisão em um consenso só, o de brigarem pela área do Jatobá, um processo que está na Funai. O caso dos Kayabi é um pouco mais complexo, eles vieram de outra bacia hidrográfica, eles são na verdade de Teles Pires, mas eles têm uma sensação muito forte de perda, ocupavam um território de mais de 2 milhões de hectares na região do Teles Pires, e se você perguntar para qualquer um deles – o Mairawê está aí – eles gostariam mesmo que o Estado repusesse de alguma maneira essa perda, porque eles cederam esse território para a ocupação. O Parque acabou funcionando dessa forma: tirar os índios do entorno, não demarcar os seus territórios é uma forma de liberar esse espaço para o processo de ocupação que vinha se consolidando na região. Enfim, hoje, de fato já estamos com a terceira ou quarta geração, essa questão era uma questão fundamental na época dos Villas-Bôas, que era o trabalho de pacificação interna desses grupos, eu acho que esse foi um trabalho muito grande deles de criar formas de convivência em grupos que tradicionalmente guerreavam, eram inimigos, isso custou um trabalho muito grande. Sem dúvida hoje existe uma visão de que o inimigo comum é o branco, mas essa articulação interna deles não é uma coisa fácil, eu acho que houve avanços imensos, tem inclusive um momento em que o Estado se afasta um pouco do Parque, sempre teve uma presença muito forte, uma política um pouco paternalista, e a partir de meados da década de 1980, o Estado acaba se enfraquecendo, ou seja, a Funai começa a mudar o perfil, talvez até para atender as demais áreas indígenas que não tinham um décimo do atendimento que o Parque tinha. Eu consegui trabalhar no Parque, foi uma das coisas que mais me impressionou, porque eu vinha de uma área totalmente abandonada, onde tudo o que se fazia dependia da minha pessoa, do meu salário e era um abandono total, e caí em um parque, uma área assistida como todas deviam ser assistidas, com avião para tirar os índios doentes, tinha o grupo de assistência, com médicos, com Unifesp, com parceria com as universidades, com o trâmite de vacinação, todos os índios com uma ficha médica, com encaminhamentos definidos, uma estrutura que só o Parque tinha e teve no Brasil daquela época, estou falando da década de 1970, 1980, isso era um contraste muito grande, havia uma assistência bastante forte. Hoje, outras gerações já passaram, eles estão avançando na capacidade de se articular e de se entenderem com relação à gestão desse território, que é um território complexo, tem as etnias, tem superposições, aqui está o território de um e de outro ali dentro. Essa gestão integrada de um território de mais de 2 milhões de hectares não é uma coisa fácil, sobretudo no contexto atual, em que você tem uma região que é a meta da soja, até pelas características geográficas, pluviométricas, a região vem cada vez mais sendo ocupada, primeiro pela pecuária, e agora a soja está se instalando de vez, é aquela que reúne as melhores condições da Amazônia para o plantio de soja, eles têm todas as cabeceiras dos formadores do Rio Xingu que estão fora do Parque. O Parque é uma espécie de ralo regional, tudo que é feito fora corre lá dentro, inclusive os índios já estão sentindo esse impacto, os rios estão assoreando, há uma preocupação imensa com os usos de agrotóxicos, que estão sendo cada vez mais intensivos no interior do Parque, e eles estão muito preocupados com esse aspecto. Bom, as estradas trouxeram esse processo de ocupação a partir da década de 1970, as cidades que foram criadas ali estão crescendo, se consolidando, a população está aumentando, a soja está trazendo um crescimento muito grande, acelerado naquela região. O mercado de terras está super aquecido, agora nem tanto por causa dessa crise, mas ele oscila em função do mercado das *commodities*, no caso a soja. É um mercado de terras bastante agressivo, uma disputa muito grande. Um quadro latifundiário que já está quase regularizado, ainda tem condições de disputa nas áreas fora do Parque, na sua grande maioria, as áreas já têm proprietários. Essa

é a situação, eles estão ilhados. No Parque hoje existe uma espécie de ilha de progresso na região, mais de 50% da região já está desmatada e eu acho que eles estão na situação de cerco no Parque do Xingu. A situação é difícil e exige deles permanentemente uma mobilização interna, eles estão tentando melhorar a cada momento para poder ter uma interlocução com o governo, porque as políticas estão muito fracionadas, não tem mais a Funai que bancava uma espécie de Estado dentro do Estado, todas as políticas ocorreram dentro da Funai, tinha uma única interlocução. Hoje, a interlocução passa pelos municípios, por instituições municipais, passa pelos estados porque parte delas são do estado, passa por diversos órgãos federais. É uma complexidade essa interlocução de índios que falam outra língua, que não entendem propriamente a nossa sociedade, conseguir estabelecer uma interlocução com o Estado, com esferas do governo tão variadas e responsabilidades tão fragmentadas. Esse é o fato, conseguir se articularem para ter reforço. E conseguirem achar os canais, os parceiros que os vão apoiar nessa empreitada.

Márcio Meira: Queria inicialmente agradecer o convite para participar desse debate e poder ter a oportunidade de ver esse filme, eu tinha visto algumas cenas, mas nunca tinha visto o filme por inteiro. Agradecer ao Adrian pelo seu gesto generoso de doar o seu acervo para o Brasil e, através da Universidade e da equipe, recuperar essas imagens, essa memória, é uma memória importante dos povos indígenas do Brasil e para o povo brasileiro. Eu gostaria de dizer, primeiro vocês já perceberam que aqui o Estado sou eu. O Estado já foi citado aqui várias vezes e quando ele é citado, em geral, é citado por mal, pelo que ele provocou de consequências nefastas para os povos indígenas do Brasil. Isso é um fato contestado, eu acho que esse filme revela um momento da História, da relação desse Estado brasileiro com os povos indígenas, nós temos que entender, claro, o contexto daquela época, de uma ditadura militar que estava ali na figura dos irmãos Villas-Bôas, fazendo um trabalho prévio antes das estradas, do que viria logo em seguida, a abertura das BR-163 e BR-158. Acho que talvez seja o principal aprendizado, a principal mensagem que eu poderia trazer. Acho que nesse período, dessa história que veio dos anos 1960 para hoje, muita coisa mudou no Brasil: a ditadura militar acabou, houve um processo de redemocratização do país, que ainda está em curso há 20 e tantos anos, uma nova Constituição foi promulgada em 1988, que trata os povos indígenas de forma muito mais generosa que as anteriores e reconhece, realmente, que os povos indígenas são diferentes dos brancos, mas mesmo sendo diferentes têm direitos como todo cidadão brasileiro, esse é um passo muito importante para a conquista dos povos indígenas e seus aliados, na época. A própria instituição do Estado, que é a Funai, sucedeu o SPI, nesses 41 anos desde que foi criada, mais ou menos na época do filme, também passou por transformações muito grandes nesse período. Como o André citou, a Funai era o monopólio da relação do Estado brasileiro com os índios. E hoje, sobretudo desde os anos 1980, essa situação tem se transformado. A Funai é uma instituição que não está sozinha nesse processo, uma série de outras instituições do Estado e não só da União Federal, mas os estados e municípios estabelecem relações, os índios estabelecem relações com essas instâncias. O quadro hoje é um quadro infinitamente diferente e muito mais complexo do que era naquela época. Mas nesse processo é importante nós registrarmos alguns avanços importantes que certamente foram frutos também do aprendizado daquela época. Poderia citar aqui alguns. Um primeiro aspecto é com relação ao próprio processo de reconhecimento pelo Estado das terras indígenas e o procedimento de investigação e demarcação dessas terras. Aquilo que o André citou, no caso do Parque do Xingu, em 1961, foram dois parques criados pelo Jânio

Quadros, o Parque do Xingu e o Parque do Tumucumaque, menos conhecido. O Parque do Tumucumaque está na fronteira do Pará com o Suriname. Naquela época, de certa forma, era o apogeu do período do SPI, período Rondon, o Estado dizia assim: “Bom, a terra indígena começa aqui e termina aqui, vai até ali e termina até ali”. Em nenhum momento os índios eram consultados, não havia esse procedimento com o Estado. Dos anos 1980 para cá, eu acho que esse foi um procedimento que mudou, sobretudo após a Constituição de 1988. Nós vemos que foi nos anos 1990 que foram demarcar as terras indígenas, reconhecer essas terras do Brasil, principalmente na Amazônia legal, onde foram demarcadas hoje 98% das terras indígenas do Brasil. Os procedimentos finalmente foram feitos como deveriam ser, a Funai assumiu o papel com aliados, com parceiros, sobretudo com os povos indígenas de ir às terras antes das definições de seus limites, e defini-los a partir de estudos científicos, antropológicos, etnográficos, com a colaboração de antropólogos que trabalhavam nessas áreas já, por algum tempo e outros colaboradores, e com a participação dos índios, foram definidas as terras indígenas, seus limites. Por isso que vocês podem observar no mapa das terras indígenas do Brasil hoje que as grandes terras indígenas que realmente têm limites, foram decididas a partir do que é necessário para que o povo possa viver a sua vida de um modo tradicional, estão localizadas exatamente na Amazônia e foram demarcadas, identificadas e homologadas posteriormente a 1988. Eu diria que esse procedimento marcou uma época, que marca ainda até hoje, que não está concluído exatamente porque permitiu, pela primeira vez na história brasileira, que as terras indígenas fossem demarcadas, não porque havia uma estrada ou uma obra do processo de desenvolvimento econômico do país em curso, e para evitar o massacre fazia ali uma solução para que os índios pudessem ficar em um lugar, esse era o procedimento tradicional. Do final dos anos 1980 para cá, pela primeira vez o Estado se antecipou identificando e demarcando terras indígenas antes que isso pudesse acontecer. Então eu acho que esse é um fator importante para o aprendizado, do legado que veio dessa época e do próprio Parque do Xingu, acho que é um exemplo, como também é o Parque do Tumucumaque. Outro exemplo interessante, de como mudou a política do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas nesse período, foi a forma que os povos indígenas em situação de isolamento, povos que ainda não estabeleceram contato com a sociedade nacional, ocidental, passaram a ser tratados pelo Estado. Vocês viram aqui as imagens de uma frente de contato, comandada pelos irmãos Villas-Bôas e com os índios acompanhando, e hoje, a partir do final dos anos 1980, precisamente 1987, em que o Sydney Possuelo e o Antenor, que estão aqui, e que são do ramo, do setor da Funai que operou essa mudança naquele período, naquele momento histórico, mudaram a posição do Estado brasileiro em relação a esses povos não contatados. Eu acho que esse foi um outro aprendizado desse período, porque hoje e desde 1987, portanto há 21 anos, que a Funai criou uma política de sucesso, hoje nós temos seis frentes de proteção eco-ambiental em funcionamento pelo Brasil, em especial na Amazônia, que atuam em terras demarcadas, regularizadas, ou interditadas, protegidas pela legislação brasileira, que atuam lá não para fazer o contato, mas para justamente impedir que o contato seja realizado e deixando que a população indígena continue a viver sua vida à sua maneira. E esse contato só é realizado em último caso, caso eles procurem eventualmente a Funai por algum motivo forte, senão o contato é evitado. Essa política brasileira é hoje referência. Eu, nesses 20 meses em que estou na Funai, já participei com outros companheiros de reuniões internacionais que tratam desse tema e o Brasil é sempre citado como referência importante, exatamente porque o Estado brasileiro tem essa postura, essa política hoje de proteção aos povos

indígenas em situação de não contato ou de isolamento, ou de ressentir-se no contato. São dois exemplos de como desde então esses fenômenos, esses processos históricos do Estado brasileiro na época nos ensinaram como não devemos trabalhar e como nós devemos construir uma nova relação, um outro tipo de procedimento em relação aos povos indígenas. Creio que daqui para a frente, o Parque do Xingu é um dos maiores exemplos disso, não vou repetir aqui o que o André já falou, mas é importante deixar claro que o Parque do Xingu hoje virou uma ilha de florestas cercada de soja por todos os lados, praticamente. Não só o Parque do Xingu, mas outras terras, dos Xavante, por exemplo, no Mato Grosso, as terras dos Paresí, terras dos outros povos do noroeste do Mato Grosso, cada vez mais estão se transformando em ilhas cercadas de soja, de algodão, de outros produtos agrícolas, o agronegócio, por todos os lados. Esse é o grande alerta que hoje o Parque do Xingu nos traz: mesmo quando há a demarcação de uma terra indígena relativamente grande, como é o caso do Parque, são 2 milhões de hectares, na Amazônia nós demarcamos as terras dos Yanomami, são 9 milhões, no Alto Rio Negro, que são 10 milhões de hectares, mas quem pode garantir que no futuro também essas não se tornarão ilhas cercadas desses empreendimentos dessa natureza? Isso tem consequências gravíssimas não só para os índios, mas para todos nós. Porque isso dá consequências para a floresta amazônica como um todo. O ritmo com que nós percebemos esse processo de desmatamento na Amazônia nos últimos anos não é muito alentador, por isso que nós temos que nos preocupar muito com isso. O grande alerta atual é esse. Eu tenho dialogado recentemente nesses 20 meses com o companheiro Amir lá do Xingu para reabrir esses processos de estudos dessas áreas que o André citou, dos Suyá, dos Ikpeng, lá onde está o batelão onde tem Kayabi, que nós fizemos uma declaração esse ano, aí é ação na justiça. Cada movimento que hoje nós fazemos no sentido de ampliar o Parque do Xingu, corrigir erros do passado, tem uma ação judicial logo no dia seguinte, uma liminar e os processos são paralisados, como é o caso do Batelão, paralisado por conta da ação judicial. Tudo isso eu estou dizendo para mostrar o quanto essa questão é um alerta para nós no futuro, ou seja, que o grande desafio que nós temos no próximo período é a questão das terras indígenas demarcadas e regularizadas hoje, de como nós vamos garantir a sustentabilidade política, social, econômica, cultural, enfim, essa sustentabilidade da vida dos povos indígenas dentro dessas terras que estão regularizadas. Ou seja, regularizar a terra, demarcar e concluir esse processo está demonstrado hoje para nós que é apenas o primeiro passo. Na verdade, nós precisamos daqui para a frente, ter um longo e novo esforço do Estado brasileiro, dos povos indígenas, de todos aqueles que acreditam nessa necessidade, nessa importância de cuidar devidamente dos povos indígenas do Brasil, de que nós possamos ter esse processo de sustentabilidade num mundo cada vez mais veloz, no sentido desse cerco que hoje acontece, por exemplo, no Parque do Xingu. E nesse sentido, acho muito sintomático que hoje nós estejamos aqui fazendo um debate de muitos anos atrás no calor de uma disputa. Amanhã nós temos uma decisão do Superior Tribunal Federal sobre uma terra indígena, que é a Raposa Serra do Sol, que é justamente uma terra indígena demarcada já naquela perspectiva que falei, no contexto da Constituição de 1988, em que a terra indígena de 1,7 milhão de hectares foi definida com os índios e que, portanto, é uma terra plena de direitos, e amanhã estará sob a decisão final, embora já tenha sido homologado no Supremo Tribunal Federal. Acho que esse é um debate bastante atual, estamos ainda no calor das dúvidas necessárias para que esse direito, embora esteja garantido na Constituição, seja garantido de fato para os povos indígenas no Brasil. Para concluir, um tema que vem também como subproduto importante desse período mais recente, que é a questão

ambiental. Há 20, 30 anos não se falava da questão ambiental como hoje nós falamos. A questão do aquecimento global tem trazido também esse ponto. Hoje as terras indígenas que correspondem a 105 milhões de hectares são as áreas mais protegidas de floresta – não só amazônica, como também cerrado, do Brasil, mais que todas as unidades de conservação que existem no Brasil. Essas unidades de preservação integral são mais desmatadas que as terras indígenas, o que prova que os povos indígenas são os que mais protegem floresta no Brasil. Acho que esse é um elemento novo, politicamente falando, do contexto da globalização, da preocupação mundial com o aquecimento global, e também chama a atenção para esse novo momento. Quero deixar essa mensagem, dizer o presidente da Funai nesses últimos vinte meses em que eu estou lá, espero continuar até o último momento que me compete cumprir essa tarefa de estar sempre ao lado dos povos indígenas para que nós possamos concluir e avançar nesse processo de reconhecimento e reparação histórica que o Estado brasileiro deve e tem a obrigação de fazer em relação aos povos indígenas do Brasil. Obrigado.

Bruna Franchetto: Eu tenho uma pergunta, como coordenadora. É sobre a questão da proteção das nascentes, ou seja, sobre o que está acontecendo no sul do Parque. A exclusão de todas as nascentes dos rios formadores, do leque que forma o rio Xingu de leste a oeste, foi um erro trágico, aquela linha seca da fronteira sul do Parque Indígena do Xingu. Nós estamos vendo agora todas as conseqüências, a mais dramática e visível é a poluição, como o Thomas Gregor fez a medição do índice de contaminação do rio Cruzeiro, imagino que muitas outras também, está bastante acima do limite, digamos que estaria imprópria a água para o consumo humano, imagine os peixes! Lembrando que os índios do Alto Xingu que se refugiaram ou que foram refugiados dentro do Parque vivem basicamente de peixe. Então, estávamos com os problemas das barragens do Alto do Rio Juruena. Aí a justiça entra para paralisar ou desparalisar, em todo caso entra até para atenuar o embate entre eles, o código da justiça local, estadual é o instante de desparalisação das obras de construção do complexo das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) do Alto do Rio Juruena. Então como é que está a situação? Há movimento? Há é uma dinâmica, uma luta para a proteção fundamental do Alto Curso e das nascentes dos rios formadores do Rio Xingu? Eu queria ouvir só o Mairawê, o Mutuá, o André sobre isso, como é que está a preocupação em relação às as barragens? Como é que está a situação hoje? Há a possibilidade de paralisar, inverter esse processo que parece mortal para a vida dos rios, para a vida dos povos?

Mairawê Kayabi: É uma das nossas grandes preocupações. Em relação a essas questões, que nós chamamos de malcriadas para o Parque, porque é uma coisa que nunca foi revista, com união dos moradores do Parque. Como falaram aqui, por exemplo, “o índio participou da demarcação do parque”, “o índio opinou na demarcação do parque”. Para o branco foi, a nossa presença aqui presentes, dois índios aqui mais alguns ali, isso para o branco é assim “não, a população indígena do Xingu participou para decidir o que vai fazer com o filme”. Assim foi com o Parque, aqui tem um índio que participou, que nós vimos aí, grandes caciques falando alguma coisa, realmente participaram, mas de que jeito? Ajudaram nossos parentes a entrarem no Parque. Qual seria a idéia dele naquele momento? Como o velho falou, nosso povo foi muito criticado depois que enxergamos o que estava fazendo. “Ué, eu não sabia. Eu pensei que o branco nos levasse para uma tribo por um tempo, enquanto estávamos protegidos ali, ele estaria também pensando em botar mais proteção para dentro da nossa área”. E nunca aconteceu, isso nunca mais vai acontecer. Ele nos falava “Eu não

tenho culpa” e até brincava conosco, não é? “o velho foi burro, agora vocês abram o olho, não é bem assim.” Então é assim que começa - a cabeceira, por exemplo, do rio está fora do Parque, porque nenhum rio vinha ali por dentro, até mesmo aquele rio bonito que passa ali, trabalhei nessas cabeceiras na fronteira por cinco anos, eu sei o que aconteceu, foi totalmente desmatado, ali é feito um bebedouro para o boi na cabeceira e vai secando, e na linha seca, por exemplo, essa é uma das coisas que aconteceu de ruim, mas também tem um pedaço a oeste do parque que é chamada de “demarcatório” natural, então você faz pelo rio, que facilita muito para quem vai trabalhar na picada, mas não se pensou que traria tantos problemas futuramente para nós. Inclusive até nos levou para a Funai, nós tivemos um problema sério, não só dessa vez, mas várias vezes, mas levamos aonde havíamos de levar esse problema, mais uma vez para a Funai. que fizesse uma proteção puxando a linha seca até o outro rio. Ali você perde um grande pedaço do Parque. Para quem mora lá, o índio que vai morar lá no rio não tem sossego, porque o rio lá tem o quê? Uns dez ou quinze metros de largura, quando quem está do outro lado vai ocupar, não sei se é isso mesmo que funciona, do meio do rio para lá é de um, o outro para cá é de outro. Então como é que fica? Eu vou pescar olhando para o meu inimigo, se ele pega mais do que eu, o que é que eu faço? Já fico com ciúmes! São essas coisas que não dá! Temos um grupo de Kayabi que estão começando a morar lá, mas nunca temos sossego, está preocupado mais com isso do que com fazer sua roça, ele está preocupado com o pescador, quantas vezes ele veio aí pescar, o que é que ele estragou, o que ele matou? É um problema! Cada dia mais vai aumentando. Assim acontece como as barragens que já existem e com as outras que estão projetadas. Isso para nós é uma preocupação muito grande, o Xingu na época seca ele já é naturalmente muito seco, imagina quando funcionar, por exemplo, essas barragens? Quando funcionar as cinco ou seis que têm programado aí. Como é que vai ficar daqui para a frente? É uma preocupação muito grande sobre isso, depois das barragens chegam também essas plantações de soja e outros mais. Ali, por exemplo, quem mora mais para a cabeceira do rio, mais próximo do Parque, tem um problema muito sério. Nós temos conversado sempre com o pessoal do Kisêdjê, eles são muito próximos, estão preocupados conosco, porque o veneno cai bem ali, na época de chuva como é que nós vamos fazer, onde vamos apanhar? Eu acho que essa é uma preocupação, não digo para o futuro, já começou, está começando agora. E com o desmatamento é a mesma coisa. Tem lugares que você pode ver quilômetros naquelas matas ciliares com tudo rapado e aí o que é que acontece? A chuva carrega tudo, leva tudo. Isso é o que eu posso dizer aí para vocês sobre isso.

Bruna: Mutuá, como é que os jovens, a chamada rapaziada, está enxergando essa questão no Alto?

Mutuá Mehinaku: Eu vou falar um pouco da política hoje no Xingu, sobre avanço, expansão agrícola que está apertando cada vez mais nosso Parque. Esse é um problema para nós, é bom para os empresários, é bom para os fazendeiros, é bom para os donos das usinas hidrelétricas. E os índios, como é que ficam? E os rios formadores do Rio Xingu estão sendo ameaçados. Tem até uma usina hidrelétrica construída na cabeceira do Rio Kuluene, um dos principais formadores do Rio Xingu, e é uma grande preocupação. Quando o índio vai contra, aí o branco fala: “Índio sempre atrapalha, cria obstáculo! Atrapalhando progresso e crescimento do país!”. E aí como é que fica isso? Índio atrapalha e também o branco está nos atrapalhando. E aí essa questão grande. E os rios, as águas, os

animais? Será que o dono de grande empresa que constroi hidrelétricas nos rios aí do Brasil pensa nisso, e o futuro dos rios do Brasil como é que vão ficar? Os cientistas estão alertando que daqui a 50 anos vão diminuir muitas águas doces. Em outros países já está tendo briga, guerra por causa da água. E agora no Brasil nós estamos destruindo recursos naturais. Essa é uma grande preocupação para nós, eu como jovem, já nasci ouvindo isso. Meu avô falava “O branco vem aí para nos matar! Eles vão nos dar comida envenenada, nós vamos morrer!”, eu ficava com medo, chorava. E isso não aconteceu. O que está acontecendo é essa política de integração, o branco fala “Vamos integrar o índio”. a comunhão nacional, na época, falava “Vamos integrar índio! Aculturar, civilizar”, e aí? Onde os índios civilizados vão ficar? Eles vão ocupar que cargo? Eles vão viver como empregado doméstico? Para trabalhar na fazenda criando boi? O que vamos fazer com essa integração? Qual é essa visão? Aí ficamos “Será que o índio vai ficar, vai viver na cidade, favelado?” O índio integrado? Não, continuamos na nossa terra indígena. e o governo tem que ver isso. As pessoas têm que ter essa sensibilidade com os povos indígenas. O que só sobra agora é a terra indígena, principalmente no Mato Grosso, tem grande plantação de soja, essa plantação chega até na beira do rio, e na época da chuva? O que é que vai cair dentro do Rio Xingu? Essa é uma grande preocupação. E tentamos hoje nos unir cada vez mais, buscar informações, buscando conhecimento para entender o mundo do branco, como nós podemos nos defender? [...] Essa é a nossa luta atualmente, no Parque do Xingu, que tem nove municípios em torno do Parque do Xingu e vários fazendeiros que estão de olho na riqueza dali. Tenho certeza que estamos sendo capacitados para enfrentar essa política, essa luta, e vamos lutar juntamente com outros parceiros que atuam no Parque Indígena do Xingu. Agora quem atua na região do Baixo Xingu é o Instituto Socioambiental e têm outras instituições que estão ajudando nessa política. Tem o Projeto Ikatu, que salva a boa água do Xingu, que está em desenvolvimento, o Ikatu é um projeto importante para salvar a cabeceira do rio Xingu. Essa é nossa luta agora, só enfrentar esse grande problema.

André Villas-Bôas: Vou falar bem rápido sobre a cabeceira do Xingu, com 17 mil hectares a última avaliação que o Instituto Socioambiental (ISA) fez tem 300 mil hectares de mata ciliar degradada. O ISA está no parque trabalhando desde 1993, são 15 anos, chegou o momento que ele descobriu que tinha que trabalhar fora do Parque, tinha que tentar pelos próprios índios amansar o nosso país, isso não é fácil. A campanha Ikatu Xingu é um movimento para conservação e restauração das matas ciliares, é uma cruzada ambiental, ninguém sabe plantar mato, ninguém quer saber de plantar mato, não existe tecnologia, não existe nada. Tem que adaptar para aquela região, tem que começar do zero, criar técnicas, modelos de restauração florestal para aquela região, que é um mosaico ambiental, é uma região difícil, tem várias fisionomias florestais lá, é tentar baixar os custos, que é a maior reclamação dos caras, que é muito caro e conseguir mobilizar as pessoas de bem, com o mínimo de consciência na região para começar o trabalho. É um trabalho a longo prazo, que está começando, e existe até uma participação importante do maior banco de sementes florestais que existe na região, e é importante para rede de sementes, para fornecer a matéria-prima para poder desenvolver o projeto de recuperação. O Ikatu Xingu está aí, mais o ISA, várias instituições já se apropriaram, inclusive municípios estão ligando para fazer um trabalho a longo prazo. Esses índios gostariam que resolvessem com urgência esse problema e eles têm toda razão em querer que esse problema já estivesse resolvido. Tem que ter paciência. Outra coisa são as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), eu queria fazer um pequeno comentário: a legislação, no final do governo Fernando Henrique

Cardoso, no pânico do apagão, facilitou o surgimento de uma verdadeira febre das PCHs na Amazônia. O governo ganhou vários incentivos, financiamentos, reposição de recursos investidos, e virou uma grande oportunidade de energia ao redor do mundo, vale muito dinheiro, todo mundo sabe, e uma febre imensa de projetos de PCHs, pequenas hidrelétricas de até 30 megawatts que cobrem a Amazônia inteira. Um exemplo talvez mais contundente seja o caso dos Enenawê-Nawê, no Rio Juruena, que tem 83 projetos. A legislação criou o pânico do apagão, não se criou mecanismos de cautela em relação a isso, os estudos são absolutamente insuficientes, é necessária uma avaliação integrada com uma sub-bacia para se tomar a decisão de quantas PCHs podem comportar a nossa bacia, com incentivos generosos. A situação está se tornando dramática, inclusive o Xingu já é vítima dessa política e a questão está colocada para o presidente da Funai.

Bruna Franchetto: Só um segundo, antes de passar para o pessoal que quer fazer perguntas, o Márcio precisa sair.

Márcio Meira: Eu queria pedir desculpas, preciso ir, o presidente da Funai ainda tem compromisso de agenda nesse momento, mas eu queria agradecer mais uma vez o convite, e dizer que sobre as PCHs, a Funai está enfrentando heroicamente essa questão e junto com os índios, nós estamos muito preocupados, mas infelizmente eu tenho que me ausentar porque ainda tenho uma agenda, e amanhã cedo nós estaremos no Supremo Tribunal Federal para a luta, cada dia é um dia. Eu espero que amanhã todos nós possamos ter no final do dia uma vitória com a questão da Raposa Serra do Sol. Desculpa, mas eu vou ter que me ausentar agora.

Espectador: Meu nome é Aonini, eu queria fazer um pequeno comentário para o Mutuá e o Mairawê, que nós já vimos toda essa história. Infelizmente, nós ficamos vendo eles passarem pelo que nós já passamos lá no nordeste: PCHs, a nascente fora da reserva, e nada deu certo. Aqui nós vemos a discussão de *royalties*, tudo isso teve lá e também nada deu certo. Nós podemos deixar aqui a nossa experiência: tem que se defender mesmo acima de qualquer coisa, não tem nada que negociar, porque tudo isso foi feito e nada deu certo. Esse é o comentário. O que eu queria perguntar para o André, eu estive lá no Ikatu Xingu, quero parabenizar a iniciativa de vocês, mas ao mesmo tempo me preocupa porque nós já temos consciência de que a nascente é vida, nós índios sabemos disso, se você mantiver uma nascente ela brota outras águas, isso já foi feito em várias comunidades, que tiveram as nascentes que secaram, e nós começamos a preservar, a plantar e elas brotaram água, outras águas, e outros rios que já tinham morrido nasceram novamente. Então a nossa preocupação, apesar de todo esse esforço do projeto Ikatu Xingu, de muitos outros projetos, as nascentes estão fora do Parque, como é que vai ficar isso? Como é que nós vamos defender se nós não sabemos que é necessário defender a nascente? Nós temos plena consciência disso, não adianta você defender dentro do Xingu, se a nascente está sendo desmatada lá fora. E nós sabemos disso há muito tempo, através dos nossos avós e bisavós, eu queria que o André falasse um pouco sobre isso, como preservar o rio, a água no Xingu, já que as nascentes estão fora, e não está tendo esse trabalho de preservação lá fora?

André Villas-Bôas: Uma campanha que trabalha totalmente fora, temos uma trajetória de trabalhar muito tempo dentro do Parque, inclusive por uma série de outras questões, mas em um certo momento nós nos vimos obrigados a sair e a começar o trabalho fora, até

mesmo pela reclamação dos índios, que é a nossa principal motivação para tentar articular algum tipo de argumento que pudesse atacar a questão das nascentes. E hoje a campanha Ikatu Xingu trabalha com os diferentes atores na região, com os grupos de assentados, pecuaristas, agricultores e com algumas municipalidades, é totalmente voltada fora do Parque. A participação dos índios é no sentido de ajudar no aspecto que é fundamental para a campanha, que é ter semente de floresta para plantar, eles têm ajudado bastante nessa parte, poucos assentados também têm ajudado. Mas é uma campanha totalmente fora do Parque, não é voltada para dentro do Parque porque os índios estão fazendo a parte deles, os rios estão preservados, as matas ciliares estão íntegras, não cabem as ações da campanha lá dentro, mas lá fora. É um nível de dificuldade das pessoas aderirem. Apesar de que hoje se tem um discurso de que todo mundo entende que a água é estratégica, que é vida, água é um elemento econômico da propriedade de cada um, é importante passar do discurso para a prática, é uma grande dificuldade, está indo, está avançando, mas não no ritmo que você gostaria que fosse.

Espectador: O lado de lá tem que construir uma outra bacia, como é que está essa história? Uma outra pergunta é como ele está contemplando a questão indígena no parque?

André Villas-Bôas: Comitê de bacia não existe, é uma bacia federal. E os comitês têm funcionado onde há o uso intenso da água, como no sul do país, esse modelo de comitê está muito mais voltado para essas regiões de uso intenso de determinadas bacias hidrográficas. No caso do Parque, o uso da água se dá pela atividade agrícola basicamente, e o abastecimento das cidades. Os índios e outros atores estão atentos, estão começando a analisar um pouco essa legislação, ver o que cabe ser pensando como gestão, mas nós achamos que ela vai ter que ser adaptada para a Amazônia, porque o perfil dos rios da Amazônia é diferente do perfil dos rios e da utilização que se faz das águas do sul e do sudeste do país. Então essa questão está no horizonte, é um processo de construção, porque se hoje montar no norte um comitê nos moldes que tem no sul e no sudeste, os índios vão se dar mal, quem vai dominar são os pecuaristas, os agricultores, esses que vão estabelecer as políticas de comitê, apesar dos índios terem 49% da bacia, em termos territoriais, não só o Xingu, mas os demais índios da bacia que estão ao norte, mesmo assim, na legislação atual, não é reconhecido o uso deles como sendo econômico, que não fazem um uso econômico da bacia. A legislação atual aderiu à predominância dos setores econômicos, da soja e da pecuária. É uma situação de minoridade nesse comitê. O comitê amazônico tem que pensar em uma outra lógica, se não fica essa situação, quem tem quase 50% da bacia não tem força política. Lá na região do Alto Xingu você tem essa questão da pavimentação das estradas 163 e 158, estão criando uma 242 que também tem ligação entre essas duas grandes vertentes. A oeste do Parque você vê a 163, a leste você tem a 158, você cruza no meio tem a 080, agora estão criando uma nova estrada, que já existe uma estrada de terra, que é a 242 no sul do Parque. As PCHs não estão no Parque. Lá na foz do Xingu tem a Belomonte, que é uma grande usina que está sendo planejada e que provavelmente sua construção vai ser aprovada ainda no primeiro semestre, ao que tudo indica. Bom, o governo é um rolo compressor, não só o governo, mas todas os interesses que vêm junto com essas obras, então o processo de consulta é absolutamente capenga. O Mairawê deu um exemplo de como se dá o processo de consulta às populações indígenas. Como é que é a regra da consulta, vai pegar dois, três, quatro índios e eles respondem pelo Xingu? O processo de consulta não corresponde à necessidade dos tipos de bolsões que estão fazendo

com as populações indígenas, não considera os riscos, os problemas que os índios apontam, como foi dito aqui pelo Mutuá. Os índios são vistos como emperro de um processo de desenvolvimento regional, são colocados constantemente na parede em relação a isso, toda a região ficou contra os índios, tem uma resistência. É um processo bastante difícil, a Funai tem uma minoridade política total, por mais que haja o empenho do seu presidente, ela é colocada em uma situação de minoridade política ao longo do governo, e a situação fica bastante complicada e com certeza, bastante desfavorável para os povos indígenas.

Espectador: Gostaria de perguntar se o Adrian irá participar amanhã do debate também? Sim? Essa discussão está se dando em cima de uma contribuição que ele fez, seria importante que nós tomássemos conhecimento, ainda que fosse em um curto espaço de tempo, das dificuldades que a equipe que filmou enfrentou sob meses a fio, sob chuva, sol, subindo cachoeiras, descendo rios. Sem minimizar a questão indígena que é extremamente importante, tudo isso que nós estamos discutindo, se sobraria tempo para ele contar um pouco como que foi a epopeia de conseguir fazer essas filmagens. Eu acho que hoje o tempo já está muito curto, mas se ao menos pudesse fazer uma introdução de como que foi isso, e com a participação do Wladimir Carvalho, que é um documentarista muito importante para nós, seria importante nós termos uma ideia de como isso se dá e que hoje, 50 anos depois, nós não temos documentação nenhuma disso que nós estamos ouvindo aqui: o presidente da Funai falar, os companheiros indígenas falarem, o companheiro do Instituto Socioambiental, nós não temos um *slide*, não temos um documento e o único documento histórico que nós temos, de filme, que tanto sensibilizou os companheiros indígenas é a do nosso companheiro inglês. Seria importante que ele contasse como é que ele se engajou nisso, como é que isso chega até nós, eu acho que seria muito importante para todos nós.

Bruna Franchetto: A única coisa que nós não temos é da época. Hoje em dia a documentação está ativa.

Espectador: Sim, imagina filmar naquela época, como é que foi?

Bruna Franchetto: Você se compromete a tocar nesse assunto, você pode passar a noite inteira pensando em como você vai falar isso!

Wladimir Carvalho: Uma coisinha a mais!

Bruna Franchetto: Sim?

Wladimir Carvalho: Eu vejo que já está apagando as luzes e nós não vamos prosseguir. Eu não vou participar amanhã, porque eu tenho uma viagem inadiável e não vou comparecer às outras sessões. Vim ontem aqui na abertura, me congratulo, me felicito pela oportunidade de ter travado conhecimento com a obra do Adrian Cowell, mas eu estou interessado nisso, por essa mostra. Eu não queria perder essa oportunidade de felicitar, de congratular também com os promotores dessa mostra. E não tenho hoje, aqui e agora, nenhuma pergunta diante de toda a relevância das questões aqui apresentadas, algumas até absolutamente dramáticas diante da nacionalidade. Mas eu gostaria de dizer que o meu conhecimento da questão indígena se resume praticamente a umas duas eventuais

vizinhanças, soa estranho, mas foram duas vizinhanças que fizeram a minha cabeça. Como todo brasileiro, cidadão, eu naturalmente compartilho e assisto, às vezes com muito pesar, a questão indígena. Mas eu tive a sorte de ter duas vizinhanças. A primeira, eu fui vizinho de porta do Olímpio Serra, isso há 32 anos, e por gentileza dele, fui convidado a participar com outras pessoas ligadas à imprensa e à Universidade de Brasília, de uma visita ao Xingu. Aliás, assisti, quando alguém aí falava desse diálogo que foi promovido, cada vez mais a partir da experiência dos Villas-Bôas, a aproximação das próprias nações, tribos indígenas, eu não sei nem como chamar isso, não tenho conhecimento antropológico, eu assisti a uma visita triunfal, me lembro como se fosse agora, era tardinha, todos no parque se mobilizaram, eu ouvi um negócio “oau oau oau” e correram todos à barranca do rio, e era o Raoni chegando em uma canoa, uma piroguinha, uma coisa pequena, com enormes cachos de banana e ia haver um Jawari ou um Kuarup, não sei exatamente, não tenho conhecimento, mas eu assisti a essa festa, por conta desse conagraçamento, dessa aproximação deles e o Raoni saudado por esses companheiros que foram até a beira do rio. A outra vizinhança, essa realmente, mais dramática, é que eu moro aqui na W3 Sul, a menos de 80 metros de onde foi queimado o índio Galdino. Isso é o resumo do meu conhecimento da antropologia, mas eu não queria ouvir, como é o agrado do meu queridíssimo amigo aqui, companheiro, cobrando essa intervenção do Adrian, eu queria me antecipar, já que eu não estou aqui amanhã. No letreiro final do filme de hoje há uma menção a uma remontagem, talvez até com a retirada ou acréscimos, e eu fiquei pessoalmente curioso, porque eu sou da área de cinema, para saber o tamanho real, a dimensão real. É simples, o que eu estou perguntando objetivamente, porque eu estou falando em português, talvez ele não entenda tudo que eu estou falando aqui, uma coisa atropelada, é o tamanho desse filme, eu entendo que ou foi reduzido ou foi aumentado, provavelmente reduzido. Então, eu queria saber o tamanho dessa experiência, desse filme, se tem mais arquivo, se tem mais material filmado, na primeira e nessa agora que nós acabou de assistir, que tamanho tem isso? Rapidinho, é só para eu entender, porque diz que foi remontado. Remontado em que sentido? Muito obrigado.

Bruna Franchetto: No final do filme, no letreiro, está escrito “remontado”.

Stella Oswald Cruz Penido: Eu posso responder. Você sabe que o acervo foi doado e faz parte do próprio projeto a realização de mostras de filme. Esse é um filme especial, nós quis trazer esse filme para a mostra. Então, a maioria dos filmes já estavam montados no IGPA, lá em Goiânia, mas esse filme o Adrian mandou, quer dizer, nós trouxemos as *masters* digitais em Pal, com 66 minutos, mas nós quisemos usar a narração em português. Só que só usamos o som da narração em português, e o que existe aqui como cópia que está com a família do Orlando – o Adrian cedeu os direitos desse filme para o Orlando Villas-Bôas – e a cópia que eles tinham com a narração original, como está escrito no final do filme, “aprovado por Cláudio e Orlando Villas-Bôas”, tinha 70 minutos, mas o filme que estava telecinado tinha 66 minutos, então, se fez uma edição do som, para usar a narração original. Foi isso que aconteceu. O Adrian já estava no Brasil agora em outubro, no Rio de Janeiro, e fizemos isso juntos, para ter uma cópia bonita desse filme para as Mostras. Foi isso.

Wladimir Carvalho: Mas eu achei muito oportuno o que você colocou, porque afinal de contas estamos aqui em uma mostra de cinema. E apesar de toda a candência de tudo que

foi apresentado aqui, o motivo principal, a espinha dorsal do fato de nós estarmos aqui é a presença do Adrian, com os seus filmes. Muito obrigado.

10/12/2008

EXIBIÇÃO DO FILME *O DESTINO DOS URU-EU-WAU-WAU*

DEBATE: AS TRIBOS ISOLADAS E O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Coordenador:

Ricardo Arnt

No Brasil desenvolveu-se uma forma de aproximação entre os sertanistas e os índios ainda sem contato com a nossa sociedade, os que estão isolados na floresta fechada. O não conhecimento da língua do povo contatado e a conseqüente dificuldade do sertanista em relação ao índio desconhecido tornam quase impossíveis relações amistosas. Habitualmente a tribo ataca ou foge quando avista o homem branco. Se, finalmente, o contato se realiza – depois de anos ou décadas de paciente espera – os sertanistas se confrontam com o problema de prevenir os índios de morrerem, vítimas de uma epidemia após a outra. Ainda existem índios isolados em cerca de 60 pontos da Amazônia brasileira. No século XX, grandes passos foram dados na política brasileira de contato com o índio isolado: primeiro com Rondon, em seguida com a política dos Villas-Bôas para o Parque Nacional do Xingu e finalmente a política do não contato iniciada com Sydney Possuelo. Como esse processo de contato pode melhorar? Qual deve ser o próximo passo?

Ricardo Arnt: Vamos conversar um pouco sobre esses filmes interessantes que nós vimos. O que eu proponho é que nós comecemos com cada um de nós falando um pouquinho, e depois se transforma isso, já que nós estamos em um auditório pequeno, com pouca gente, para que todo mundo possa falar e refletir um pouco. Então, para começar essa conversa, eu gostaria de perguntar ao Adrian, que fez esse filme extremamente emocionante e interessante, que ele tente responder a pergunta que ele fez, não só com os familiares do Fábio Peres: quem sofreu mais? Na verdade, essa pergunta era para angustiá-lo, é uma pergunta que, para quem está percebendo esse processo de ocupação da Amazônia nos últimos 30 anos, do seu ponto de vista, realmente poucas pessoas têm conhecimento disso, numa extensão que o Adrian tem. Eu imagino que essa é uma pergunta muito difícil de responder, eu não tenho resposta para isso, tenho algumas intuições, mas gostaria de saber o que é que você acha disso? Quem sofreu mais?

Adrian Cowell: Eu fiz essa pergunta a Tari e, claro, ele sabia quem sofreu mais. No fim vamos fazer essa pergunta ao Marcos Apurinã, que é o único índio aqui. Esse processo do contato que foi visto nesse filme dos Uru-Eu-Wau-Wau estava encaminhado desde os primórdios, desde quando as sociedades fizeram contatos com tribos isoladas, desde as primeiras civilizações, de sete até dez mil anos atrás. Mas nessa época não se criou uma escola que passasse informação sobre esse processo. A “escola” foi brasileira. Por exemplo, agora, na América do Sul há vários países com tribos isoladas e não tem nenhuma pessoa treinada para fazer um contato com grupos de índios isolados. Nesse sentido, uso o termo “escola” para um ou vários homens passando informação para estudantes, especialmente suas experiências, técnicas, e ao fim sua filosofia. Inicialmente, eu pensei que ia achar dentro das organizações coloniais alguma coisa parecida com essa “escola brasileira”. Por exemplo, na Inglaterra e Holanda tinha colégios para treinar funcionários que serviriam nas

colônias, e na Holanda tinha um curso antropológico bom, fizeram muitos contatos na Nova Guiné. Consultei vários historiadores e nenhum deles identificou nenhuma “escola”. A exemplo do que o Rondon passou suas ideias para o SPI e para os Villas-Bôas. Ambos passaram então para a sua geração, isso não tem igual em outro país. Rondon fez um salto muito grande quando elaborou um processo de contato pacífico, que antes não existia, com os índios isolados. Mas o Rondon relatou aos oficiais problemas com epidemias, e de fato cerca de metade das tribos contatadas foram extintas em duas ou três décadas. O que Rondon ofereceu para o índio isolado que sobreviveu às epidemias foi uma vida como braçal na fronteira agrícola brasileira. E ele concordou que a política dos Villas-Bôas era melhor que a dele. Os Villas-Bôas tentaram fazer um tratamento medicinal melhor, ainda assim tragicamente muitos índios morreram, mas nenhuma tribo contatada por eles está extinta agora. Também Rondon concordou que o Parque Nacional do Xingu foi um tipo de transição melhor para o índio, a transição de uma vida de tribo completamente isolada, e no outro lado como tribo completamente inserida na sociedade brasileira. Ele viu o Parque do Xingu como um sistema de transição, após várias décadas e gerações. Os Villas-Bôas, quando a estrada estava chegando perto da tribo isolada ou quando tinha invasão dos garimpeiros, não tinham uma solução melhor que fazer o contato rápido e tentar proteger a tribo. Eu falei posteriormente com o Orlando sobre isso e ele disse que naquela época o governo brasileiro tinha menos presença e força dentro da Amazônia, especialmente nas áreas isoladas que eram difíceis de chegar. E concordou que a política do Departamento de Índios Isolados, formada pelos sócios deles, como Meirelles, era muito melhor que a dele, que essa política deixava as tribos isoladas dentro de suas áreas e bloqueava a entrada dos brancos, até o momento em que aquela tribo quisesse ou precisasse fazer contato. Então no século XX o Brasil teve uma evolução no sistema de tratamento do índio isolado. Estou muito interessado para ouvir como esse painel pode sugerir alguma coisa que vá melhorar o sistema ainda. E no fim, nós vamos perguntar ao Marcos quem ele achou que se deu melhor, o índio ou o branco. Mas todos nós sabemos a resposta. Esse é o problema.

Sydney Possuelo: O fato é que no final de 1986 para 1987, começa a haver o resultado de um trabalho de anos e há anos eu tentava mudar essa política, embora eu a aplicasse, até porque não tinha outra. E só em 1986 que nós conseguimos. Romero Jucá foi o único, entre os vários presidentes da Funai, que já vinha falando sobre a criação e a normatização de uma área específica de desmatamento. A Funai antes era assim, uma administração regional falava: “Aqui estão os índios isolados e eu vou contatar todos”. A outra: “Não, aqui eu não vou”. E cada uma tinha a sua política, e tinha se herdado também do SPI aquela história toda de interesses regionais, a Funai sem dinheiro, o SPI já no seu final, também sem dinheiro, então eles se reuniam, se cotizavam e inventavam uma frente de contato, para fazer contato com o índio, para o índio limpar os seringais que existiam naquela época, e os índios ainda davam muitos problemas nos seringais, atacavam. Mas a história começa aí, o departamento é criado, faz-se a normatização, muda o contato, que era a política vigente trazida pelo Rondon e que teve a sua duração, muda para uma política de não fazer contato. Foram criadas frentes de proteção étnicoambiental, as equipes de busca e localização de índios isolados e a de proteção, só de terra. Na verdade, desses três elementos, só um, que eram as equipes de proteção étnicoambiental foram efetivamente colocadas, vieram a campo, puderam se organizar em um total de seis ou sete frentes, com grande dificuldade, que eu tentei superar, depois de receber auxílio de vários países - Inglaterra, Espanha, Itália me ajudaram, enfim, vários países aportaram recursos e nós podíamos então organizar e

manter equipes e uma infra-estrutura um pouco diferenciada do eterno lugar comum da Funai, onde você tem o barco, mas não tem o motor; tem o motor, mas não tem a gasolina; tem a gasolina, o cara está fora, com malária, ninguém cuida. Era uma coisa difícil. Então elas funcionaram com razoável eficiência, não uma eficiência total, porque nada é perfeito, e eram os passos iniciais do que deveria e poderia melhorar. Basicamente, eu acho que a história começa por aí, eu não sei que aspecto mais seria interessante abordar, em vez de eu ficar contando as minhas verdades, é melhor eu escutar perguntas e tentar responder.

Ricardo Arnt: Meirelles, o que você acha?

José Meirelles: Quando foi criado o Departamento de Isolados, foi criada uma frente no Acre para tentar resolver inicialmente uma quizila entre os índios com contato lá em Envira, os Kaxinawá, os Ashaninka e um grupo de índios isolados que estavam em uma pequena guerra ali na região. Para ser bem rápido e não tomar muito tempo, se eu for contar a história vai ser muito comprida, mas isso aconteceu por uma razão muito simples. Essa região da cabeceira do Envira tem as represas seringalistas, que tinha uma equipe de pessoas que matavam os índios isolados e os índios se esconderam nas cabeceiras, onde não tinha seringal. Depois vieram as agropecuárias do Acre, compraram os seringais, abriram grandes fazendas, no caso o Seringal Califórnia. Os índios com o contato e os brancos sempre tinham uma fonte de financiamento para ganhar com os índios isolados. Depois que o seringal terminou, por várias razões que todo mundo sabe, essas grandes fazendas nas cabeceiras dos rios também não deram em nada. As correrias, que eram os ataques aos índios, terminaram e os índios isolados, aos poucos, foram retomando os seus antigos territórios e lá encontraram os Kaxinawá, os Ashaninka, já morando como os brancos. Isso gerou conflito e nós fomos para lá. Posso dizer que devido a essa nova postura em relação ao novo contato, pelo menos aí dessa região que eu trabalho há 20 anos - os primeiros sobrevôos foram feitos em 1988, ou 1989, se você fizer uma comparação das imagens daquele tempo e o último sobrevoo que fizemos esse ano, vai ver que os povos isolados daquela região quase dobraram a população, as malocas estão grandes, aumentaram os roçados, enfim, essa política do não contato pelo menos nessa região funcionou. Mas agora nós estamos tentando resolver o problema da questão do outro país vizinho, essas áreas todas são na faixa de fronteira do Brasil com o Peru, e do lado de lá, no Peru, está havendo uma grande exploração de madeira legal e ilegal, tem uma indústria de mineração e também exploração de petróleo na região. Isso está gerando uma coisa nova que é a imigração dos povos isolados do Peru para o território brasileiro, e eles, evidentemente, não têm nada a ver com a fronteira, são anteriores a ela. Mas isso é uma coisa que nós podemos conversar depois. Enfim, eu acho que até agora essa política do não contato tem funcionado, evidentemente com essas coisas novas que estão acontecendo lá pelas fronteiras, eu não sei se nós vamos ter que sentar, parar e conversar, e tentar pensar que lá eram três grupos, agora são quatro, porque teve um grupo que estava se mudando e já se fixou no território brasileiro, estão aparecendo índios do lado de lá de regiões que nunca apareceram, está havendo muita tensão nas aldeias dos índios Ashaninka, os Kaxinawá, os [Goíba], os isolados estão começando a levar coisas deles, a proximidade é muito grande, nós tivemos uma reunião recentemente, enfim, vamos ter que discutir com os índios, com o entorno, com o Departamento de Isolados para saber qual vai ser a nossa nova postura diante dessa nova história que aconteceu na região. Para ser bem sintético.

Ricardo Arnt: Marcos, o que você viu?

Marcos Apurinã: Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao nosso amigo Adrian, Adriano, é a primeira vez que eu estou conhecendo, e também ao Sydney, parabéns, eu estou conhecendo vocês que trabalham há muito tempo com o nosso povo. Eu não sei se me recordo bem do senhor, mas já ouvi falar. Eu queria me apresentar, o meu nome é Marcos, no português, Apurinã. Ahakaty, que é boa tarde, tudo bem com vocês? Estou me apresentando. Eu nasci na boca do Acre, sul do Amazonas, nosso povo é de aproximadamente 5 mil indígenas hoje em toda calha do Rio Purus, não vou dizer no alto, mas na boca do Acre e um pouco acima, até Lábrea, Canutama, até Pataua. E eu sou de Rondônia, me considero de Rondônia, porque moro há quase 25 anos na terra indígena Cinta Larga, talvez vocês já conheçam. Recentemente teve grande problema com garimpo nessa região. E trabalho na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) há três anos, sou o vice-coordenador. COIAB é uma organização indígena que tem 20 anos, sediada em Manaus, com base em nove estados da Amazônia brasileira. Não é minha área diretamente a questão dos parentes isolados, que eu não chamo, às vezes, de isolado, eu acho que mostra uma autonomia mais própria de sua liberdade, como apareceu aqui o nosso parente lá de Ariquemes, Jarú, Ouro Preto, Uru-Eu-Wau-Wau, mas nós entendemos que, quando o companheiro ali perguntou qual dos dois sofreu mais, do lado do invasor e do lado do índio que está lá dentro na sua reserva, dentro da sua vida, vivendo em paz. Muitas vezes as pessoas dizem: “Para quê tem conflito? Por que os índios estão em conflito?”, eu sempre digo que não existe conflito com os índios, arrumam sempre problemas para os índios que não têm problema, vocês viram que a doença chegou porque alguém foi lá, por isso que foi assassinada aquela família, os índios se sentem ameaçados. Minha avó morreu aos 96 anos em 1994, quando eu casei com uma branca, e hoje ela come macaco comigo, come tudo o que eu como no mato, porque ela teve que se adaptar à minha cultura. E essa minha avó contava que, em 1915, acho, nós já tínhamos contato, os Apurinã, a Funai sabe disso. Na época, na boca do Acre, a aldeia Kamikuã, onde eu nasci, não tinha contato com a Funai, era o SPI. Antes do SPI, tinha os seringueiros que eram os patrões, os regatões, com quem já tínhamos contato. Então essa história é muito chocante, minha avó dizia: “Olha, meu filho”, ela falava isso na língua indígena para mim, “um dia vai chegar um homem da pele branca e vai tomar o nosso lugar. Vai vir aqui, ele não é desse mundo, só existimos nós aqui, não existe outro ser humano aqui, só nós”. Então a nossa legislação, a nossa cultura é isso, quando chega alguém no nosso lugar, nos sentíamos ameaçados, “que bicho que é esse?” O homem é a mesma coisa, tem dois olhos, tem cabelo, tem cinco dedos em cada mão, mas para nós aquilo ali era ameaça, porque vivíamos fugindo dos seringueiros, brigando. Os regatões armavam meu avô com rifle para brigar, para tomar a borracha, para assaltar, para ensinar coisa errada, então nós vivíamos fugindo, nós somos muito nômades culturalmente, depois que ensinaram meus avós a fazer isso. Por exemplo, se chega um disco voador aqui fora, nós vamos ficar com medo, é do outro mundo, o que é isso, será que nós vamos morrer? Agora mesmo eu estava no Supremo Tribunal assistindo a questão da Raposa Serra do Sol, o julgamento, e diz lá uma pessoa, que é um sábio, o Rondon disse que nunca se deve matar, mas você deve sempre, precisa, se possível, eu não sei qual palavra ele usou.

Sydney Possuelo: Morrer se preciso for, matar nunca.

Marcos Apurinã: Essa palavra! Eu nunca tinha ouvido isso e pensei no que a minha avó falou. Hoje eu vi o filme desse parente aqui. Então, Adrian, eu diria aqui que dos dois, quem sofreu mais foi o índio, e não é porque eu sou índio, não. Uma vez eu presenciei uma invasão dos índios Cinta Larga. Por que é que os Cinta Larga têm quase 3 milhões de hectares de terra? Porque historicamente eles são guerreiros. Os Suruí, os Zoró, os Tupi Mondé, em Mato Grosso e Rondônia, eles não têm muito essa arte como guerreiro. Então os Cinta Larga têm terra porque eles eram guerreiros, conseguiram matar e garantir. Reduziu quase a zero na época, e hoje eles chegam a 1800, 1600 índios, com quase três milhões de hectares de terra. Isso é uma história que nós vemos e sentimos na pele. O branco, o garimpeiro, o seringueiro, na época, nós não tínhamos arma, mas hoje os fazendeiros, os madeireiros têm, como metralhadora de 30 balas, que mata 30 pessoas de uma vez, se acertar uma bala em cada uma. Uma flecha não mata rápido, eu já fui e sou guerreiro, também já trabalhei assim, nunca matei, mas já participei com o meu irmão quando era pequeno, já fui para a guerra também. Por isso, quem leva vantagem nisso são os brancos, porque eles matam mais do que os índios e nós não fomos ameaçar os brancos lá na casa deles, não chegamos lá invadindo, eles é que chegaram até nós. É bem simples, bem direto assim, eu diria que quem sofre mais na pele é o índio, porque ninguém viu seu sofrimento, o senhor filmou todo o sofrimento daquela família. A mídia sempre leva a isso, foram descobrir depois, vocês já tinham filmado aquela moça que era a esposa dele. Eu sinto que aquele índio sofreu muito, porque toda a família dele morreu doente, como na história dos Cinta Larga, soltaram bomba dentro da sua terra, colocaram veneno no açúcar, porque os índios gostam muito de açúcar, eu acho que são as três coisas, óleo, açúcar e eu não sei qual é o terceiro. Reduziu a zero, ninguém sabe dessa história, se alguma dessas pessoas visse, eles iam se emocionar, diriam: “Poxa, é verdade. Esse índio está fazendo isso porque alguma coisa aconteceu com ele, índio não faz coisa de graça. Alguma coisa aconteceu com ele para ele reagir desse jeito”.

Ricardo Arnt: Eu aqui no meio de lideranças indígenas, antropólogos, indigenistas, quer dizer que o índio isolado sou eu aqui, porque não entendo nada de índio, sou espectador, estrangeiro, sou um jornalista. Mas como jornalista, primeiro eu queria celebrar o fato desse arquivo do Adrian vir para o Brasil, com a doação desse acervo de filmes para o país, para a Universidade Católica de Goiás, um material de 50 anos, graças ao esforço da Stella Oswaldo Cruz Penido, que se esforçou muito para essa coisa acontecer, acho que as pessoas não costumam dar muito valor para isso, mas há gente que dá, eu pelo menos considero esse material de um valor histórico inacreditável, não consigo imaginar coisa mais emocionante do que você juntar 50 anos de filmes que são absolutamente expressivos, a força das imagens, que sete toneladas de material foram transportados da Inglaterra para cá, essas sete toneladas filmadas a partir de 1956 no Xingu, uma coisa inacreditável, no tempo em que se entrava na floresta carregando câmeras pesadíssimas, baterias, holofotes, hoje você estando com câmera pequenininha está tudo resolvido, mas naquela época eles iam de canoa, então esse senhor está filmando isso desde os anos 1950. Sinto uma frustração como brasileiro de ter sido um inglês a ter feito isso, nós é que devíamos ter feito, nós não conseguimos fazer, mas tudo bem, veio para cá, está aqui na mão, vai ter que esperar que esse material também não se perca, que nós possamos usar, que seja mantido, já sabemos as condições institucionais de trabalhar no Brasil, que essa coisa deteriora, o filme tem que ser mantido com refrigeração, tem que ser cuidado, mas enfim, tem tanto material, material histórico tão importante, tão expressivo pela força das imagens que transcende o filme. O

filme é o filme, você pode discutir 40 mil questões, por exemplo, a questão de linguagem, de edição, angulação, os efeitos, pode discutir se botaria música aqui, se botaria música acolá, se faz um drama assim, se faz um drama assado, como é que quer enfatizar, como é que vai contar a história, tudo é possível contar de todas as maneiras possíveis, mas as imagens que estão nesses filmes, dos imigrantes do norte do Rio Grande do Sul chegando de machadinho em 1982, recebendo o cara do Incra, como nós vimos agora no filme dos Panará, abrindo o mapa, dizendo: “Agora você vai para tal lugar”, com a trouxa nas costas, saindo do Rio Grande do Sul com a sua cabeça de gaúcho, indo parar na vicinal, é um poder muito grande. E esse material que o Adrian filmou e que passou muito na Inglaterra, é um material que fez a cabeça do europeu ecologista, ambientalista da nossa geração. Toda essa onda de ambientalismo, ecologia, esse material que ele passou na televisão foi um dos grandes provedores do simbolismo que teve na Inglaterra na década de 1970 e 1980. O Paul McCartney, quando fez o seu primeiro disco solo, tinha uma música que chama *Kreen Akrore*, tem um instrumental também, mas ele fez aquilo porque ele assistiu ao filme do Adrian. Esse material que está agora no Brasil tem uma importância muito grande para nós. Eu, como jornalista, posso dizer para vocês da profunda inveja que eu fico de jamais ter tido a oportunidade de fazer uma coisa como essa. Os jornalistas são desesperados por definição, trabalham correndo, temidos contra o tempo, que tem que fazer qualquer coisa, soltar todo dia, tem que entregar seis, sete horas da tarde, no dia seguinte, você acorda e lê o jornal, você morre de vergonha, é tudo mal escrito, mal feito, então é uma profissão que tem um certo *glamour* por um lado, mas por outro tem um desespero constante, que faz com que qualquer jornalista com o mínimo de caráter queira que tudo se resuma, que se tenha mais tempo de se fazer as coisas, de se aprofundar, acho que todo o jornalista se mete a escrever livro, a fazer filme, que é para descontar essa frustração de estar sempre apressado, correndo, no desespero. Eu trabalhei como editor do Jornal Nacional da TV Globo durante sete anos, era editor de notícias internacionais, e uma vez, quando morreu Leonid Brejnev, presidente da extinta União Soviética, eu fiz um resumo de 18 anos da Era Brejnev em um minuto e treze segundos. Já o Adrian pôde, durante 20 anos, percorrer todas as suas obsessões, ir atrás de todas as suas ideias fixas, uma obstinação invejável, entrando no último igarapé de não sei onde, para buscar o resto da camisa que ficou pendurada no galho da árvore, para falar com o índio, para encontrar a irmã sequestrada... Isso é uma coisa inimaginável, eu estou com uma profunda inveja desse material e do tempo que você teve e dos recursos também, não é que nós sejamos incompetentes, mas a sua oportunidade, a chance, se eu tivesse também, faria alguma coisa.

Adrian Cowell: Coisas que...

Ricardo Arnt: Claro, são os recursos.

Adrian Cowell: Tempo custa dinheiro, se você vai jogar com o tempo, precisa ter bastante recursos e felizmente eu tive para alguns de meus filmes. Isso fez muita diferença. Dos filmes que têm mais de dois anos, eles ganharam os melhores prêmios. Foi o tempo que ganhou os prêmios. E tempo significa muito dinheiro.

Ricardo Arnt: E só para fechar eu queria também dizer o seguinte: eu não sei como é que foi o resultado da Raposa Serra do Sol. Estava quatro a zero a favor? Cinco?

Espectador: Cinco a seis.

Sydney Possuelo: O plenário já tinha votado a questão da demarcação contínua. Saindo a demarcação contínua, está *ok*. Mas eles vão criar tantas restrições daqui para frente que vai ser uma loucura. Dali não vai sair coisa boa, não. A Raposa Serra do Sol daquele tamanho, dali não vai sair uma coisa na demarcação das terras indígenas. Eu quero pegar carona na sua fala sobre a questão do cinema, eu acho que na verdade estamos todos nós aqui reunidos na temática dos povos indígenas, mas o mote maior é o Adrian e todo esse acervo que ele traz. Você levanta na sua explicação várias questões que, para mim, remetem àquela coisa de fazer cinema no Brasil. Por que é que teve que ter o Adrian, se nós aqui não conseguimos produzir? Eu acho que é um tema interessante. Eu consegui alguma coisa. E para isso, no Brasil, não investem a longo prazo. Consegue-se em Londres, em outros países, a Europa de um modo geral, e os Estados Unidos. Hoje em dia diminuiu muito, mas eles investiam meses, mandavam uma equipe para cá e ficavam meses e meses para pegar um esquilinho fazendo aquele negocinho com a castanhinha, investiam tempo. Agora isso era só a questão de ecologia. Quando se trata das frentes, do avanço nacional, do Brasil grande do “ame-o ou deixe-o”, o Adrian se mete, gasta a vida dele todinha e faz um acervo fantástico. Um dia eu estava com a comadre na casa dele e ele me levou ao porão, uma casa imensa, grande. Nós andávamos por veredas com latas e latas de filme, montanhas de lata de um lado e do outro dentro da casa dele. É esse material que eu vi lá, e que veio para o Brasil, quando é que nós o teríamos? Porque quando é você que tenta resguardar a memória, você leva a pecha, se você começa a se preocupar em preservá-la através de jornais, televisão e, principalmente, através de documentário, você ainda cria um problema sério para você, “aquele cara gosta de imprensa, ele gosta de estar na televisão, na mídia”, é um dos perigos entre os vários que corre quem faz isso. Mas qual seria a causa de não nos preocuparmos com a nossa memória? O que nos falta? Todos nós sabemos da importância de se ter memória guardada, mas por que nós não fazemos isso? Por que é tão difícil fazer cinema nesse país? O filme *Serra da Desordem* demorou mais de dez anos para ser feito, eu nunca vi. Com o tempo, o diretor quase fica louco de ter que ultrapassar tantas e tantas limitações. Pior que ser sertanista é ser diretor de filme no Brasil. Eu acho que a única coisa que consegue nos superar em loucura e determinação é você se embrenhar por esse caminho. O que será que nos falta? Você está com dinheiro? Você acha que é só dinheiro?

Ricardo Arnt: Olha, talento tem, eu acho.

Sydney Possuelo: Talento tem.

Ricardo Arnt: As condições de produção são difíceis, o mercado, eu não sou a pessoa autorizada para falar sobre isso. Mas eu acho que se tivesse alguém bancando para ficar três anos e ganhasse alguma coisa, três anos é um bom tempo para se fazer um bom filme.

Sydney Possuelo: Com certeza. Mas eu acho que é uma das coisas. Adrian, qual é a visão, o que você acha?

Ricardo Arnt: Por que é que o brasileiro não faz filme?

Sydney Possuelo: Não guardamos a nossa memória?

Adrian Cowell: Eu acompanhei de perto um caso muito curioso, o sistema inglês. Nas décadas de 1950 a 1980, até o meio disso, todas as companhias de televisão e propaganda tinham que renovar a sua licença a cada cinco anos. E algumas perdiam a licença porque não fizeram o bastante para o bem do público. Então, dois anos antes, eles precisavam apresentar alguma coisa para o governo, para mostrar que eles fizeram. Aquele era o momento que você ia com o projeto que custaria muito dinheiro, e alguns jornalistas perguntam para mim agora se nós estávamos procurando alguma coisa artística. Não, nós fomos pagos para fazer algo que impactasse para as pessoas se lembrarem e para ganhar prêmios, e eu ganhei muitos prêmios, por quê? Porque televisão tinha um departamento só para colocar filmes para ganhar prêmios. É uma coisa muito complexa ligada à renovação da licença. Mais ou menos no meio da década de 1980, Margaret Thatcher acabou com isso, a pessoa que paga mais vai ganhar uma licença, acabou com esse leilão e, de fato, os projetos com bastante dinheiro diminuíram. Agora tem uns 100 canais na Inglaterra e o investimento está dividido entre esses canais. Os filmes estão piorando. Agora eu estou muito feliz porque tenho orçamento para dois meses, geralmente era para duas semanas. Então essa é a explicação para o que aconteceu.

Sydney Possuelo: Com certeza a questão do dinheiro é uma explicação. Que também hoje trabalha no cinema, e ele conhecia a questão do cinema. Quando nós saímos de lá, eu contei quatro latas jogadas no chão, e ele diz o nome, tinham quatro prêmios que eram os maiores prêmios da televisão britânica, estavam lá no chão, largados, ele não dava muita importância. Eu acho que isso fala muito da personalidade do Adrian, que é uma das pessoas que eu tenho uma satisfação de botar no meu rol de amigos, embora tenhamos sempre uma distância imensa entre nós, mas ele pertence a essa classe muito especial. Agora, fora isso, Adrian, é muito interessante vermos aquele homem que nunca está aqui na mesa, porque está sempre filmando e ele nunca fala nada, está sempre atrás da câmera, que é aquele ali. Em *A Década da Destruição*, esse homem andava em cima de uma Toyota grandona, e ele ficava assim, sempre quieto, sempre filmando. Não é interessante chamá-lo para dizer alguma coisa? Você vai ficar caladinho? Quietinho?

Ricardo Arnt: Fala, Vicente!

Vicente Rios: Muito obrigado, mas eu preciso continuar o meu trabalho.

Sydney Possuelo: É sempre isso aí, a vida inteira!

Ricardo Arnt: Tem outra coisa que pouco sabemos que, além desses 50 anos no Brasil, o Adrian passou 40 anos filmando na Birmânia. Conta essa história.

Adrian Cowell: Eu não vou contar, mas lá era muito mais perigoso que aqui. Eu vou contar uma história do Vicente. Ele estava naquela expedição dos Uru-Eu-Wau-Wau, você viu no início do filme que passou, antes dessa sessão. Vicente estava no posto da Funai lá, com os índios isolados nos rondando e flechando qualquer pessoa. Vicente estava na casa escrevendo uma carta, e a maior parte do pessoal estava no campo de pouso, porque chegou um avião com mantimentos. E subitamente o Vicente ouviu sussurros, olhou - as casas eram feitas de toras e dava para ver por dentro dos buracos das toras - e viu um índio

pelado. Nossos índios estavam com roupas, deliberadamente não quis fazer confusão com eles. Ele sabia que a meio metro dele estava um índio isolado com arco e flecha. Ele saltou devagar para a porta que estava do outro lado da casa e correu para a casa onde eu estava, chamando o meu nome e caiu na lama, e exatamente quando ele caiu, passaram três flechas por cima das suas costas, e acertaram a madeira da porta que estava aberta. Eu saí com dois Suruí que estavam lá, todos estavam com armas, tinha três índios prontos para flechar o Vicente no chão. Mas os Uru-Eu-Wau-Wau, nós ficamos sabendo depois, nunca confronta com uma arma, se a pessoa está armada, eles atiram por trás, não pela frente, porque pela frente é perigoso. E eles simplesmente sumiram. Então, essa é uma aventura desse rapaz, Vicente. Mas era uma aventura com flechas. Na guerrilha na Ásia eram rifles, metralhadoras, morteiros – muito mais perigoso.

Ricardo Arnt: Perguntas?

Marcos Apurinã: Ele caiu na lama, o índio atirou três flechas, você saiu com dois Suruí de dentro do barraco com a arma. Se eles tivessem flechado o Vicente, vocês atirariam neles?

Adrian Cowell: Naquela expedição não deixavam que se fosse sem arma, essa é a política do Apoena Meirelles, ele queria mostrar que você está com bastante força para que ninguém te fleche, porque se eles flecham você, vão pensar que você vai se vingar, e vão embora para longe. Esse tipo de abordagem a flechadas que eles estavam fazendo contra nós durou cerca de quatro ou cinco meses, é um tipo de teste para abrir conversa e, de fato, logo depois do ataque ao Vicente, em seis semanas, aconteceu o primeiro contato. Esse não é exatamente um ataque, é um tipo de fala, é isso mesmo. Qual é a sua questão? Que eu esqueci agora... Não, a Funai insiste em você atirar para cima. E eu acho que todo mundo obedece isso, não tem outra opção, precisa atirar para cima. Você pode falar, você deve estar muito acostumado com isso.

José Meirelles: Quando nós chegamos lá no Envira, há 20 anos, passamos vários sustos, porque evidentemente para os índios de lá éramos mais um para perturbar a vida deles. Já havia uma guerrilha lá, e chegam mais algumas pessoas de onde não se sabe, e se instalam em um lugar perto deles. Depois de determinado tempo, nós resolvemos demarcar a terra indígena Kampa e Isolados do Envira, um sistema demarcatório meio complicado de levar aquele bando de gente para o mato, fazer picada. Com essa demarcação, os índios isolados queimaram a frente toda, nos cercaram lá pelo mato, Sydney foi nos resgatar com os helicópteros do Exército, porque nós não podíamos mais sair de lá. Então, algumas flechadas são como o Adrian disse. Teve um caso de duas pessoas puxando a canoa para o raso perto de um barranco e o índio flechou no meio da canoa. Ora, índio está acostumado a matar um macaco no olho do pau, uma pessoa lá na ponta de uma canoa e outra aqui, e ele flechar no meio da canoa? Ele está fazendo um teste para ver o que é que acontece, isso é uma coisa. Às vezes, a flecha é para acertar, me acertaram aqui no rosto e saiu pelo pescoço, eu quase morro, por conta de umas invasões que aconteceram na área do outro lado, no outro rio que estava sem uma base de proteção, e que agora já existe. Mas depois de determinado tempo, essas coisas começaram a melhorar. E melhoraram lá no Envira, recentemente, há dois anos, começou aquela história do Peru, de invasões de madeireiros na região indígena peruana, que é próxima a nossa fronteira. Chegou um grupo de lá que provavelmente foi expulso e entrou no território brasileiro. As coisas não acontecem de

graça, como você falou, índio não flecha ninguém à toa. A mão de obra dos madeireiros no Peru é essencialmente indígena, são as pessoas que entram no mato para procurar madeira, os madeireiros usam os índios porque eles conhecem a mata. E quem é que são os índios que estão trabalhando para os madeireiros no Peru? São Ashaninka, são Kaxinawá, são Kulina. O índio sai de lá do Peru corrido e vem para o Brasil, quem ele encontra? Índios Ashaninka, índios Kaxinawá, índios Kulina, os mesmos personagens, e mais um bando de branco idiota que mora lá. Evidentemente o que eles vão pensar? “Bom, aquele cara é madeireiro, flecha nele!” e começa a haver uma tensão entre os índios do lado brasileiro, que não têm nada a ver com exploração de madeira, estão fazendo gestão territorial, repovoamento de tracajá, e de repente, existe uma nova tensão, uma coisa nova. Então essa questão do ataque, desse tipo de coisa, é uma reação natural, às vezes para testar e às vezes porque não tem uma outra maneira dele se expressar, mas eu acho que isso está presente aí e dependendo da situação pode mudar. No caso particular dessas fronteiras está mais complicado, porque nós estamos sofrendo lá, o problema que é do outro país e que nós não podemos interferir tanto, mas acho que eu vou deixar por aqui e aguardar as perguntas de todo mundo que é melhor.

Bruna Franchetto: Uma pergunta tanto para o Sydney como para o Meirelles: nós vimos aqui a documentação do Adrian acompanhando experiências, casos, histórias daquilo que era chamado de frente de atração. Houve e há uma preocupação de documentar esse processo do trabalho do não contato? Quer dizer, as frentes, as expedições, elas incluem alguém com equipamento que registre os fatos, os processos do contato e não contato? Existe alguma documentação? Se existe essa documentação, há uma preocupação do que fazer, se está sendo guardada, preservada, tem projetos com relação a esse documento, seja fotográfico, seja filmográfico ou em vídeo? Houve ou há uma preocupação em registrar e documentar esse trabalho, essas experiências de vocês?

Sydney Possuelo: Sim, eu já entendi. Com relação a uma política para uma equipe dessas maiores ir na frente sempre foi muito mais difícil, a única coisa que se conseguia, às vezes, era o Globo Repórter, que já foi várias vezes nas frentes, e outras TVs, mas eu me lembro que, quando no departamento, eu comprei máquinas fotográficas e filmadoras para todas as frentes, é claro que não é um produto profissional, mas ele tem a sua importância histórica. Hoje eu não sei como está, se ficou velha, se compraram outra, se tem dinheiro ou não, mas nessa época havia, e mesmo eu passei muitos anos trabalhando, a maior parte das frentes que eu tive, fiz sete contatos e deles a maior parte eu não levava a câmera, os índios nunca gostavam de câmera. Eu perdi a possibilidade, porque não tinha quem me seguisse para ir fazendo o trabalho, porque eu não queria ser aquela pessoa para quem os índios dissessem: “Abaixa esse negócio! Tira esse treco da nossa cara!”. Então, perdi muita coisa, muita possibilidade, mas o que eu consegui, eu dei para a Funai, centenas de fotos, principalmente slides, que não encontram em lugar nenhum, a Funai perdeu tudo, desapareceu com tudo. A Funai sempre foi horrorosa em várias coisas, mas nessa parte ela foi horrorosa! E perdeu muita coisa. Hoje só tem, razoavelmente confiável, o Museu do Rio, um trabalho que foi feito lá pelo Betinho, que fez um bom trabalho e que montou aquilo tudo. Mas de um modo geral a Funai perdeu tudo, então é um desestímulo. Eu peguei presidentes da Funai com fotografias desse tamanho que eram editadas fora do país e vinham para cá, com um custo altíssimo, dando para outras pessoas, ele gostava de fulano, dava para um, dava para outro, coisas assim. A memória das frentes, principalmente essas coisas mais íntimas que é o

sertanista, seus auxiliares que estão ali com a máquina para filmar, muito se perdeu porque a Funai não guardou nada disso. Pena que o nosso Márcio não esteja aqui hoje, o presidente estava ontem aqui, para dizer a ele exatamente sobre isso, eu não sei se mudou, se mudou esse aspecto. É, hoje eu não sei como está. O Meirelles completa aí.

José Meirelles: Tem muita coisa que se perde, primeiro porque não tinha pessoas especializadas no assunto, bons câmeras, Vicente que está aí quietinho, já andou lá no Envira, nós fizemos uma viagem juntos, fomos lá na fronteira do Peru, ele anda bem no mato, tem até um material filmado. Existe alguma coisa que está sendo guardada, essas últimas fotos dos isolados do Envira, um sobrevoo que nós fizemos. Não tem uma sistemática, existe um camarada que filma lá, porque para fazer essas imagens que o Adrian fez, precisa passar anos, não é todo dia que você vê uma coisa, tem que estar há muito tempo lá, nós passamos anos no mato e vimos coisas fantásticas, mas cadê uma hora para filmar? Não existe uma rotina. Seria bom que tivesse, mas não tem e eu não sei bem porque, tem um monte de dificuldade. Mas deveria, eu acho que seria interessante guardar essas coisas.

Sydney Possuelo: Havia situações interessantes com esse negócio de filmagem, eu me lembro que o primeiro surto de gripe que nós vivemos nos Arara, em Altamira, existia no Museu no Rio de Janeiro uma equipe que fazia filmagem, e eu chamei o pessoal para registrar. E aí deu uma briga com a presidência da Funai, que mandou retirar, e eu não deixava os caras irem embora, “vocês tem que mostrar isso aqui”, tem que mostrar. Foram feitos vários rolos, mostrando o drama terrível daquele povo. Esses rolos desapareceram, dois ou três rolos foram levados para um dos diretores, segundo consta, que pegou os rolos dos filmes e desapareceu. São dificuldades que você tinha. Você tinha uma equipe de filmagem, mas que não podia filmar porque o presidente não queria, porque mostrava o índio tomando injeção, índio magro, nós carregando aqueles corpos no meio da mata. Eram coisas que precisavam ser e foram registradas, estava junto até aquele menino, hoje é um ator, moreno... O Marcos! O Marcos Palmeira, eles não tinham claquete, ele fazia com a boca aquele estalo “Páaa!”. Mas são dificuldades terríveis, não é como o Rondon, que passou anos com carro de boi abrindo aquelas picadas terríveis, fez filmes fantásticos! Ele revelava, mas não era uma coisa digital, que hoje tem muita facilidade, era aquela revelação de levar aquelas películas, e ele fazia isso na selva, ele pôde e teve a presença de espírito de guardar a memória de seu trabalho, que é grande parte da nossa memória, da conquista desse território. E hoje que se tem tudo mais facilitado, praticamente não se tem nada. Muito pouco.

Stella Oswald Cruz Penido: Bom, eu queria retomar aqui o tema do debate, que foi a pergunta que o Adrian fez para o Meirelles, queria que ele falasse um pouco das tribos isoladas e do desenvolvimento da Amazônia. Você começou a falar da questão da fronteira do Acre com o Peru, da Petrobras, dos madeireiros, a coisa não é tranquila, não tem um romantismo de “vamos deixar os índios isolados fazerem contato quando eles tiverem interesse”. Tem uma situação de conflito como tinha na década de 1940 e 1950, como sempre teve. Fale um pouco disso, a perspectiva, você está na eminência de enfrentar uma situação difícil.

José Meirelles: Do lado brasileiro, no Estado do Acre, olhando o mapa, dá para ver que tem um corredor contínuo de terras, reservas extrativistas, florestas nacionais, Parque Nacional da Serra do Divisor, ou seja, a divisa do Acre com o Peru é praticamente de terras preservadas. Do lado peruano existem, para índios isolados especificamente, aproximadamente cinco milhões de hectares, que é uma quantidade de terra razoável para índio isolado, você pega a Reserva Murunahua, o Parque Nacional Alto Purus, a Reserva Escunhal, isso tudo para o índio isolado. Só que o que está acontecendo do lado de lá é uma versão – eu estava conversando com o Vicente, se ele for hoje em frente ao maldonado, ele vai lembrar Santa Inês, aquela região próxima de Serra Pelada, está acontecendo lá exatamente o que aconteceu com Rondon, só que com mais força. Existem quatro coisas que estão acontecendo simultaneamente: primeiro, a ligação com o Pacífico, quem sai do Acre, de Rio Branco, dá para tomar banho no Pacífico indo de carro, a ligação do Brasil com o Peru; segundo, uma grande exploração de minério, de ouro no Madre de Deus, aquela região, uma altíssima exploração de madeira nessa região, essas terras para índios, tanto de nativos como de índios isolados, totalmente invadidas por madeireiros, com 80% aproximadamente da produção de madeira e a oferta hoje no mercado internacional sai dessa região. Sobreposto à mineração e à madeira, tem os lotes das petrolíferas. Então se pegar o mapa do outro lado, 90% e tantos da Amazônia peruana que está concedida para petróleo, mineração e exploração de madeira, uma coisa sobreposta a outra, se você for somar vai dar 300%, porque é uma sobreposição. Isso está acarretando que esses povos isolados - que existem, embora até o começo desse ano o governo peruano dissesse que não, que essa história de índio isolado peruano é história de ambientalista maluco - esses povos que estão ali nessa região, no meio dessa exploração de madeira, vários já devem ter morrido, alguns estão se mudando especificamente para a área que eu trabalho. Há dois anos nós fizemos uma viagem a uma região que não tinha índios isolados e, de repente, agora tem. Eu estive recentemente em Cocal, discutindo com algumas pessoas, no tempo que eu estive lá o rapaz que tomava conta da reserva do Alto do Purús dizendo que não, que os índios não eram do Peru, que na reserva da região não tinha exploração de madeira. Deu frotas de trações de motos descendo o Rio Envira! É essa movimentação grande que não está levando em conta os índios isolados, nem os índios das comunidades nativas peruanas, esse povo está vindo para cá. Tudo bem que sejam bem-vindos, mas do lado de cá já existem outros povos isolados, e eu não sei o que está havendo entre eles, porque nós não podemos saber, mas o fato é que nós tivemos uma reunião em Rio Branco com as lideranças indígenas que moram no entorno da área dos isolados, e eles definiram bem a situação: “Meirelles, a nossa terra está ficando apertada”. Ou seja, os índios cresceram, as terras indígenas do Acre demarcadas cresceram. Lá no Kaxinawá do Humaitá, quando foi demarcar, tinham 500 Kaxinawá, hoje tem mil e tantos. Os índios isolados também por conta da proteção cresceram, e está chegando mais índio do Peru. Eu até estava brincando com o Vicente agora há pouco, nós inventamos uma nova categoria de índios isolados, que é “índio isolado refugiado”. Com isso e com essa proximidade das aldeias de índios já com contatos do Acre, pode ocorrer um contato de uma hora para outra, ou então, pode recomeçar uma guerra, vai acabar índio matando índio. Os índios do Acre têm consciência que os povos isolados estão vindo para cá não porque eles querem, mas porque estão sendo obrigados. Mas é aquela história, os caras me falaram: “Meirelles, eu não posso chegar em casa e ver minha mãe correndo e o cara flechando ela. Eu não vou ficar olhando isso e nem quero mais que toda vez que a minha mãe sai de casa para o roçado arrancar macaxeira tenha que pegar as coisas todas da casa e enterrar no igarapé, porque senão os parentes lá

do Acre...”. Eles chamam de “parente bravo”, uma maneira carinhosa de chamar os isolados, “... os bravos vão lá e carregam as coisas”. Nós temos uma nova história que está acontecendo lá, coisa que há 20, 15, 10 anos ninguém nem pensava, isso é uma política do governo peruano, e tem a política brasileira de integração com o Peru. E esses povos, pelo que eu vi das reuniões que eu já participei, absolutamente não estão sendo levados em consideração. Inclusive eu não posso deixar de falar isso aqui, de algumas empresas brasileiras que têm o maior cuidado, cuidam das tartarugas, das ararinhas azuis, e a Petrobras tem o Lote 110 em cima da área do Murunahua, já está na fase de explosão sísmica, na área dos índios isolados. Isso é um fato, é só pegar na *internet* que se descobre isso. Essa questão toda é muito grande, os índios do Peru, as organizações indígenas preocupadas com isso, mas é uma política de governo realmente de estado, acho que uma coisa tem a ver com a outra, o tal do ISA, esse clã de integração da América Latina, energia, estrada, não sei mais o quê. O fato óbvio é que esses povos não estão sendo levados em conta e eu acho que é uma guerra bem desigual. Nós que vamos ter que talvez repensar essa política, principalmente lá, mais especificamente no caso do Envira, de repente haver algum contato, nós vamos ter que repensar isso tudo, porque a situação não é mais a de dez, cinco anos atrás.

Stella Oswaldo Cruz Penido: E a Funai pode se posicionar, vai se posicionar como em relação a essa situação específica?

José Meirelles: Olha, a Funai tem sido convidada para participar dessas reuniões, o presidente da Funai esteve nessa reunião de pauta, nós estivemos lá, porque existe uma certa experiência, essa reunião foi específica para ver essa questão dos isolados. Mas acontecem essas coisas, acabam extrapolando até a esfera de competência da Funai, porque são relações internacionais, estamos falando do Brasil e do Peru. O Brasil da Funai não pode chegar lá no Peru e deitar falação, sair fazendo regra no país que não é dele, isso é coisa do Itamaraty. O problema é que as coisas estão acontecendo rápido demais e as relações internacionais andam um pouco devagar, não entendo muito bem disso, eu vivo lá no meio do mato, mas eu estive conversando com o embaixador do Peru há pouco tempo e as coisas acontecem em velocidade muito pequena, e o que está acontecendo lá na fronteira acontece muito rapidamente, então existe essa descompensação do que está acontecendo de fato e o que se pode fazer, é uma questão difícil, eu não tenho uma resposta, não sei como é que vai ser, o que nós vamos fazer, vai ter que conversar, discutir isso. Localmente o que nós que trabalhamos com os isolados, que pretende preservar e garantir o espaço desses povos, o que nós vamos fazer? Eu não tenho essa resposta, não tenho, se eu falar que tenho eu estou mentindo.

Espectador: Eu queria pegar carona em duas coisas que você e Adrian falaram, voltando a questão do valor do acervo e da sua preservação. O Adrian falou que o processo que mostrou nesse filme, em vários filmes, está rolando há sete a dez mil anos, o processo de expansão de uma cultura, de uma civilização possível, de uma outra ocupação de suas terras. E você falou do valor desse acervo do Adrian e a importância da sua chegada aqui no Brasil. Eu queria reforçar isso e fazer algumas ponderações: se é um processo histórico que tem uma série de exemplos, não idênticos, mas comparáveis, o que aconteceu e está acontecendo no Brasil, pelo menos há 100 anos, é o primeiro exemplo desse processo documental. Se você pegar processos semelhantes como o fechamento da fronteira, no caso

dos Estados Unidos, do Canadá, Austrália, outros países, tem uma documentação esparsa, por causa da tecnologia, não existia filmagem na época daquelas fronteiras. Em situações contemporâneas, por exemplo, da Indonésia, na Papua Nova Guiné, onde aconteceram coisas semelhantes, esses lugares não têm os seus “Adrians”, não está sendo filmado. Então, o Brasil é um caso único, eu acho. Existem complicações. Existe a complicação do Adrian que está chegando aqui, que é a pérola da coleção, pelos motivos que você descreveu, o detalhamento, a persistência dele, a sua capacidade de passar anos procurando as imagens. Mas tem outros acervos também neste país, acervos audiovisuais, acervos documentais que estão aqui espalhados. Em outros países, eu penso, por exemplo, o caso do Canadá, que recentemente fez o seu Museu da Civilização Canadense, que não tem esse tipo de documentação, mas tem artefatos contando a história da chegada dos europeus, a imposição da cultura europeia por cima da cultura indígena, é uma instituição muito querida no país, é um prédio arrojado. E geralmente tinha uma tacada inicial para fazer a obra, para colocar o nome da empresa na Lei Rouanet, na construção, mas faltavam recursos para a sua manutenção a longo prazo, para os seus projetos de edificação. Eu acho que temos todas as condições de acervo e de conteúdo de fazer um museu, Museu da Civilização Brasileira. Eu acho que não tem o tipo de filmagem que temos aqui, não tem a riqueza da documentação do contexto atual, pode ter um acervo sobre o século XIX, a fronteira, as populações indígenas, mas em relação ao que é contemporâneo, só existe a capacidade de fazer isso aqui, eu acho que é o momento de pensar em um Museu da Civilização Brasileira ou das Lutas Socioambientais, ou seja o nome que quisermos dar. Eu acho que tem todas as condições, queria deixar essa sugestão no ar.

Ricardo Arnt: É uma bela sugestão, será que a Petrobras banca isso? Sobre a questão de ter uma documentação no Brasil, é importante nós lembrarmos que essa história do contato e da expansão da fronteira no Brasil é muito trágica, e que causa muito problema para a nossa identidade, nós somos sofridos com isso, mas tem um outro lado que temos que pensar nessa história, que é isso que você está falando. No filme sobre os Panará tem um antropólogo americano - geralmente os bons antropólogos estrangeiros tentam elogiar o país para nós, nós ficamos reclamando: “Não, o Brasil é uma bosta, aqui nada dá certo!”, “Não, mas é legal”, um efeito reverso. E ele diz lá que em 1967 não tinha terra indígena no Brasil, e eu me lembro que em 1975, 1976, tinha um plástico que você colocava no carro para a demarcação das terras indígenas. Nós deveríamos lembrar que a nossa geração foi a que ajudou. Em 1967 não tinha nenhuma terra indígena no Brasil, e hoje tem 12,5 no território brasileiro, de 8,5 milhões de km², tem mais de um milhão de km² de terra indígena, é uma enormidade de terra indígena, com muitos problemas, mas me lembro quando tinha 200 mil índios no Brasil, hoje tem um milhão, hoje tem um monte de população que reivindica a identidade indígena, deve ser porque tem alguma vantagem nisso, antigamente não se fazia isso. É importante, nesses 40 anos, de 1967 a 2007, nós passamos de zero para 12,5 de terra brasileira, nós fizemos, nós, antropólogos, indigenistas, nós conseguimos fazer isso, isso é uma coisa expressiva e de se orgulhar.

Sydney Possuelo: Interrompi aqui só para uma correção: já existiram muitas terras demarcadas no Brasil, a demarcação começa antes de Rondon, já há uns anos que se teve demarcação. Não tinha a extensão, mas por volta de 1991 dobrou-se a superfície de terra no Brasil e eu tive a possibilidade de participar disso, porque eu presidia a Funai, foi no Governo Collor. Nós pegamos cerca de 550 mil km² e em um ano passou a um milhão

cento e poucos mil km², realmente a década frontal foi fantástica nisso. Eu só queria informar que já tinha terra demarcada naquela época do Rondon, porque o processo de demarcação começa muito antes. Só uma correção.

Espectador: Só uma frase, o que me fez pensar sobre essa ideia há dois anos foi a inauguração do Centro Simbólico da República, na Esplanada dos Ministérios, e a inauguração de dois elefantes brancos: a Biblioteca Nacional e o Museu da República, ambos sem acervo. As instalações estão lá.

Espectador: Queria parabenizar o Adrian pelo filme a que assistimos. O Meirelles tocou no assunto, eu sou Acre, lá de Rio Branco, trabalho na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O senhor já ligou lá várias vezes para o Jorge Viana, o senhor já subiu o rio com o Jorge algumas vezes para visitar algumas aldeias. Estou com uma questão do Peru, da tríplice fronteira, inclusive é uma área que tem um fórum internacional chamado MAP, que é do seu conhecimento, que envolve também a Bolívia, que deu o Mini MAP Indígena. A gente lá no Acre está trabalhando o zoneamento ecológico, o etnozzoneamento inclusive em terras indígenas, fazendo a gestão dessas terras também. Um parente meu fez um detalhamento bem profundo e, do outro lado, no Peru, o país não tem instrumento de controle para evitar a exaustão dos recursos naturais, essa história da madeira ilegal, mineração. É uma questão que eu até sugiro que a Funai participe mais desse fórum de discussões, se envolva mais nessa questão que é delicada, porque envolve a soberania nacional inclusive. Esses índios estão invadindo as terras indígenas há bastante tempo, até no Rio Amônia também, o senhor conhece lá também, lá nos Ashaninka, essa exploração ilegal de mogno há muito tempo vem acontecendo, quando tem uma operação é IBAMA, Funai, todo mundo junto, Exército inclusive, e continua. A Funai deve se posicionar de forma mais firme em relação a essa questão, se envolver nesses fóruns de discussões, o senhor convidou para ir a Pucallpa o presidente, o senhor mencionou agora, eu acho que deve ter alguma deliberação em relação a isso. O senhor sempre está lá em Rio Branco. Teve recentemente na Biblioteca Marina Silva uma exposição dos índios isolados. Eu fiquei estarecido quando eu vi índio acorrentado, como escravo, pelos seringalistas, aquilo foi um absurdo, os índios serem tratados daquela maneira. E hoje continua, tem essas problemáticas.

Espectador: Eu acho que essa parte do Peru podia ser mais raciocinada. Se você conscientiza as pessoas do que está acontecendo, há uma chance maior delas se mesclarem nesse processo, e é uma forma de pressão também para que os problemas sejam solucionados. A questão do índio sempre existiu, mas as pessoas parecem que não se dão conta, não querem ver, e com essa coisa do meio ambiente, acho que o brasileiro está se dando conta da importância que o índio tem. E eu queria fazer uma pergunta para o Marcos. Ontem eu estive aqui e vi - eu chamo Marcos porque esses nomes indígenas são complicadíssimos, eu não consigo falar esses nomes - e falou assim: "O branco, o branco, o branco". Eu fico até meio chateada, porque eu sou branca, o Sydney é branco, mas é um cara que fez pelos índios. Acho que essa noção de branco é uma coisa complicada, o Marcos é casado com uma branca. Como é essa coisa do branco na cabeça de vocês? Não pode ser nós, esse branco não é a civilização europeia, invasora, ganância, o dinheiro? O que é o branco, porque, cara, não sou eu, não é o Sydney, não é o Wellington, não é o Adrian, não pode ser isso. O que é o branco para os índios?

Marcos Apurinã: O “branco” é o significado de muitos anos atrás, esse é o nome popular que todo mundo usa, inclusive agora ali mesmo no STF, os próprios ministros falando de “branco”. Eu já tinha dito para mim que eu não falaria mais “branco”, porque eu também acho uma discriminação chamar você assim e você me chamar de índio, e eu não sou índio, eu sou “popingaré” na minha língua, “índio” foi colocado por alguém, eu não sei quem. Na minha língua eu sou Apurinã popingaré, “gente”, “popingaré” significa “gente”. Chamo de “branco” porque esse nome já é popular para todo mundo. E acredito que ao longo do tempo, e já deveria, porque é importante fazer isso, porque nós temos trabalho em faculdade, nas escolas, quando eu vivia na base, quando eu estava nas aldeias, perto do município - hoje eu moro em Manaus - eu sempre trabalhei isso, é importante. Quando eu ia para as escolas, levava dois filhos meus para mostrar para as crianças que essa diversidade, independente da diversidade cultural indígena, ela não tem fronteira, não tem barreira e com o branco também. Eu acho que isso teria que mudar, já está avançado demais, nós estamos no século XXI, nós precisávamos melhorar isso, existe esse lado dessa palavra e ela não é a ideal. Aqui na mesa já se falou em “não indígena”, “não índio”, pode ser. Então é muito difícil, eu posso até entender. Só que para o meu cacique, essa educação, eu diria, essa humanização, a Funai contribuiu muito para isso, digo a Funai porque até hoje nós somos todos dela. E por que é que isso não aconteceu lá nas aldeias? Por que a educação não chegou lá? Ensinar um cacique lá, ele é tradicional, ele tem uma lei dele, uma legislação do índio. O governo brasileiro, através das fundações, ONGs e igrejas nunca disse: “Olha, Apurinã, estuda isso daqui que é a legislação de vocês”. Não, eles militam outra coisa em nossas aldeias, a Funai eu nunca vi, mas já vi igrejas nos proibirem de dançar a nossa dança do macaco. Isso deveria chegar na nossa aldeia, para que nós pudéssemos chegar nos companheiros que estão aqui, que lutaram, que estão defendendo, que já levou flechada do índio, quase morreu. Eu falo, às vezes, um branco é um negro, mas não é branco, é pele morena mesmo. É isso que eu acho que tem que terminar, deveria ter terminado, mas às vezes o culpado é o índio, eu não quero toda vida dizer que eu sou culpado, porque eu já sei o que é doce e o que é amargo, o que é bom e o que é ruim, mas eu vou ensinar ao meu parente, eu vou tentar ensinar para ele como é que tem que chegar na sociedade dominante, envolvente, como é que ele chega preparado para isso. Eu estou tentando fazer essa política pública na minha aldeia, mas eu queria que esses parceiros também fizessem isso, a própria faculdade mesmo, que ensinasse os nossos jovens. Nas nossas escolas da aldeia só tem até a quarta série, depois o jovem aprende a ter um celular, porque vê o rapaz que é um não indígena, ele quer ser daquele jeito, ele acaba se corrompendo, é droga, é alcoolismo, é prostituição. Nós precisamos ver os índios como cidadãos também, como qualquer um, eu posso ter uma moto, eu posso ter um carro, eu posso, eu sou ser humano, eu pago imposto, eu voto, eu ajudei a eleger o Lula, então eu tenho esse direito, eu sou um cidadão. É complexa para caramba essa questão de direito hoje, nossos 70%, 50% da sociedade indígena está na cidade, nas periferias, nas zonas urbanas. Em Manaus são 20 mil indígenas, 10 aldeias dentro da cidade, ninguém se preocupa em fazer uma política melhor para esses índios: “Ah, esses índios tem que ir para o mato!”. Não é assim, não fomos nós que quisemos estar lá. O que a Funai está fazendo hoje pelos índios isolados? Um dia me perguntaram: “Tu gostaria de estar lá na aldeia, no mato, como era antigamente ou está melhor para você hoje?”. Eu não sei, porque quem garante que esses meus parentes que estão lá isolados, até quando eles vão sobreviver? Quem está filmando, como o Adrian filmou, e viu esse problema? Ninguém está sabendo.

Então, ninguém garante que aqueles índios estão seguros, ninguém sabe se vai chegar amanhã, vai chegar um madeireiro, um garimpeiro e matá-los. Então eu não queria estar lá, também não queria estar aqui, porque eu perdi minha cultura, não falo mais minha língua direito, me envolvi, me casei com uma branca, porque na minha cultura eu não me casaria com alguém do mesmo clã, porque não dá certo, acabei conhecendo uma branca, casei com ela, e acabo falando “branco” direto, eu tenho que parar com isso. Meus parentes não quiseram, mas ela foi para a aldeia morar comigo, comeu as coisas lá do mato. Essa vida está mudando, eu acho que essa diversidade com o não indígena está mudando. Hoje em Manaus tem um grupo que está saindo mestiço, nós vamos aceitar? Não sei, porque o estatuto, a Funai vai aceitar esse outro grupo de mestiço? Eu nunca vi! Tem pardo, tem negro, branco e índio, nós somos denominados como povos indígenas. Então é difícil.

Adrian Cowell: Eu quero comentar isso. Para o branco a palavra usada na Amazônia por bastante tempo, foi *civilizado*. Não era índio e branco, era índio e civilizado. Eles deixaram agora de usar o *civilizado*, porque tinha um sentido derogatório. Mas a palavra civilizado vem de *civis*, que é a palavra romana para cidade. Então se você usa a palavra civilizado, de um lado eram pessoas da cidade e do outro lado eram pessoas do mato. E vamos pensar na palavra *índio*, que usamos agora - é a palavra mais ridícula que você pode achar, porque Cristóvão Colombo e as outras pessoas que chegaram com ele acharam que tinham descoberto a Índia. Ele deu esse nome a um continente que ele nunca viu. É ridículo nós estarmos usando essa palavra, mas acho qualquer palavra que dá para passar comunicação entre um povo e outro, passar de pessoa para pessoa, é boa. Se você acaba com aquela palavra está acabando com alguma coisa que ajuda na comunicação. E realmente o que nós precisamos é comunicação entre todos nós, e também entre nós e os índios. Eu uso a palavra índio sempre, mas, por exemplo, têm índios nos Estados Unidos que rejeitam essa palavra. Eles têm razão. Não têm nada com índio legítimo. Mas eu acho que é perigoso para você acabar com qualquer palavra. A palavra é o que nos ajuda a entender um ao outro. Só isso.

Espectadora: Quando o Adrian estava contando a história do Vicente, das flechas, eu tenho certeza que passou na cabeça de todo mundo aqui as imagens, nós conseguimos visualizar a cena e entender o que aconteceu. Eu acredito também muito na força das palavras, acho que o outro registro documental e que falta talvez para aproximar um pouco a cultura indígena da gente não indígena seriam relatos pessoais das pessoas que vivem e que viveram as histórias que o Meirelles e Sydney viveram. Eu conheço o Sydney já há um tempo e lembro de um momento em que nós estávamos conversando, era um grupo que tinha várias crianças, e ele contou uma história que ele viveu, sobre uma índia que estava doente, que vocês levaram até um lugar e, enfim, toda uma saga para chegar ao hospital, eu lembro dessa história claramente, mas me lembro mais dos olhos das crianças, encantadas com a história que estava sendo narrada e com a força, com a riqueza das palavras e da história em si. E a minha pergunta é para o Meirelles e para o Sydney, nesse sentido, cadê isso? Alguém está registrando isso, porque as coisas já aconteceram, muitas coisas foram filmadas, mas muitas coisas estão só nas cabeças das pessoas que viveram.

Espectador: Ou seja, “escrevam suas vidas”.

Espectadora: Essa é uma cobrança.

José Meirelles: Eu pelo menos não tenho essa pretensão, escrever um livro não é uma coisa muito fácil, está além das minhas capacidades. Mas está na cabeça das pessoas, e tem muita coisa por aí, eu não sei, eu não sou técnico nisso, mas eu acho que tem gente que sabe juntar documento, juntar essas coisas. Da minha parte nós sabe procurar índio. Mas tem gente que sabe procurar documento, tem pessoas que são boas nisso, é uma tarefa de vocês aí, que são mais letrados, sabem preencher, caminhar nesse emaranhado de informações, eu acho que essa é uma pergunta que talvez a resposta seja por conta de vocês, porque também não dá para nós sermos tudo, eu pelo menos não tenho capacidade para isso tudo. Acho que vocês têm que insistir nisso, instigar as pessoas, procurar onde é que está isso, gravar, conversar, essas coisas estão por aí, não estão desaparecidas não. Eu acho.

Mairawê Kayabi: Eu queria fazer uma observação aqui, para o Sydney e para todos, de novo falar do branco. Toda vez que se fala de terra e de índio, tem esse cálculo de terra, por exemplo, “o índio tem tantos milhões de terra”, e eu nunca ouvi falar, tantos fazendeiros, tantos posseiros, os índios, esse é o lado que nunca se falou, sempre se refere assim: “Não, o índio tem tanto”, “O índio tem tanta terra, para que é que quer mais?”. Então essa diferença que eu gostaria de ouvir pouquinho, quando é que nós vamos parar de falar, de fazer esse cálculo de que o índio tem tantas terras, para ter uma ideia, para poder puxar o assunto com a referência à terra indígena. Enquanto se fala da terra de índio, enquanto nós não faz um moitará aqui, Sydney, nós não chamamos mais de branco, então vocês também não façam o cálculo de terra de índio. É isso.

Sydney Possuelo: Esse rapaz que está falando, seu nome é Mairawê, é índio Kayabi, pode ser “índio” ainda? Eu o conheci juvenzinho, menino. Ontem quando eu o vi, estava dizendo para ele que outro dia encontrei em casa uma fotografia, eu com ele na mão e mais um outro junto, toda hora me esqueço.

Espectador: Piracumã!

Sydney Possuelo: Piracumã! Pira, molequinho assim, e eu atravessando a Rua Sete de Abril em São Paulo, em uma época que não tinha a Funai, já existia o SPI, a coisa era bem antiga, os Villas-Bôas não tinha escritório em São Paulo, não tinha nada, fazia tudo na casa deles, e eu ajudava na contabilidade. É só para dizer sobre Mairawê, que tem sempre umas colocações fantásticas. O que eu posso te dizer, Mairawê, é que só fazem isso com relação a índio. Ludwig, aquele cara daquele grande projeto na Amazônia, era um homem sozinho e tinha cinco a seis milhões de hectares e ninguém falava nada, porque ele vai investir milhões de dólares. Então quando é um homem branco sozinho que tem a capacidade de investir, tudo bem, não tem problema nenhum, ele está dentro do esquema. Mas se for 100 índios, 200, 10 mil, 20 mil, se for os caras todos da Raposa Serra do Sol que estão em cima de uma terra, que sentem aquele espaço, mil anos antes de constituir a nação brasileira, todo mundo tem que estar indo ao Supremo, que ainda está sendo consultado para saber se vocês, povos indígenas, têm direito ou não a essa terra. Nós, em comparação a países sul-americanos, estávamos muito adiantados, nós humanisticamente ainda estamos muito atrasados. A questão indígena é uma questão também de postura pessoal sua perante a vida, a questão do direito, isso é fundamental. É a única coisa que eu poderia dizer sobre isso.

Marcos Apurinã: Eu queria só complementar o que o Sydney falou, acho importante esse ponto que você levanta, nós temos alguns dados, às vezes não é real, mas nós temos hoje e eu tenho orgulho de falar isso, e preocupação ao mesmo tempo, porque nós estamos crescendo, o povo indígena está crescendo. Hoje nós temos aproximadamente 110 milhões de hectares de terra só na Amazônia. Na América Latina toda aproximadamente 200 milhões. Em todo o resto dos países mais a Amazônia nós temos mais de 50%. Então o governo tem que olhar para nós. O que saiu hoje aqui no STF é uma violência ao nosso direito de novo, porque nós não vamos permitir nunca, nem que sobre um único índio, mas nós vamos lutar pelos nossos direitos, essa é a nossa palavra. Nós queremos ajudar o país com a construção de uma política conosco inseridos, não do lado de fora, como foi toda a vida. Um país com construção, um país democrático, esse é o que nós queremos ter. Hoje na Amazônia, sem considerar o resto do país, é o dado que eu tenho, temos aproximadamente de 170 a 180 povos indígenas, eles vão viver onde? Me preocupa muito isso, tem esse sequestro de gás carbônico, já nos ofereceram milhões de dólares, mas eu não sei o que é isso, eu sou leigo, não estudei, não sei o que é sequestro de gás, se vende por quilo, por miligrama, por metro, eu não sei, então eu tenho que estudar ainda. E nós do movimento indígena, através da COIAB, fizemos uma capacitação sobre mudança climática e esse tal de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (REDD) agora, uma vez só, ninguém sabe direito. Uma empresa dos Estados Unidos nos ofereceu 600 milhões de dólares, eu perguntei para o presidente Márcio Meira, “O que é isso? É muito dinheiro? É verdadeiro? O que é isso?” Eu não sei, eu estou preocupado, só que nós temos que garantir a nossa terra. No STF hoje faltou isso. O Presidente Lula assinou, no início do ano passado, a declaração da ONU, onde dá o direito de nos consultar. A OEA já está aí, já tem tempo, com muita luta, nós aprovamos, já é lei, nós vamos fazer essa declaração virar lei, como já foi na Bolívia. Agora o poder máximo do país joga tudo isso fora, essa luta que nós construímos. Hoje tem a Comissão Nacional de Política Indigenista, amanhã vai ter, com certeza, e aí nós como sempre entregamos para o governo uma receita, toda a nossa reunião que acontece aqui no Abril Indígena, nós entregamos para o governo: “Está aqui, governo, trabalha desse jeito conosco”. Isso é humanização, isso é respeitar o direito de cada um. Aí de uma hora para outra o Judiciário quebra tudo e começa do zero, ou seja, nós não vamos ter direito de dizer quem é que vai entrar na nossa casa, vão entrar de qualquer jeito: Forças Armadas, hidrelétricas, rodovia, hidrovía. Isso é ruim, eu falo com o pessoal que entende disso, que são os advogados, Doutora Débora da Sexta Câmara disse: “É verdade, Marcos, isso acaba com vocês!”. Por quê? O problema não é só salvar a Raposa Serra do Sol. Salvar a Raposa Serra do Sol, e o restante das terras indígenas do Brasil todo? Isso é uma violência, nós vamos para a ONU denunciar, lá no Amazonas está lá, foi feita hoje à tarde a manifestação, eu não estou dizendo aqui que nós perdemos, nós ganhamos, foi uma vitória hoje em tirar a Raposa Serra do Sol do jeito que está, estou feliz por isso. Eu falei com os parentes: “Olha, é uma coisa de cada vez, eu acho que o governo não vai fazer isso conosco. Não vai fazer, pelo amor de Deus”. Então eu queria dizer isso, um pouco sobre essa construção, quando nós começamos a trabalhar por uma melhoria que estamos discutindo a nossa saúde, discutindo a educação, bem ou mal somos nós que estamos discutindo, avançamos bastante nos últimos anos com a Funai, eu já dei meus parabéns para o presidente Márcio Meira, aquele ali deu problema para nós, mas é amigo também, faz parte, ele tem coragem, pelo menos está comandado pelo Lula, mas não está fazendo. Está devendo? Está. Não é do jeito que nós queríamos? Não. Mas está fazendo, o importante é que nós vamos conseguir junto. Agora me surpreendeu o Supremo Tribunal

quando faz essa situação conosco, isso é muito ruim e vai ter problema. Ou ele vai matar os índios todinhos lá nas aldeias, porque nós não vamos deixar assim tão fácil, não.

Ricardo Arnt: Vamos fazer mais umas perguntinhas e encerrar?

Espectadora: Eu tenho uma pergunta e ela vai para o Meirelles e para o Sydney. Tendo em vista o que o Meirelles falou do Acre e das ameaças e dos 20 anos da atual política de proteção dos índios isolados, como vocês dois pensam que será a superação ou a evolução dessa política, principalmente, um possível contato, se acontecer, e em relação ao pós-contato, como proceder? O que fazer, tendo em vista tudo o que se passou nesses 20 anos?

Sydney Possuelo: O que se passou nesses 20 anos, pode-se até se fazer uma retrospectiva. O que vai ser é muito difícil de adivinharmos é o que vai ser, vai depender da cabeça. Depois que se conseguiu no Brasil ter um Departamento de Índios Isolados, iniciado esse processo, eu voltei o meu olhar para a América do Sul. Como chefe do departamento, consegui dinheiro fora da Funai e fiz o primeiro encontro internacional sobre povos isolados em Belém. Foi a primeira vez que esses países se reuniram para discutir a questão dos povos isolados. Foi um avanço? Sim. Começamos a trabalhar, depois fizemos dezenas de viagens a esses países, falando, divulgando, debatendo, respondendo de certa forma isso que você me perguntou, essa questão é pouco falada. Na América do Sul não se fala, aqui não tem povos indígenas de um modo geral, tem camponeses, todos são camponeses, em matéria de povos isolados eles estão pior do que isso, infinitamente pior, eles não têm nada a nos ensinar, nós teríamos a ensinar a eles, e colocamos à disposição deles todo o nosso acervo, nessa grande reunião que foi feita em Belém, em que as procuradorias gerais, as defensorias dos povos vieram junto, várias comunidades foram chamadas, especialistas internacionais vieram, gastaram a sua vida, se dedicaram aos povos indígenas. Esse foi o primeiro, daí para frente começou a dialogar, falar e nasceu todo esse burburinho, essa coisa que está aí, que é bom, mas é muito difícil você trabalhar em um contexto de seis países. Já a fronteira Brasil e Peru, só esses dois países que são os que mais congregam os povos indígenas isolados, é muito difícil, já é difícil, imagina quando são seis países. Principalmente com um olhar sul-americano sobre o Brasil, que não é um bom olhar, eles nos olham como imperialistas, vejam o que está acontecendo com esses países com relação à solicitação de revisão de Tratado do Paraguai, da Bolívia, nós estamos vivendo situações aí que vão ser bastante complicadas para o Brasil. Se por um lado se avançou, se caminhou, por outro lado a mim não me enganou nada a decisão do Supremo, eu não espero nada ali, ali não vai sair uma coisa boa. Sempre que eu posso digo para os povos indígenas que não existe uma lei melhor que a Lei n. 6.001, que foi feita pelo Congresso Nacional, não mexam nela, deixem-na do jeito que está, porque o dia que mexer com ela dentro do Congresso Nacional vai sair uma coisa horrível, vai acabar! Várias organizações que não são a Funai desejam isso, várias ONGs desejam claramente, quanto menos Estado mais ONGs, e o Estado é uma figura importante na proteção, na fiscalização dessas áreas. Essas coisas não podem acontecer, entregando a não governamentais tudo, elas podem cooperar, podem estar presentes, claro que podem, há espaço para isso? Claro. Porém tem que ser o Estado administrando de forma sensível e correta a questão indígena. Acontece que o Estado sempre foi contra os índios, seja depois de 1888, Proclamação da República, seja na época do Império, seja na época da colonização, tudo foi feito sempre para o nosso lado e nada para os índios. Essa é a visão que eu tenho. Houve avanços e sempre há retrocessos. O

que vai ser? Eu não sei, a mesma situação colocada aqui, o Meirelles falou dos povos, o que está acontecendo, mas isso sempre foi “índio jogado contra o outro”! A história sul-americana foi essa, esses índios que hoje atravessam aí, isso não é de agora que está acontecendo, agora nós estamos registrando esse momento, mas antes havia as lutas entre eles, havia disputa de espaço também, eles são povos, tinham interesses, essas coisas aconteceram, um dia é uma divisão de fronteira. Hoje, para além dos 10 graus ali para frente é outro país, é outra legislação e fica muito difícil para eles sobreviverem. O fato é que vai depender muito, mas mesmo a situação que eles vivem hoje é nova, e como se vai resolver isso? Se faz o caminho caminhando, eu acho que em termos de filosofia, de um modo geral, como um arcabouço é “não contato”, mas e se acontecer o contato? Vamos ver o que vamos fazer e vamos fazer o melhor, mas a filosofia de não fazer o contato, eu acho que essa deve permanecer, porque ela pelo menos parece ser o que há de melhor em respeitabilidade a esses povos. Agora, se houver, vamos tentar evitar os dramas passados, que são muito difíceis, só quem viveu situações de contato sabe realmente as várias nuances que existem no contato e os perigos permanentes. Fora isso a retórica é toda teórica, mas só quem esteve ali, isso é a minha visão, quem cuidou dos povos indígenas, um, dois, três, sei lá quantos foram cuidar dos seus primeiros momentos, sabe que você pensa e organiza imaginando que está tudo bem, que está tudo resolvido e aparece uma situação que você não imaginava e põe tudo a perder. E isso na vida prática que faz eles viverem ou sobreviverem no contato ou passado o contato e todo o sofrimento, aqueles que sobram ficam na dependência de quê? Do nosso mundo. São povos conquistados, desculpe, com muito respeito a vocês, mas são povos conquistados, o que têm eles a ver com a Carta Magna do Brasil? Eles fizeram, ajudaram a construir, estiveram lá? Não. O que têm eles a ver com o nosso sistema jurídico? Eles fizeram? Nada! Eles só se submetem porque tem as Forças Armadas e se não se submeterem, eles descem um cacete, prendem, batem, eles fazem isso. Eles não têm nada a ver com esse sistema, nada a ver com o Brasil, são povos mesmo, têm uma visão de mundo, têm o seu caminho, sua vida, enfim. Já me entusiasmei demais.

José Meirelles: Eu vou tentar pelo menos pensar isso, pensar naquela região. Nós temos, parece, o entorno desses índios isolados, é quase uma região totalmente indígena, não estou falando que é em todas as áreas, cada canto é um canto. Aliás tem isso também, às vezes uma solução pode ser boa aqui, e pode não ser ali. Mas para início de conversa, eu não sei o futuro, mas o mais imediato, que nós temos ainda que correr atrás, é o que nós estamos tentando fazer, convencer a população do entorno que o não contato é melhor. Eu concordo absolutamente com o Sydney que o não contato, pelo menos do que já se viu, é o melhor, particularmente eu não concordo com o meu trabalho, eu concordo com uma política maior. O não contato nesses 20 anos não acarretou crescimento, a população é maior que a desses índios isolados, falar de crescimento populacional de índios isolados hoje no Brasil parece até um contra-senso, parece que é contra tudo, mas eu acho que inicialmente nós vamos ter que trabalhar com essas populações do entorno, e no caso são populações indígenas, são índios que compartilham as mesmas terras, e convencê-los de que o não contato é a melhor saída, se nós não fizermos essa parceria, eles intuitivamente entendem isso. Você chega aqui em Brasília e fala: “Olha, os índios passaram a mão na casa do Raimundo, roubaram dois terçados, duas painéis, dois mosquiteiros e duas calças”, “Ah, isso é besteira!”. Roubaram absolutamente tudo que o cara tinha, ele ficou com a roupa do corpo. Aqui duas peças não valem nada, mas o cara só tinha aquilo na vida, é muito complicado você

negociar. Eu acho que o desafio mais imediato agora é convencer o entorno que essa filosofia do não contato é a melhor possível para os isolados. É um trabalho difícil porque, apesar de os índios saberem que essas coisas todas acontecem, não por conta da cabeça dos isolados, mas por uma situação maior, mas é difícil esse convencimento. Eu acho que se nós começarmos a apurar, nós acabamos começando por um caminho bom, mas se eles não fizerem essa parceria com os índios do entorno de outras áreas, se não entender bem isso, vai ficar muito difícil. Isso é o que eu posso dizer, a partir daí eu não sei, eu queria ter a resposta, mas eu não tenho, não vou dar essa receita se eu também não sei se o bolo vai sair mais amargo do que já está!

Ricardo Arnt: Muito obrigado.

11/12/2008

EXIBIÇÃO DO FILME *CHICO MENDES – EU QUERO VIVER*

DEBATE: O LEGADO DE CHICO MENDES: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Coordenador:

Nilo Diniz

As reservas extrativistas documentadas em *Chico Mendes – Eu quero viver* são uma inovação com origem na floresta amazônica; uma experiência única no mundo com grande repercussão política. Nas duas décadas após a morte de Chico Mendes, 80 reservas foram criadas e mais 100 estão pleiteadas. Mas, infelizmente, não são suficientemente rentáveis na economia do século XXI para manter o jovem na floresta. A chegada de uma nova política, ligada aos créditos de carbono e à Bolsa Floresta, recentemente criada pelo estado do Amazonas e apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente traz uma esperança de que a floresta em pé possa, no futuro, tornar-se mais rentável do que a floresta desmatada para a agricultura e pecuária. Nas negociações pós Kyoto os fazendeiros que ilegalmente desmataram suas reservas provavelmente vão ganhar créditos de carbono para os seus reflorestamentos. É justo que os índios e os seringueiros - que cuidam de cerca de 25% da Amazônia - não ganhem créditos de carbono para proteger a floresta de invasões e desmatamentos ilegais? É justo que não recebam nada por seus serviços ambientais?

Nilo Diniz: Eu queria agradecer a Stella, ao pessoal da Fiocruz, à Luiza, ao Adrian, pelo convite. Eu não sei porque me pediram para coordenar essa mesa, acho que é porque eu tenho acompanhado esse trabalho que o Adrian tem feito de trazer o acervo aqui para o Brasil, para a Universidade Católica de Goiás, um trabalho que ele vem realizando com o Vicente, com a Stella e também com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, ainda no período da Ministra Marina Silva, com o Ministro Gilberto Gil. No período que eu trabalhei com a Senadora Marina Silva, antes de ela vir para o Ministério do Meio Ambiente, eu também me dediquei um pouco a um trabalho de mestrado, aproveitando meus professores, entre os quais Mary Allegretti, outros que estão aqui na mesa e na plateia, aproveitando bem esse mérito deles para aprender um pouquinho a repercussão do caso Chico Mendes, do movimento seringueiro na imprensa. Antes de passar a palavra para os que realmente vieram para falar, eu vim aqui só para poder coordenar, fazer com que haja um bom entendimento na mesa, se eles tiverem divergências que mantenham um diálogo amigável, eu acho que todos eles são amigos, não vai ser necessário. E também propiciar a vocês que permanecem aqui após o filme para esse debate, uma oportunidade de dialogar com figuras que são partes importantes dessa história. Nós temos aqui na mesa e na plateia pessoas que participaram ativamente disso que hoje se chama de reservas extrativistas, da herança Chico Mendes. Quando nós falávamos de Chico Mendes, eu penso naquelas heranças, uma propriedade, um empreendimento grande que passa de pai para filho, e o filho fica com o peso de dar consequência para aquela herança. Eu vejo a herança de Chico Mendes fisicamente estabelecida com as reservas extrativistas, que foi a grande contribuição que ele nos deixou, uma responsabilidade muito grande de manter essa alternativa de uso dos recursos naturais, da floresta, das áreas marinhas também, como uma alternativa realmente viável, que represente uma ocupação adequada dos recursos naturais, o uso adequado

desse recursos para os benefícios de comunidades locais, mas quem mais entende disso vai falar depois aqui. Eu só quero introduzir dizendo que essa herança de Chico Mendes, a meu ver, essa responsabilidade em relação às reservas extrativistas no país, que hoje são dezenas, o Paulo, como diretor do Instituto Chico Mendes, vai falar um pouco também a respeito das reservas hoje. Mas além das reservas, até a própria eficiência, sobrevivência dessa figura das reservas extrativistas depende de algo mais, que essa herança do Chico também compreende, vai além das reservas extrativistas. No estudo que eu fiz, observei que o Chico representou o terceiro grande movimento na imprensa brasileira em termos de romper com a tradição, com a censura que vinha da ditadura militar, as Diretas em 1984 também serviram para constranger os grandes órgãos de imprensa que não deram o devido espaço para aquele movimento e que, com seu crescimento, foram obrigados a cobrir. Até o final de 1988, eu lembro do esforço que você e outros faziam para o Chico ocupar o espaço da imprensa, para que dessem o devido valor a ele, que às vezes era dado mais lá fora do que aqui. Chico representou também um momento de rompimento com a tradição de autocensura até dentro de redações, mas mais do que isso. No livro do Zuenir Ventura, quando ele fala do diálogo entre juristas do Acre, como o próprio Adair Longuini que comandou o processo no fórum de Xapuri, o primo dele Arquilau, e outros que anos depois avaliaram que, com o assassinato do Chico, a justiça do Acre mudou. Na verdade, a justiça na Amazônia passou a atuar de forma mais expressiva depois do assassinato, exatamente por conta da toda pressão internacional que houve para que se apurasse exatamente esse crime, foi praticamente o primeiro grande crime no campo do Brasil, na área rural, que teve uma apuração dentro daquilo que foi possível, que foi até o final. Por outro lado, o Gabeira fala que os amigos de Chico Mendes, depois que ele morreu, ocuparam o poder no Acre e no Brasil. Não precisa falar muito, o filme mesmo mostra a campanha do Lula em 1989 e hoje é o nosso Presidente da República, e Marina Silva Ministra, o próprio Minc que está no Ministério acompanhou a luta do Chico no Rio de Janeiro. A herança do Chico vai além das reservas extrativistas, que agora também dependem da nossa responsabilidade com relação a toda essa herança. Eu acho que talvez uma das grandes heranças que o Chico deixou para nós é um novo conceito de soberania para a Amazônia, uma soberania que é diferente daquela que pautou a ocupação da Amazônia pelos militares, a ideia de integrar para não entregar, um conceito muito diferente desse que estava em debate ontem no Supremo em relação à Reserva Raposa Serra do Sol, um conceito de que a ocupação por populações tradicionais, a ocupação de áreas fronteiriças por comunidades indígenas é uma segurança para a soberania, é uma maneira do Brasil dizer que esse território é nosso, que os recursos naturais vão ser cuidados com responsabilidade e que as populações vão ter o respeito que merecem. Ocupar o território e cuidar dele é a soberania pensada da forma que o Chico Mendes ajudou a pensar, é uma outra maneira de ver a soberania no país, com democracia, com participação, com conservação dos recursos naturais. Eu estou citando algumas coisas que nós observamos e que acho que fazem parte dessa herança. Se as forças progressistas, sustentabilistas do Brasil souberem, de alguma forma, se unirem, se juntarem e fortalecer essa tendência que o país seja justo, do ponto de vista social e sustentável, ambiental e político especialmente, eu acho que nós criamos um *passapartout*, um ambiente favorável para que as reservas extrativistas floresçam nesse país, e venham a ser cada vez mais, como já são hoje, uma alternativa concreta de reforma agrária, não só na Amazônia, mas em todo o país, com sustentabilidade e justiça social. Eu só queria fazer essa breve introdução, eu acho que foi mais longa do que eu queria, mas passo agora a palavra ao

nosso grande anfitrião dessa iniciativa aqui, que é o Adrian Cowell, a quem eu quero agradecer o convite.

Adrian Cowell: Eu não vou falar do Chico e do passado, mas do futuro e das reservas extrativistas. Acho relativamente boa a situação legal, constitucional e política das reservas extrativistas, já tem 80 reservas criadas e 100 pleiteadas, o Chico estaria satisfeito com isso, mas a situação financeira é muito mais preocupante. Os seringueiros não estão ganhando o bastante para fixar seus filhos na floresta, esses homens saem da reserva e vão para a cidade trabalhar, o salário é melhor e ficam lá, e então as reservas ficam desfalcadas. O governo recentemente criou um preço mínimo para vários produtos florestais, que vai ajudar quem puder vender. Essas negociações internacionais sobre a produção da Amazônia também vão ajudar. As reservas indígenas são mais de 20% da Amazônia, e junto com as reservas dos seringueiros, das reservas extrativistas, está chegando perto de 25%. Essas reservas estão sendo invadidas e desmatadas em cada ângulo, mas bem menos que as reservas dos parques nacionais, florestas nacionais, reservas biológicas. E o custo da reserva é muito menor, porque os seringueiros e os índios estão protegendo suas terras, e o governo está pagando salários para os funcionários, que sempre é insuficiente, para mal proteger as reservas do governo. Nesta semana tem as negociações na Poznan, na Polônia e lá tem Manuel da Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, vários índios da COIAB e várias ONGs estão os ajudando, especificamente Barbara Bramble e Steve Schwartzman. Eles estavam ajudando os seringueiros e os índios desde o tempo do Chico Mendes. . Eles todos estão protestando contra o plano de negociações, chamado REDD, significa Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação. Parte dessas negociações é em cima de uma proposta para pagar os fazendeiros para replantar suas florestas - paga fazendeiros que contra a lei brasileira já desmataram suas florestas. O preço que estava sendo discutido era cinco dólares por tonelada de gás carbono que vai para a atmosfera. Então os fazendeiros podem ser gratificados por, mais ou menos, mil dólares por hectare que eles ilegalmente derrubarem. A razão disso é porque REDD somente existe para pagar pela redução do desmatamento e os seringueiros e os índios não podem ganhar nada com isso porque eles quase não desmatam. De fato, às vezes eles fazem algum desmatamento, mas não muito. É uma coisa muito injusta se não entra na negociação algum pagamento para os seringueiros e os índios que protegem 25% da floresta muito melhor que o governo brasileiro. E por outro lado, tem a posição do governo brasileiro nas negociações, que é de pedir doações voluntárias estrangeiras. Por exemplo, o governo da Noruega prometeu agora um bilhão de dólares para o Fundo da Amazônia, mas esse fundo não especifica nada para os índios e seringueiros. Então eu vou repetir, eles estão protegendo 25% da Amazônia melhor e com menos custos que as reservas do governo, que protegem pior. Isso tem alguma aparência de injustiça. Eu queria que as outras pessoas do painel e da plateia falassem sobre esse assunto.

Nilo Diniz: Obrigado, Adrian. Vou passar a palavra para o companheiro Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Joaquim Belo: Quero agradecer o convite, me sinto feliz de estar participando do debate tão importante, uma reflexão muito importante sobre os 20 anos da morte de Chico, comemorando muitas conquistas e também lamentando muitas coisas ideais que deveriam ter avançado. Bom, eu estou aqui representando a instituição, e vim tecer alguns

comentários sobre o ponto de vista dessa luta e o que representa a reserva extrativista que detém uma fatia bastante considerável da Amazônia brasileira e até fora, no caso das reservas marinhas, com esse modelo extremamente inteligente. Eu acho que nós temos conseguido dar alguns passos interessantes do ponto de vista da conquista dos territórios. A comunidade tem se mobilizado muito, tem avançado nesse sentido de pressão, de se articular, se organizar para a criação, mas tem uma dificuldade tremenda na implementação dessas unidades. As unidades que foram criadas há 20 anos têm tantos problemas quanto as que foram criadas há pouco tempo, em que não se resolve o problema da sua demarcação. Decreta-se, que já é importante e bom que fique claro para nós, isso nós temos claro na luta - porque dependendo de determinadas pessoas do IBAMA que agora já se separaram, que achavam que avançar na criação das reservas não era interessante enquanto se implementassem esses outros. E a nossa visão é totalmente diferente, eu acho que assegurar o direito da comunidade é um passo interessante. Ainda acho que se o Estado tivesse um pouco mais de compromisso, de vontade nessa agenda ambiental, nós já teríamos avançado bastante nesse aspecto. E aí a nossa reserva hoje, apesar dela estar assegurando o direito, fica extremamente vulnerável do ponto de vista da sua implementação. O plano de manejo de reservas já não existe. Na verdade, a nossa população da reserva está vivendo na ilegalidade. E aí a demarcação da grande maioria não aconteceu. Isso acaba trazendo uma inquietação muito grande no processo, nós trabalhamos no campo de desenvolvimento, da valorização e valoração dessa economia, porque além desses territórios, a estratégia estava com ela em pé, e por conta dessa implementação não resolvida, deixa a sobrevivência extremamente vulnerável. Muitas coisas que o senhor comentou no que se refere até ao avanço de algumas derrubadas no interior, se dão por conta disso. Quando o Estado não avança no sentido de se organizar internamente essa terra para a vida das pessoas que estão lá cuidando dessa parte, é preciso avançar, para nós é fato, estamos aqui há dois anos e pouco para terminar o Governo Lula e nós achávamos que essa parte de implementação estaria resolvida, e estamos extremamente preocupados com esse aspecto. Eu acho que é consenso dentro do movimento social que o nosso avanço também foi muito pouco nesse aspecto. Tem uma coisa interessante que foi comentada aqui na mesa que é essa questão do preço para se manter a floresta por essas pessoas, por essa relação de vida que foi desenvolvida a duras penas, quando passamos por uma crise ambiental muito séria e quando se discute o papel da floresta em pé nessa questão das emissões - no caso do Brasil, onde a Amazônia parece ser o foco principal, quando começa a discutir essa situação dos benefícios e acaba observando que quem vem cumprindo com essas obrigações não soube chegar. Parece então que a direção da política cai dentro da própria estrutura do governo, leva para uma direção que beneficia muito mais quem tem causado grande prejuízo para a floresta do que para quem tem mantido, por isso está tendo uma discussão com a aliança. Nós a retomamos em setembro de 2007, em um grande evento que ocorreu, porque a forma que o governo vem tratando essa discussão dos serviços não leva em consideração o papel dessas unidades, dessas populações. Espero que essas correções sejam feitas a partir da proposta que está sendo construída com apoio das ONGs, técnicos que estão nos ajudando para que essa proposta chegue na mesa de renovação, que é um protocolo que está se encerrando hoje. Espero que essa proposta consiga colocar em pauta o papel das florestas e das populações que dela cuidam. Nesse aspecto, uma coisa interessante que funciona é a parte de implementação de políticas públicas. Nós começamos brigando pela reserva extrativista na Amazônia e aí elas começaram a sair dos lugares mais distantes para os mais próximos, começamos a conquistar os territórios mais distantes, e como esses territórios

estão muito distantes, a política, de educação e de saúde, tem dificuldade de chegar. De cinco anos para cá começamos a ter uma preocupação maior de brigar pelas unidades próximas das áreas urbanas, próximo a Manaus, Belém, brigar pelas cidades próximas, onde a política chega com mais facilidade, porque geralmente se decretava as unidades que estavam mais distantes, que não tinham pressão. Isso acaba fazendo com que a política não chegue, a parte educacional é horrível, a educação em si já está extremamente deficiente, quando chega na floresta é muito pior. Nós precisamos discutir uma relação que foque o meio em que a unidade está vivendo, uma educação que enxergue a realidade da Amazônia, a realidade da comunidade, que veja a economia, que fortaleça aquilo ali, e não uma educação que já chega ruim e ainda provoca o deslocamento dos filhos que vão se preparando. Nós estamos discutindo nesse momento e nós precisamos levar muito em consideração a educação. Sem essa questão vamos ter um prejuízo muito grande a médio prazo, porque as reservas estão ficando abandonadas até pela juventude, por várias razões, principalmente educação.

Nilo Diniz: Ok, Joaquim, obrigado. Passo a palavra agora ao Paulo Maia, diretor do Instituto Chico Mendes.

Paulo Maia: Eu também gostaria de agradecer essa oportunidade, vamos ver se nós podemos trocar algumas informações. Acho que sou o mais novato aqui nessa mesa sobre esse tema, eu queria apresentar para vocês um breve relato de como eu cheguei aqui. Eu sou do Rio Grande do Sul e durante algum tempo nós discutíamos gestão de recursos em demais territórios. Tinha uma atividade profissional com um grupo de tarefas que eu desenvolvi, e a experiência das reservas extrativistas era uma das estratégias que se entendia que permitia que o manejo de determinadas unidades, espaços territoriais, pudesse ser mais adequado para nós realizarmos. Eu trabalhava muito na lógica dos pescadores e nós tínhamos uma lógica de gestão que significava a não criação de unidade de conservação. Era muito estranho pensar assim lá no sul, como é que podia ter alguém que pedia essa unidade de conservação? A realidade regional dizia que os empecilhos, as dificuldades eram causadas a partir do momento que se estabeleciam unidades, algumas de proteção integral, algumas sustentáveis, mas todas elas trabalhando com a exclusão dos conjuntos das pessoas que, anteriormente, tinham seu modo de viver, de fazer naqueles territórios. Nesse debate chegou-se a discutir uma estratégia que prevísse a criação de uma unidade de conservação para permitir que um determinado conjunto da população pudesse usar os recursos daquele território. E tive sorte de logo em seguida o IBAMA fazer um concurso público, chamando pessoas para trabalhar com os temas que dizem respeito à conservação mais diretamente. Nós tínhamos um instituto formado a partir de um órgão de conservação e um conjunto de órgãos de fomento à produção, Superintendência de Defesa da Borracha (SUDEHVEA), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), do próprio IPDM. Então, quando eu fiz o concurso, minha primeira opção era trabalhar em Belém, porque eu trabalhava em uma estratégia de território que significava um conjunto para discutir e ordenar o uso dos territórios. Eu tive duas experiências no Pará que me chamaram a atenção: as reservas extrativistas marinhas que não eram na floresta, era uma coisa desconhecida, as reservas extrativistas marinhas, principalmente no nordeste paraense, que davam conta de criar uma unidade, de preservar um espaço e definir um conjunto de usos para aquela área. A possibilidade de vir trabalhar no IBAMA e na região amazônica para trocar essa experiência era algo que me chamava bastante atenção. Em

segundo lugar, uma outra experiência que era relacionada com a nossa experiência lá do sul, que é de não se criar as unidades de conservação, mas onde são feitos acordos de pesca, principalmente a região da várzea do Rio Amazonas, tanto no Pará quanto no Amazonas, fez com que o Estado brasileiro em determinado momento reconhecesse essa estratégia, estabelecesse instrumentos para garantir que aqueles acordos pudessem legalmente estar instituídos. Acabei vindo trocar essas experiências e tive a oportunidade de estar em Belém e em Santarém, profissionalmente. Belém, com as experiências das reservas marinhas e Santarém, onde a estratégia central de utilização de recursos, de organizar os recursos, era a partir dos acordos de pesca. Uma série de outras razões me levaram a estar hoje aqui trocando com vocês. Há pouco mais de um ano, o governo brasileiro entendeu que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis criou uma estrutura dentro do Ministério do Meio Ambiente que era insuficiente, e não permitiu que tivéssemos foco nas ações de conservação e nas ações de trato com as unidades de conservação. E apesar de uma celeuma muito grande, houve a criação de um instituto que, felizmente, coincidentemente, leva o nome de Chico Mendes, portanto uma das razões de nós estarmos sentados aqui. Um dos esforços que tem sido feito é de tentar identificar o que significa o nosso passivo. O governo brasileiro deve, não só com relação às reservas extrativistas, mas com relação às unidades de conservação, um conjunto de respostas à sociedade. Nós temos basicamente três grandes instrumentos na gestão das unidades e na maior parte da situações das unidades de conservação, do ponto de vista concreto, nós não tivemos ainda a capacidade de implementação desses instrumentos de gestão. Nós precisamos ter tranquilidade com relação ao domínio dos territórios, é absolutamente necessário resolver o problema fundiário e, no caso específico das reservas extrativistas, uma das razões de sua criação é justamente a garantia do território, portanto as outras não cumprem seu papel, mas essa em especial não cumpre o seu papel, se não temos tranquilidade com relação ao domínio das áreas, então é a questão fundiária. Nós temos um outro grande instrumento de gestão que diz respeito à participação, o conjunto de interesses na gestão das unidades, através dos conselhos que fazem a gestão e, no caso das reservas extrativistas, diferente de unidades de proteção integral, nós temos um conselho que é deliberativo, que decide, que toma a decisão, diferente das outras unidades de conservação, como o Rio, como o Parque Nacional, onde o conselho é consultado, então ele não decide, as decisões são tomadas mesmo que elas sejam completamente diferentes daquelas que são anuladas dentro do conselho. E nós temos a maior parte das nossas unidades de conservação ainda com um débito muito grande, porque a maior parte delas ainda encontra muita dificuldade para a instituição dos seus conselhos. E tem outro grande instrumento que é o Plano de Manejo, pelo qual se estabelece quais são os tipos de uso, quais são as áreas dentro da unidade que devem ser utilizadas e de que forma, e aí efetivamente boa parte das pessoas que se relacionam com essas unidades têm, é possível que se faça a interpretação da parcela de isso ser de forma ilegal, porque se estabelece que a relação comercial, no caso das unidades de conservação de uso sustentável das reservas extrativistas, ela deve se dar a partir da existência no plano de manejo. E anterior ao plano de manejo, através dos termos de compromisso, que podem ser firmados para fazer o período de transição. E nós temos ainda um grande débito. Este ano nós tivemos no caso das reservas extrativistas um esforço importante que nos permitiu concluir os processos de formatação do plano de manejo, e estamos nesse momento com um conjunto de editais chamando uma parcela da sociedade que possa contribuir conosco na realização de mais plano de manejo e tentando identificar que no próximo ano nós tenhamos cerca de 60% das nossas unidades de conservação das

reservas extrativistas provavelmente já com os seus planos de manejo, portanto já possibilitando que tenhamos um dos instrumentos que é fundamental. Imaginamos que é bastante provável que consigamos construir para essas unidades e para outras os conselhos, porque é impossível pensar nas possibilidades de plano de manejo se nós não temos um conselho que é um espaço, nas reservas extrativistas, deliberativo e que vai nos garantir, dar conta de que aquele plano seja adequadamente apropriado e discutir um próximo mecanismo. Mas existe um desafio que é tão grande quanto esse, talvez um pouco maior: hoje nós temos no Instituto, sob análise, 132 pedidos em diferentes regiões do país para a criação de diferentes formatos, em diferentes estágios, para a criação de unidades de conservação apenas de reservas extrativistas. Não se cria uma unidade de conservação se não há uma demanda da sociedade. E para muito além da Amazônia já possuímos unidade de conservação, reserva extrativista, e boa parte dessas solicitações não são na área de florestas, são na área dos manguezais, na área do litoral. Nós temos um desafio bastante grande que diz respeito a fazer a implementação sim, que é uma dívida bastante grande que temos ainda, mas paralelamente a isso, fazermos a construção de novas possibilidades de unidades de conservação, ou de outras categorias, mas também dessa. Eu conheço alguns pensadores que brincam com a possibilidade de nós termos um mapeamento, uma identificação de quais são os territórios de onde estão as populações tradicionais, aquelas que vêm ao longo do tempo utilizando, e o conjunto dessas pessoas dizem que é desnecessário fazer esse levantamento, embora nós não saibamos quais são e onde elas estão, é muito fácil saber se existem e onde estão as populações, basta pegar uma imagem de satélite e identificar onde há área ainda degradada. Nos territórios onde as áreas não estão degradadas, existem populações que estão usando os recursos, que estão vivendo daqueles recursos. E é relativamente simples do ponto de vista de tomada de decisão construir uma unidade e, a partir daí, dizer as coisas que têm ou não que ser realizadas ali. É absolutamente difícil fazer isso mediando as relações com as pessoas que estão lá, mas diferente de uma unidade em que nós, o Estado brasileiro, precisamos estar presentes para realizar todas as tarefas de conservação, nas unidades de conservação onde existem as populações, o povo já realizou as tarefas de conservação e continua realizando. E nós entendemos que só se sustenta o modelo de unidade de conservação que prevê o seu uso por essas populações se nós conseguirmos remunerar adequadamente o conjunto de serviços que são prestados no conjunto à sociedade. Nós precisamos identificar diversas formas de fazer isso. Eu lembro lá do meu início de caminhada profissional, quando nós brigávamos pelo preço mínimo para alguns produtos da agricultura, nós pensávamos em uma garantia de preço mínimo para outros produtos que não fossem insignificantes nesse número de produtos, e com uma forte importância para o agronegócio. Hoje nós temos já a chance de construir outras possibilidades que o governo venha adquirir, venha a garantir e que pelo menos o custo de produção esteja garantido para essas populações que fazem a tarefa de ofertar produto. Mas isso é uma parte do que é necessário, nós precisamos avançar para além e garantir que os serviços que são prestados sejam adequados. Acredito que nós ainda não temos uma experiência mais poderosa, do ponto de vista de relação da comunidade, com a proteção dos ambientes, do que nós temos na calha do Rio Amazonas, onde o conjunto de pessoas, de representantes de comunidades trocaram com o IBAMA e se permitiu estabelecimento de um conjunto bastante poderoso de agentes ambientais voluntários, pessoas das próprias comunidades que ajudam a realizar o trabalho de proteção dessas comunidades. E hoje, como nós estamos falando de agente ambiental voluntário, essas pessoas não recebem nenhum centavo para realizar isso, e fazem por uma razão muito

simples, a razão que levou Chico Mendes a fazer a luta e conseguir arregimentar o grupo de pessoas para lutar, porque é diferente das pessoas que podem usar o território e migrar para um outro, porque não é mais possível a utilização do anterior, essas pessoas dependem absolutamente da manutenção daquele território, da riqueza e da biodiversidade que existe ali para conseguirem permanecer e garantir que é possível um futuro também se reutilizando. Então é bastante fácil, mas nós precisamos vencer esse desafio que é garantir o número de recursos mínimos para essas pessoas que, de forma voluntariosa - e talvez outras que não estejam hoje engajadas porque não é possível deixar suas atividades produtivas, ainda não temos um grau, uma capacidade da comunidade sustentar essas pessoas de forma que elas possam ser liberadas da tarefa de produção, da tarefa extrativista, da tarefa comercial, para realizar tarefas de proteção. Mas existe um conflito bastante grande que é gerado, temos dentro da comunidade o dedo-duro, aquela pessoa que chama atenção do outro, mas temos certeza absoluta que o processo educativo que é desencadeado a partir dessas pessoas é absolutamente mais poderoso que aquele, que qualquer um de nós, servidor público, com a tarefa de realizar isso, tem condições de fazer, porque fala a língua e o jeito, fala a forma de estar presente 24 horas com a comunidade resolvendo isso. Eu penso que um conjunto de esforços diz respeito à remuneração dessas pessoas que ajudam na proteção diretamente, dos serviços que são prestados para que tenhamos minimamente os instrumentos de gestão adequados, precisamos dar conta de responder. E realizamos isso nesse momento com muita dificuldade, com muita debilidade, o esforço tem sido de chamar um conjunto maior de estruturas, de governo e não governo para nos auxiliar, enquanto responsáveis pela gestão dessa comunidade. E eu confesso que nas reservas extrativistas é mais fácil, apesar de todas as dificuldades, o resultado da criação das unidades dá conta disso, o nível de conflito nessas unidades cai absurdamente no período de dois e três anos após a sua criação e, muitas vezes, independentemente da nossa capacidade enquanto Estado de dar respostas, de cumprir aquilo que é nosso papel, de imediatamente termos a garantia da sua implementação.

Nilo Diniz: Obrigado, Paulo. Vou passar a Mary Allegretti, que é na verdade coautora dessa forma de ocupação no território da Amazônia, coautora com o Chico nesse trabalho.

Mary Allegretti: Eu queria em primeiro lugar fazer um comentário com relação à oportunidade de divulgação desse trabalho importante que Adrian Cowell e Vicente Rios vêm fazendo na Amazônia nas últimas décadas. Nós não temos nenhum outro registro tão detalhado, apurado, cotidiano e ao mesmo tempo tão crítico como o trabalho desses dois profissionais. E queria também parabenizar a iniciativa da Stella e da Fundação Oswaldo Cruz, de viabilizar a transferência desse acervo para o Brasil, um acervo que o Adrian Cowell doou para a Universidade Católica de Goiás e que, portanto, poderá gerar a partir daqui muitos outros produtos. E acho que esse registro é muito importante, o que vocês estão assistindo nessa semana aqui é realmente muito precioso. Falar ao final me dá várias vantagens, e tenho aqui algumas palavras-chave dessa mesa: abandono, ilegalidade, injustiça, como uma espécie de síntese do que nós estamos lembrando nessa semana, que são os vinte anos do assassinato do Chico Mendes. Acho que o legado é muito importante, mas a situação desse legado é crítica. É importante nós entendermos o quanto é crítico e as perspectivas, se sintetizarmos um pouco o significado dessa proposta das reservas extrativistas. Nós estamos falando de uma política pública que foi formulada por um movimento social, isso é inédito não só no Brasil, é inédito no planeta ter um grupo social

que é capaz de formular uma proposta, defender a floresta, encontrar uma solução para conflitos fundiários, e ao fazer isso formular uma alternativa que não só beneficia aqueles diretamente envolvidos, mas como política pública universaliza benefícios. Esse é um privilégio do nosso país, temos 25% da floresta amazônica nas mãos de comunidades tradicionais e de populações indígenas. E como toda política pública, ela tem um ciclo de vida, passa por diferentes fases, e a primeira fase foi a da violência, que levou ao assassinato de vários líderes, Wilson Pinheiro, Chico Mendes e muitos outros, e que conquistaram a política porque optaram por uma solução radical, que foi colocar a vida à disposição dessa proposta. E por que esse radicalismo? Por que é tão complexa essa questão das reservas extrativistas? Porque nós estamos falando primeiro de um direito fundiário. Essas populações que moram na floresta, as populações indígenas têm direitos institucionais assegurados, as populações quilombolas também, mas as populações tradicionais não, essas tiveram que lutar para ter o direito de posse reconhecido, optaram por ter o direito de posse reconhecido na forma de uma unidade de conservação. É uma escolha, porque o direito de posse poderia ser regularizado na forma da propriedade individual ou na forma de um projeto de colonização. A escolha de regularizar direitos de posse na forma de um território protegido requer contrapartidas, as comunidades protegem o território e os recursos, e o Estado assume um compromisso de assegurar que as condições de vida melhorem nessas áreas, é quase um pacto comunidades-estado, não é uma concessão, não é um favor, não é uma decisão pessoal, é um direito conquistado, assegurado pelo nosso sistema legal, mas que poderia levar à destruição de muitas áreas se não fosse transformado em política pública que harmoniza direitos fundiários com proteção do meio ambiente. Nós estamos falando de uma identidade e de uma política realmente original, daí também deriva a dificuldade de implementação, porque nós não temos esse modelo em outros lugares, ele é genuinamente nosso. Quando essa política se transformou, ou parte dela passou a fazer parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, em 2000, algumas dessas conquistas não foram mantidas. Por exemplo, até o ano de 2000 as comunidades tinham planos de uso que eram uma espécie de acordo interno construído em cada comunidade, e que era um instrumento simples, mas era um acordo em relação ao que podia e não podia ser feito em uma unidade. Esse plano de manejo, esse plano de uso praticamente deixou de ter importância e no lugar foi estabelecido um plano de manejo aos modos das unidades de conservação de proteção integral, que têm o plano de manejo. E a dificuldade de transformar, de criar planos de manejos que sejam práticos, eficientes, operacionais, levou a esse impasse que até hoje, praticamente, só duas reservas extrativistas têm plano de manejo. Enquanto o plano de manejo não existe, essas pessoas que vivem lá, que sempre cuidaram, que têm direitos assegurados, como o Joaquim falou, trabalham praticamente na ilegalidade. De uma situação de reconhecimento de direitos passa-se por uma situação de reconhecimento de direitos limitados. O conselho deliberativo colocou os moradores das reservas extrativistas como uma representação a mais, eles têm um lugar no conselho deliberativo, todos os outros lugares e assentos são divididos com gestores municipais e estaduais que, muitas vezes, foram os primeiros a ser contra a criação daquelas unidades, e eles são um a mais, eles não são os gestores da reserva. Até pouco tempo atrás, o IBAMA e depois o Instituto Chico Mendes fizeram uma leitura literal e praticamente as reservas ficaram, realmente, como se fossem áreas sob tutela do Governo Federal, e os chefes das unidades, das reservas extrativistas, como se fossem, realmente, chefes dos territórios. Isso foi muito questionado pelo próprio Conselho Nacional dos Seringueiros e bem recentemente está havendo uma mudança no sentido de reconhecer os

planos de uso e de entender que chefe de unidade de reserva extrativista é um auxiliar dos verdadeiros gestores dessas reservas, que são os moradores. Jamais pode haver uma inversão, no sentido das comunidades moradoras dessas áreas ficarem devendo autoridade ao chefe da unidade, isso é uma inversão profunda dos conceitos e fundamentos dessa política. Acho que nós estamos hoje em uma situação onde o legado do Chico, depois de 20 anos, é muito importante, porque se nós não tivéssemos considerando reservas federais e estaduais, se nós não tivéssemos 4,4% do que esses territórios hoje representam, nós teríamos provavelmente o dobro de desmatamento, esses 4,4% ao dobro, porque elas estão em áreas estratégicas e teríamos então a princípio um desmatamento bem maior do que nós temos, isso já é uma constatação importante. A questão que o Paulo Maia falou da violência é um fato, a violência diminui radicalmente com a criação de uma reserva extrativista, exatamente pelas razões que eu aponte, porque é uma unidade que regulariza direitos fundiários, então os conflitos desaparecem. Mas a reserva extrativista não é só um modelo de reforma agrária, de unidade de conservação, ela é na verdade um projeto de modernidade, de desenvolvimento, muito mais que um território protegido, de recursos protegidos e comunidades gestoras, é muito mais que isso, porque se essas pessoas fizeram a escolha de ter uma unidade de conservação e não o seu patrimônio, a sua propriedade privada, fizeram isso em nome de alguma coisa muito maior, que é o futuro das novas gerações, o futuro da floresta. Portanto, nós não podemos olhar as reservas extrativistas como unidades de conservação *strito sensu*, nós temos que olhar como territórios de espaço, de desenvolvimento sustentável, um tipo de desenvolvimento que concilia esses interesses econômicos, sociais, ambientais, culturais e educacionais, e este projeto de modernidade se perdeu. Ele precisa ser reconstruído revendo um pouco esse contrato entre comunidades e Estado, eu acho que nós estamos em um momento, e os 20 anos nos ajudam muito a refletir em que nós temos que revitalizar esse contrato, e rever os termos nos quais ele hoje se implementa, principalmente porque nós temos um novo contexto de mudanças climáticas. O papel estratégico dessas populações é hoje infinitamente maior do que já era há 20 anos atrás. Nós temos, realmente, uma obrigação em relação às populações que protegem esse patrimônio para a Amazônia, para o país, para o planeta, que nos leva a uma necessidade de revisão desse pacto com toda a urgência, porque não é possível que essas pessoas gastem as energias da vida, a falta de recursos para proteger o patrimônio sem nenhum reconhecimento, a questão não é só o reconhecimento financeiro, é o reconhecimento de um projeto de vida e de sociedade, este projeto é muito maior do que um território de 4,4% da floresta brasileira. Como o Joaquim falou, quem são os herdeiros dessa proposta hoje? São os jovens. O risco que corremos é ter reservas extrativistas com idosos. Ótimo, muito bom, melhor vida eles terão do que tiveram os avós e bisavós dessa geração, mas não é isso que se espera. O que se espera é que esses jovens sejam os gestores da floresta no futuro, porque podemos assegurar 25% que vai sobrar da Amazônia, com certeza, que é o que está na mão dessas comunidades, as áreas protegidas, de proteção integral, mas é muito pouco, e o que sobrar estará certamente nas mãos de gestores comunitários. E qual é a educação dos gestores? Eles são os florestais do futuro? Eles são os advogados, os médicos, os educadores, os antropólogos? São? Não. A educação que está sendo dada é da pior qualidade. O papel que essas populações desempenham sequer é reconhecido, e o desafio não é simplesmente levar uma escola de alfabetização, não é esse o papel, isso já foi feito por eles mesmos no passado. O desafio hoje é muitíssimo maior, é complexo e o Instituto Chico Mendes ainda tem que fazer jus ao nome. Eu fui contra o uso do nome do Chico no Instituto, porque eu acho que há muitos conflitos dentro de um órgão

público, e eu não acho que o Chico se sentiria confortável de ter o nome dele sendo de alguma forma objeto de barganha, porque ele sempre teve uma posição muito definida, e a política pública para nós não é definida, é conflitiva, é ambígua, ela está sempre em confronto, então, por que colocar o nome do Chico numa situação ambígua, quando ele sempre foi tão claro, tão evidente a ponto de colocar a vida dele por essa causa? Eu não acho justo, não acho correto e acho que talvez no futuro o Instituto Chico Mendes ainda tenha que fazer jus a essa homenagem que recebeu, desse nome. Acho que é o momento da sociedade brasileira assumir e dar conta desse precioso aliado que temos dentro das nossas florestas, que já eram invisíveis no passado e que continuam invisíveis, vocês raramente têm a oportunidade de conhecer essas pessoas que moram lá e desempenham esse papel. A política de remuneração por serviços ambientais prestados é muito importante. O que o Adrian colocou aqui é a ironia da história nesse momento, ou seja, remunera quem já desmatou ilegalmente, se dispõe a recuperar aquilo que desmatou porque será remunerado, senão não vai se dispor a fazer isso, e aqueles que efetivamente protegem não são compensados, afinal eles não desmatam, por que eles serão compensados por uma política de controle de clima? Eu acho que essas ironias e contradições precisam de fato ser assumidas, porque não podemos pensar em próximos 20 anos sem uma mudança radical nos objetivos, da perspectiva e das relações que existem hoje entre as comunidades no Estado.

Nilo Diniz: Obrigado, Mary, é bom observar que você não para no tempo, continua trazendo desafios e atualizando. Acho que tivemos uma exposição muito interessante aqui na mesa, porque eu estava observando que o desafio desse legado das reservas extrativistas do Chico, tivemos oportunidade de ver do ponto de vista de quem vem registrando historicamente isso pelas câmeras do Adrian e do Vicente. Nós ouvimos um pouco o relato de quem está sentindo isso na pele e em um nível mais local, que é o caso do Joaquim, do Conselho Nacional dos Seringueiros. Vimos também a perspectiva do Estado, do Instituto Chico Mendes, com as palavras do Paulo, dos grandes desafios. Eu acho que fica claro que hoje, o Estado, o governo e o Instituto Chico Mendes, não estão fugindo nem justificando, estão encarando esses desafios, como diz no filme, é uma guerra de Davi contra Golias, o desafio não é pequeno. E acho muito legal podermos ouvir uma pessoa que veio da academia, mas também do movimento social e do Estado, que é a Mary Allegretti. [...]. Ele fez opção de um território onde nenhuma daquelas famílias é dona da terra propriamente, não é um assentamento de reforma agrária típico, eles querem o direito ao usufruto daquela terra, o apoio do Estado para educação, para poder ter efetivamente a sua dignidade assegurada. Vamos abrir então a palavra para os nossos colegas que estão nessa plateia simpática. Eu vou pedir apenas brevidade para podermos ouvir mais pessoas, eu não sei como é que vocês estão fazendo o sistema aqui, se abre para algumas intervenções. Eu vou pedir apenas brevidade e vamos ouvir umas três ou quatro intervenções, e depois passamos para os nossos debatedores responderem. Eu vou pedir também que apresentem só o nome e a instituição para nos localizarmos.

Espectadora: Eu sou Francinette Perdigão, morei 27 anos na Amazônia, hoje sou professora aposentada, mas eu gostaria de fazer uma reflexão para a mesa. Eu acho que a saída tem que ser política, mesmo. Em 1985, quando se criou a reserva de Chico Mendes, quem era o Presidente do Brasil? Eu não preciso lembrar, evidente que o Sarney naquela ocasião não ia ter nenhum interesse em fazer reforma agrária na floresta ou mais que a

reforma agrária. Quem conhece a história política do Sarney sabe que seria uma grande ingenuidade aquela experiência com povo organizado, com algumas figuras ajudando a organizar, a conscientizar, a reivindicar o que seria melhor ou pior para eles, seria ilusão. Eu acho que hoje temos uma experiência que ficou tão tupiniquim na Amazônia, mas que eu não esqueço dela que é o Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado. Nós tivemos a experiência da Irmã Dorothy, uma figura lendária como ficou o Chico. Das experiências que eu acho que seriam interessantes, os PAES - Projetos de Assentamentos Extrativistas, e outros Chicos e Dorothys nessa região. Mas eu gostaria que vocês não perdessem isso de vista, porque fica um pouco complicado com uma análise maior. Nós temos no início do século a pessoa que chegou, parou e analisou a Amazônia, a relação homem e natureza, que foi o Ferreira de Castro e vários outros, tivemos várias experiências na Amazônia com relação à questão de quem é quem e de quem faz o quê naquele espaço. Machadinho do Oeste foi fruto de quase 20 anos de discussão de Rondônia com relação ao Kayapó, lá foi área de quê? De preservação ambiental. E hoje é uma das regiões de Rondônia que mais tem madeireiro, queimada. Eu sei porque eu fui lá, uma das professoras me pediu: “Professora, nós não queremos nada. Nós queremos que a senhora ajude a defender que o IBAMA não feche as nossas madeiras, porque os nossos maridos vão perder os empregos”. Eu estou fazendo essa análise, eu já vou concluir, eu queria que a mesa fizesse uma avaliação de qual é o programa que o governo federal, que é do meu partido, eu nunca nego, mas qual é o programa que o Governo Lula, em seis anos, tem, com Marina, com outras figuras que passaram, que ficam e que vão estar, qual é o programa que o governo federal tem? Qual é o programa que a comunidade tem? Qual é o programa que os órgãos de apoio nacionais e internacionais têm para a Amazônia, para que a sua população não seja premiada só pela manutenção da vida, mas que sejam premiados nas suas necessidades básicas: casa, moradia, saúde. Que programa é esse que vocês podem discutir? Eu gostaria de ouvir, porque existem programas separados, experiências alternadas são várias, mas qual é a coisa concreta? Eu estou procurando como pesquisadora, como militante, enfim, essa é a minha angústia, eu vim aqui para fazer isso, para saber o que é que existe de concreto, em termos de articulação de Ministério, de outras experiências. Não acho ruim se é o nome de Chico Mendes ou não, não estou nem preocupada, se tem uma pessoa para ser homenageada nessa proposta é o Chico, o Chico virou patrimônio da humanidade. A minha preocupação é qual é a política eficiente para se resolver as questões da Amazônia, do solo, subsolo, da sua biodiversidade de uma forma geral e também a questão da água, que eu acho que é uma coisa que ficou muito esquecida, ultimamente nós não nos vemos discutindo. Muito obrigada e desculpa aqui pelo discurso.

Nilo Diniz: Obrigado. Eu acho que seria bom ouvir mais uma ou duas pessoas antes de vir para a mesa, ou não?

Espectador: Meu nome é Wanderley, eu sou médico. Ontem no *Correio Brasiliense* houve uma matéria de um jornalista a respeito da presença estrangeira na Amazônia, e esse jornalista dizia que há mais de três mil e tantas ONGs de estrangeiros aliciando, oferecendo uma série de benefícios aos índios, aos nativos, para se servirem do subsolo, do solo, de toda a biodiversidade na Amazônia. Eu queria ouvi-los a respeito dessa matéria que me impressionou muito, e o cineasta também falou de países estrangeiros oferecendo milhões de dólares. Como é que fica essa presença estrangeira na Amazônia?

Nilo Diniz: Você lembra quem escreveu essa matéria?

Wanderley: Olha, não lembro, mas é um jornalista que escreve frequentemente no *Correio Brasiliense*, mas é uma matéria muito interessante.

Nilo Diniz: Ok, obrigado. Mais alguma questão?

Brent Millikan: Eu vou começar agora pela indagação do Adrian sobre a questão de serviços ambientais e as discussões internacionais sobre clima. Uma coisa que me chama atenção e que é um tema tão atual, tão discutido hoje em dia, essa semana na Polônia, mas me parece que ainda falta uma discussão mais ampla, um diálogo maior no Brasil sobre as suas posições, tem uma série de propostas, inclusive de entidades da sociedade preocupadas com a questão de inclusão, das preocupações tradicionais, dos serviços ambientais prestados por essas populações e essas contradições, como você colocou, que aparecem. Mas ainda me parece que tem pouco diálogo entre os diferentes atores envolvidos no Brasil, as propostas das ONGs e do governo não são as mesmas, o governo tem uma proposta distinta e eu acho que os diversos lados até têm questões legítimas que são levantadas. Por exemplo, a questão de racionalidade, se os países industrializados vão de fato fazer o seu dever de casa, se você incluir o mercado de carbono de florestas, se isso não é uma forma de resolver os problemas dos países industrializados, fazendo aquisição de crédito de carbono, eu acho uma questão legítima, mas talvez o que falte é um pouco mais de diálogo nessas propostas. Ainda é uma coisa muito incipiente, parece que tem mais discussões nos fóruns internacionais do que aqui no Brasil sobre essa questão. Só uma coisa que eu queria, que eu achei curiosa: no ano passado, depois de 20 anos, houve o Segundo Encontro dos Povos da Floresta, isso não significa que não tenha havido alianças, discussões nesse intervalo, mas no ano passado teve esse evento grande na tentativa de retomar essa aliança. Um dos temas, um dos motes desse evento foi a questão das mudanças climáticas, estava no auge da discussão, e parecia que tinha uma certa defasagem ou desarticulação entre as discussões sobre inclusão dos povos tradicionais, os recursos financeiros com que o pessoal da base, as pessoas que pegaram barco que viajaram três dias para chegar em Brasília para participar do evento, que além de questionar o pouco tempo que tiveram para colocar as suas preocupações e as suas propostas, também colocaram questões tão básicas, as questões de território, de assegurar os direitos de acesso aos recursos naturais, como a Mary colocou, tanto da criação de novas áreas quanto a regularização das áreas existentes, quanto a questão da proteção das áreas que já foram criadas. Eu participei de uma publicação com o Grupo de Trabalho Amazônico de Rondônia esse ano, e nós citamos alguns exemplos, inclusive de reservas extrativistas, que por total falta de presença de Estado, de apoio, as áreas estão sendo completamente invadidas e detonadas por grileiros, madeireiros ilegais. Entre os pontos básicos que foram colocados pelas lideranças locais, um era a questão das garantias ao território, uma outra questão era o apoio para atividades produtivas sustentáveis baseadas na floresta. Evidentemente não só tem o estereótipo dos seringueiros, extrativistas que morrem extrativistas, quem conhece sabe que tem toda uma série de atividades produtivas, diversificadas, da roça, da pesca, da própria caça, as atividades extrativistas além da borracha e da seringa. Mas o segundo ponto que foi muito frisado é a questão do apoio efetivo para as cadeias produtivas pautadas no extrativismo, e do uso sustentável na floresta, o beneficiamento local, a geração de renda, de emprego, o fortalecimento da

segurança alimentar, com as atividades agrícolas e florestais. O terceiro ponto foi a questão básica da saúde e da educação, que Mary colocou bem aqui, questões que têm as interfaces também, as atividades produtivas com as questões de saúde. Mas me chama um pouco a atenção dessas questões tão básicas e por outro lado, a questão de REDD ainda um pouco na estratosfera. Talvez uma questão que valesse a pena pensar é como esses instrumentos poderiam apoiar uma política de consolidação nas reservas extrativistas. Eu acho que essas preocupações são muito próximas dos desafios que Paulo e Mary colocaram como a consolidação das reservas. Eu acho que a política de REDD não substituiu uma política séria de consolidação das reservas, mas poderia apoiar. Isso também talvez nos ajudaria a superar um pouco as críticas que são colocadas, inclusive de algumas entidades ambientalistas, tanto brasileiras quanto estrangeiras, um pouco essa visão de: “Tem que investir em quem vai parar de desmatar, por isso tem que pagar o fazendeiro”. E, por outro lado: “Essa conversa de mérito para a população tradicional só é para o cara virar cachaceiro!”, uma interpretação muito rudimentar. Aí volta a questão que eu estava colocando no início, eu acho que precisamos aprofundar esse diálogo, tanto da política das reservas extrativistas quanto a política de REDD e, acima de tudo, um pouco o que a Mary colocou, a questão das políticas ambíguas, que eu acho que não tem muito sentido termos um Fundo Amazônia, se por outro lado os grandes fundos Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, BNDES, eles estão indo em uma outra direção que não é a da conservação da floresta com inclusão social.

Nilo Diniz: Obrigado, quase uma aula, quinta palestra. Eu sei que tem pessoas na plateia que seguiriam aqui, eu estou vendo o Tony Gross ali quietinho. Tem outros aí que poderiam desenvolver mais. Eu vou passar a palavra aqui, ou deixo aberto para quem queira se manifestar sobre as questões, as três questões que foram levantadas? Quem quer se manifestar? Vamos fazer um debate aqui entre nós da mesa, não? A Mary levantou uns temas bons aqui, o Adrian também, o Paulo, o Joaquim, se vocês quiserem comentar também o que cada um falou é bom. Se ninguém falar, eu vou falar. Quer comentar alguma das questões? Eu posso resumir aqui, rapidamente, a Francinette levantou mais a questão da dimensão política, o que de fato hoje o Estado, o governo, propõe para a Amazônia enfrentar esses dilemas que ela colocou, em uma perspectiva mais política. O colega lá lembrou a matéria do *Correio Brasiliense* que fala da questão estrangeira interferindo um pouco nas decisões em relação às áreas ocupadas por índios, populações tradicionais, interesses das ONGs estrangeiras, é um tema recorrente que aparece muito no noticiário. E o Brent, que fez essa exposição bastante interessante com vários elementos. Então eu não sei, Adrian, se isso te chama algum tema. Joaquim, eu acho que seria bom se nós pudéssemos comentar essas questões.

Joaquim Belo: Como morador da Amazônia, lá da comunidade, eu não tenho claro na verdade qual é o projeto do governo para a Amazônia. Eu acho que nós aqui não nos arriscamos em fazer isso, porque não existe, é uma loucura só. Agora, do ponto de vista do que a comunidade já fez, ela tem clareza que a definição de seu território e a consolidação garantirão o futuro. Agora quanto ao projeto do governo para a Amazônia, isso é muito difícil, não tem uma política definida para o setor energético, em todas as situações de clima que se vive, para a agricultura familiar não tem uma proposta clara, se não tem para isso que é o carro chefe, imagina para reserva extrativista! Agora eu acho que o Brent falou uma coisa interessante, que no nosso caso específico, dos extrativistas, bem como os índios,

se nós não focarmos em uma ação nós nos diluiremos no processo, porque nós passamos a ser vistos como um elemento que entra em um projeto maior e se dilui em um processo. Acaba que uma luta muito específica e especial não foi valorizada, eu acho que é isso que vem acontecendo ao longo da história. E aí eu vejo alguns programas do governo de transferência de renda, que para o nosso povo é uma tortura, Bolsa-família, por exemplo, isso não tem razão de existir para a nossa população, sai mais caro receber do que ficar lá, para receber R\$ 80, paga R\$ 200, R\$ 300 para receber aquele dinheiro, e aí não foca uma ação de vida das pessoas, da mesma forma que paga para o favelado, vai da mesma forma para o nosso povo. Eu acho que não tem uma ação mais focada, nessa ação de floresta, de desenvolvimento de futuro das pessoas que estão ali, nós nos diluimos e não conseguimos ser enxergados no processo.

Paulo Maia: Eu vou me atrever a falar de um ponto absolutamente polêmico que foi trazido aqui, que é a questão dos interesses estrangeiros na Amazônia. Eu tive um momento na minha vida muito interessante, quando discutíamos criação de unidades de conservação, nós estávamos realizando consulta pública e esse era um dos questionamentos apresentados. “Mas tem interesses internacionais na Amazônia e por isso que estão criando as unidades. O que vocês acham disso?” Eu me lembro que eu já tinha coordenado uma consulta em Altamira, eu já estava praticamente sem voz, quando nós estávamos em São Félix do Xingu discutindo a criação das unidades. Eu lembro que algumas pessoas ficaram assustadas quando eu disse: “É óbvio que tem interesses internacionais na Amazônia, que tem um conjunto de interesses sobre tudo o que acontece em todo o planeta”. Nós já abandonamos há muito tempo aquele momento em que era possível viver nas aldeias, em grupos isolados, agora eu acho interessante que nós dialoguemos. Vou me permitir aqui usar um exemplo, talvez não seja o mais adequado, mas quando enfrentamos a discussão do porto da Cargill, muito pouco se pensou em interesse internacional. Quando falamos em produção de soja, em comercialização de adubo, de agrotóxico, pouco falamos de interesse internacional. Mas quando falamos de utilização de determinado território com determinado fim, via de regra, é muito fácil falar de interesse internacional. Eu não estou dizendo que não existem interesses internacionais, com todas as ações que hoje acontecem, acredito eu em todas as nações, e não é diferente no nosso território. Mas é intrigante para mim como é fácil tomar posição com relação a isso quando se trata de um tema, e fácil esquecer disso quando se trata de outros temas. Não é à toa que, quando se vai hoje no supermercado, encontra-se um conjunto absolutamente reduzido de produtos, ainda é difícil encontrar graviola para tomar um suco fora da Amazônia. E eu digo para vocês como alguém que é fanático por taperebá e graviola. Eu tenho conversado com algumas pessoas e parece que tem alguns equívocos que vamos construindo e repetindo, ainda falamos em criação de terra indígena, em áreas, territórios quilombolas, e na minha opinião, ainda falamos em criação de reservas extrativistas, toda a nossa organização dá conta disso, e eu penso em outras situações, mas nesses casos, o papel do Estado, seja ele governo estadual, federal ou municipal, não é de criar, é de reconhecer. Quando se trata de realizar um debate com uso de um determinado território de um conjunto de população, se esse uso acontecer há algum tempo, me parece que deveríamos reconhecer isso, e ao reconhecer o ato é de criação e me parece que ele ainda é inadequado. Nós temos um conjunto de dificuldades que diz respeito aos instrumentos legais que foram construídos ao longo do tempo, e os limites que esses conjuntos de instrumentos legais impõem a todos nós. Não é possível dialogarmos com servidor público que tem, mais que qualquer outra pessoa, absoluta

obrigação de cumprir com a norma, de fazer cumprir, e não disfarçá-la. Portanto, existe um conjunto de limites que dizem respeito à atuação do agente por conta da norma que ele é obrigado a seguir, a fazer cumprir. E isso gera sim, hoje, uma grande dificuldade com relação à gestão das unidades. O papel do servidor público e também do chefe da unidade, de todo um conjunto de servidores que se relaciona com as populações e, acho que vale a mesma coisa para as terras indígenas, para as terras quilombolas, esse conjunto de esforços do Estado, dialogar com essas populações, com essas comunidades, com essas pessoas, é limitado, difícil, e somado a uma dificuldade bastante grande que é de uma absurda deficiência na formação do nosso pessoal, do conjunto das pessoas. Acho que boa parte dos conflitos que se geram na gestão estão muito relacionados com isso. Eu não quero me atrever a dar resposta, mas eu lembro dos esforços do Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente - de tentar enxergar políticas públicas e trazer experiências não só do Brasil, mas da América Latina. E uma das características marcantes que temos da América Latina é justamente da contradição, ao mesmo tempo em que apontamos recursos para realizar um conjunto de esforços, aponta para realizar um outro conjunto de esforços contrários, antagônicos a esses, e eles disputam, parcela deles impede que outro se realize e, aí, obviamente que existe uma disputa, uma sociedade que permite que algum momento uma parcela ou outra desses interesses seja melhor atendida. Mas eu penso que um conjunto de esforços, talvez seja o mais importante que se tem, que se vem tentando construir, que é o de permitir uma relação mais transversal entre os diferentes esforços que são realizados, mas com pouco resultado ainda. Eu entendo que poucas coisas podem ser tão poderosas do ponto de vista de demonstrar isso quanto a política de garantia de preço mínimo. Hoje, esta é uma estratégia de um conjunto de esforços e cada vez mais temos percebido conjunto diferente de Ministérios e instituições se esforçando para realizar isso. Antes de sentar aqui, o Nilton me falava da diferença da experiência da BR-163 e nós estamos muito longe do esforço real necessário, mas um esforço compreendido de construção da BR-163 sustentável, me parece um pouco a demonstração desse esforço do tentar fazer, mas com dificuldade de ter resultado prático. Eu penso sim que vamos ter que avançar ainda algum tempo para isso, teremos que dialogar bastante e construir, porque isso, obviamente é uma tarefa do governo, quando tem sucesso passa a ser uma tarefa do Estado e, que deve refletir a vontade da sociedade.

Nilo Diniz: Obrigado, Paulo.

Mary Allegretti: Eu queria comentar essa questão da presença estrangeira. Esse tema gera aquele sentimento de nacionalismo como se nossas riquezas estivessem sendo expropriadas, e que nós estivéssemos sendo enganados. O que acontece é que uma ONG não pode se implantar no Brasil se ela não for uma associação brasileira, não existe ONG internacional no Brasil porque a legislação brasileira não permite. Se existem, são ilegais, é uma relevância pequena, porque não tem como existir no país uma instituição que não esteja respeitando as leis brasileiras. Nesse sentido o Brasil já está bem avançado, principalmente a área do Ministério da Justiça. Interesses privados, econômicos, eu acho que são enormes, a exploração da borracha foi feita por agentes econômicos internacionais, isso não é novidade do ponto de vista da exploração econômica, a mineração na Amazônia que é desde o período militar uma das atividades mais importantes. Agora, o que me assusta não são os estrangeiros, são os brasileiros grilando terra, tirando madeira, os nossos compatriotas expulsando índio, matando populações. Nós nos assustamos com os

estrangeiros e não se assusta com os brasileiros? Eu acho que quando as pessoas analisam e comentam a questão do risco internacional, é como não quiséssemos ver o risco nacional, nossos próprios parceiros ali detonando aquela floresta e assumindo. E não é a nacionalidade que faz a diferença nesse caso. O risco maior, na minha opinião, é a incapacidade que nós temos em um campo muito próprio, específico, que é a questão da biotecnologia, eu acho que nesse campo nós perdemos para o controle do conhecimento sobre a biodiversidade, e a possibilidade de exploração a nosso favor de vários campos, principalmente no campo de fármacos e de outros, também de matérias-primas e produtos alimentares. Eu acho que o risco de internacionalização existe quando nós não temos capacidade de desenvolver tecnologias suficientes para usar o recurso da biodiversidade, que é o nosso grande patrimônio. Isso é real, porque a competição é desigual. Nesse campo nós estamos definitivamente perdendo. Agora, risco de internacionalização da forma como geralmente a imprensa coloca, eu acho que é uma simplificação da questão.

Adrian Cowell: Especialmente quando nós estamos falando de clima, não tem jeito de não deixar o movimento internacional entrar no Brasil, como não tem jeito de não deixar os esquimós entrarem em Nova Iorque. O clima é um problema do mundo. Quando nós estamos falando de clima não tem jeito de não ser uma discussão internacional, envolvendo tudo. E, por exemplo, a maior parte do problema do carbono é criado pelos países desenvolvidos, e eles não pensaram que essa crise vai ser pior na África do que em qualquer outro lugar, fora o polo norte. Eu não entendo exatamente o que está acontecendo no mundo, mas para fechar a boca de alguém dentro dessa conversa internacional, global, não tem jeito. Você cala a pessoa, ou a organização, ou o governo, e eles vão achar outro jeito de falar. Então, eu acho que não tem jeito. Parte das ONGs estão muito preocupadas com o Brasil. Eu lembro que estava com José Lutzenberger em Washington fazendo um protesto mundial. Eu estive filmando e os alpinistas do Greenpeace ajudaram muito, descendo de um edifício alto com cordas e uma faixa dizendo que o Banco Mundial estava acabando com as florestas. Nós estávamos entrevistando pessoas saindo do Banco Mundial, perguntando: “Você concorda com isso ou não?” Depois, um dos rapazes do Greenpeace perguntou se era bom para mandar o barco deles ao Rio Amazonas. Eu falei: acho melhor não fazer isso, porque tem uma crise na mídia do Brasil a cada três ou quatro anos sobre a internacionalização do Rio Amazonas. Não manda o seu barco. Mas quando vocês tem um Greenpeace brasileiro eles podem fazer qualquer coisa que eles quiserem. Deixarem eles trazerem o barco. Isso foi o que mais ou menos aconteceu. Mas não porque eu falei. O primeiro barco que chegou à Amazônia foi quando Paulo Adário (o líder de Greenpeace, Amazônia) estava com programas e campanhas muito forte, e ele chamou o barco. Outro lado disso, tenho que contar uma história sobre como eu cheguei para filmar Chico Mendes. Eu estava filmando na Amazônia em 1980 e um amigo meu inglês, que era o assessor do Mustafa Tolba, o chefe da PNUMA, (a Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), ligou para perguntar se eles deviam comprar florestas na Amazônia para preservar a diversidade contra o desmatamento. Respondi que foi a pior coisa que eles podiam fazer. Naquele época o governo do Brasil estava numa ditadura, e os militares estavam muito preocupados com a ameaça da internacionalização da Amazônia. A obrigação deles foi a defesa da Amazônia contra invasões predatórias estrangeiras, e qualquer sugestão de comprar partes da Amazônia sempre criou uma crise na mídia meio histórica. Então ele perguntou razoavelmente, se não podemos comprar, que podemos fazer? Não tenho a mínima ideia, respondi. Mas se alguma coisa pintar, eu vou avisar você.

E quando ouvi do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, soube imediatamente que essa era uma resposta para aquela questão. Para os cinco anos antes, estávamos filmando estradas do INCRA, passando por dentro dos seringais antigos, lugares muito bonitos visualmente, com bastante seringueiros ainda trabalhando ali dentro. Mas seringueiros precisavam de 300 hectares para se darem bem com o extrativismo. Os lotes do INCRA foram impossíveis para o seringueiro trabalhar, porque cada lote tinha somente 50 hectares. Infelizmente, 50 hectares foi o máximo que o INCRA tinha permissão pela legislação para dar. Então, quis informar se um Encontro Nacional dos Seringueiros podia providenciar uma solução política para o problema dos seringueiros e, possivelmente, para o problema da PNUMA. Nós fomos lá, encontramos a Mary Allegretti com o Chico, e o filme e tudo se iniciou. Então essa questão, que chegou do exterior, me ensinou que os seringueiros e UNEP tinham interesses em comum na preservação da floresta. Em vez de preservar floresta pelas compras, foi politicamente melhor para o PNUMA ajudar os seringueiros a preservarem suas colocações. As posses dessas colocações já estavam ocupadas pelas famílias brasileiras e consagradas pela Constituição Brasileira. Agora, chegou a última coisa que eu vou falar. Antes de nós chegarmos aqui, alguém perguntou porque nós filmamos tanto a Amazônia. Era difícil para mim explicar por que a Amazônia é o símbolo da saúde do planeta. Por exemplo, os pólos que estão desaparecendo são símbolos muito mais fortes do que é a Amazônia. Mas por alguma razão que ninguém entende a Amazônia é o símbolo. Então, por isso estamos filmando aqui.

Nilo Diniz: Pelo menos é bem mais colorido que aquela paisagem branca dos pólos. Bom, eu acho que estamos aqui chegando à conclusão desse debate. Tem mais alguém? Eu dei um bom tempo aí, três se manifestaram, quem mais? Então vamos ouvir a Consolación. Vou pedir de novo brevidade e que se apresentem antes. Depois tem mais um rapaz ali, é isso?

Espectadora: Pode deixar, eu vou ser bem breve. Meu nome é Consolación, sou pesquisadora da EMBRAPA, tenho trabalhado com a questão de desenvolvimento sustentável. Achei muito ricas as três questões, a questão dos serviços ambientais, a correlação, essa colaboração com o Protocolo de Kyoto, e a questão do manejo, a perda dos seringueiros que realmente tiveram controle efetivo quando está sendo exigido o plano para poder legalizar o seringa. Então, a minha pergunta com relação a isso é: não haveria uma possibilidade nesse momento de fazer um plano de manejo simplificado que significasse exatamente o plano de uso anterior? E também que houvesse um conselho interno igual aos anteriores, para retomar essa autonomia, há espaço ou não? Porque eu acho isso fundamental, dentro daquela perspectiva que a Mary falou, que é realmente o futuro viver na floresta.

Nilo Diniz: Vamos ouvir logo a outra questão.

Espectador: Meu nome é Diego, eu sou da Universidade de Brasília, do Centro de Desenvolvimento Sustentável. A minha pergunta é a seguinte, nesse planejamento a longo prazo, em relação às reservas extrativistas, como é que entra a questão do crescimento demográfico dentro da reserva? Se o mercado para esses produtos extrativistas se consolidar, como é que vai tratar a sustentabilidade, vai explorar mais ainda a floresta para poder fornecer e suprir esse mercado? E as questões das mudanças climáticas, discutiu-se

aqui a importância da reserva para mitigar o aquecimento global, mas e o oposto? Qual é a vulnerabilidade desses povos da floresta às mudanças climáticas? Existe um planejamento a longo prazo para incluir essas questões no que tange às reservas extrativistas?

Brent Millikan: Posso fazer mais uma pergunta? Dessa vez vai ser rápido.

Nilo Diniz: Deus te ouça!

Brent Millikan: Lembrando que a Mary falou da relevância do que significou a proposta das reservas extrativistas, a figura do Chico, o protagonista importante de todo esse processo. Em cima disso, desse momento, Mary colocou bem o quanto foi e continua sendo inovadora a proposta das reservas extrativistas, esses desafios, mas no sentido de fazer certo essa difícil equação entre o respeito à população local, de preocupação com as territorialidades, a justiça social que respeite o direito das populações locais com a questão ambiental de conservação da floresta, e também com a busca de alternativas ecológicas que dialoguem com essas dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento. A pergunta é: como você vê essa herança, esse legado dentro do *mainstream* das políticas públicas? Eu entendo que a proposta da Amazônia sustentável seria um pouco de dar continuidade, mas dentro de uma política mais ampla que me parece que essa é a grande questão, de como é que se dá continuidade em um sentido mais amplo da discussão das políticas públicas? E dentro disso também, a partir dessa herança que antagoniza a participação das populações locais e na formulação dessas políticas, o próprio processo burocrático, e talvez essa seja a resposta dessas preocupações de internacionalização da Amazônia. Quando se tem um projeto brasileiro verdadeiramente participativo, que consiga fazer essas articulações das dimensões de desenvolvimento, eu acho que o país tem as respostas, inclusive consegue separar o joio do trigo em termos dos interesses internacionais - aqueles que vem ao encontro dos interesses brasileiros são bem vindos, criam uma base de parceria, aquilo que não é, que é contraditório, que é aí que te leva a chorar, seja George Bush ou Barack Obama, fazer o governo unir o povo. Como é que você vê essa herança dessa trajetória mais ampla das políticas públicas?

Nilo Diniz: Ok. Paulo, quer começar a responder?

Paulo Maia: Os planos de manejo, mesmo se eu não quisesse, não tinha chance.

Espectador: Para os estrangeiros, se entende que haja uma legislação, enfim, que há um entendimento, uma época. Agora, não se entende aqui, para nós, como não se contém esses brasileiros, esse que é o problema! Por que não prende por crime, põe na cadeia? Por que é que desmata? E a notícia do desmatamento cada vez aumenta e só discurso, só discurso, só discurso, não há uma lei para isso. Obrigado.

Paulo Maia: Com relação ao plano de manejo, nós hoje já revisamos e hoje já se trabalha. O que é que nós entendemos? Vamos ter que construir, isso não existe ainda. O fato de não termos um plano de manejo, do ponto de vista legal faz com que aquela atividade que não seja da relação comercial não seja problema. Mas obviamente quando se cria uma unidade de conservação do tipo reserva extrativista, a relação da sociedade é de mercado. Estamos tentando aperfeiçoar os mecanismos. Nós hoje trabalhamos com uma lógica de dois níveis

de plano de manejo, portanto é possível realizar de forma mais simplificada, mais rápida e que, muito francamente, pensamos que o ideal seria que a construção da unidade de conservação, o reconhecimento da existência da relação, e portanto o ato de criação, fosse resultado de um conjunto de informações que já permitisse, rapidamente, fazer duas coisas: construir um conselho e um plano de manejo. É possível um conjunto de informações que nos leve a decidir, a definir que é possível e que se deve reconhecer, e portanto fazer o ato de criação, e nesse momento, um conjunto de informações já seria suficiente, por quê? Porque quando se faz um conjunto de estudos para delimitar o território, é absolutamente necessário que se saiba quais são os usos, quais são os produtos gerados na relação e onde. Mas temos um problema de longo prazo, hoje eu acho que a grande ameaça diz respeito ao crescimento demográfico, ao uso da área, e nisso o plano de manejo tem que nos ajudar, tem que dar respostas para isso a longo prazo. Eu penso que a médio prazo talvez o desafio seja outro, estávamos discutindo lá na escola a fantástica experiência da relação da sociedade com o conjunto de pessoas, estávamos discutindo, alertando para um dos grandes problemas a que estamos sujeitos a curto e médio prazo. Nas unidades, nas reservas extrativistas talvez seja a exaustão do recurso, mas como conseguir fazer uma competição de mercado quando se identifica que se tem um produto, eu acho que todos nós aqui conhecemos a lógica do apropriação e substitucionismo, então é absolutamente fácil que isso seja apropriado por alguém e pelo mercado e que isso seja substituído. Então precisamos criar instrumentos que nos ajudem a fazer isso e estabelecer uma relação que nos permita avançar para, quando isso acontecer, termos as alternativas para isso. Nós estávamos discutindo a produção do açaí lá no Amapá, é uma janela de oportunidade que se não atrapalharmos muito é possível que seja de grande sucesso e permita uma grande transformação para aquele conjunto de pessoas naquela reserva extrativista e em outras, mas tem uma experiência concreta ali. Mas qual é o problema? Garanto a vocês que, na lógica de mercado, quando isso for um excelente negócio, não é preciso pensar a longo prazo, porque já está acontecendo, eu posso implantar lavouras que me permitam roubar um pouco da crítica inicial, a lógica de pagamento, mas é possível inclusive que eu financie isso, que eu dê dinheiro para alguém que desmatou uma área para que estabeleça uma área de árvores, de florestas que me permitam dirigir o uso dessa área para disputar economicamente, na lógica do mercado que precisa ter uma produção para o que hoje vem do extrativismo. E alguns produtos quando ganham dimensão de mercado, muito provavelmente esse vai ser o desafio, na minha opinião, um grande desafio mais imediato. Como eu consigo fazer com que o resultado de trabalho do extrativismo não se perca, não se transforme em uma estratégia de mercado e, apropriado pelo outro e, substituída a lógica de mercado? Então eu penso que é uma crise que temos que enfrentar.

Espectadora: Só comentando o que você acabou de dizer do problema a médio prazo. Não se constrói um problema quando você está tendo uma outra tendência no mercado que não existia antes, que é o comércio solidário, um comércio com nicho de mercado com identificação de origem, fonte, então você está tendo uma ampliação nesses mercados. Você está tendo uma série de nichos de mercado que identificam uma comunidade, a conservação da natureza, isso é um mercado em expansão. Você não vai ter esse problema da competição do grande produto comercial com um produto identificado, é um pequeno detalhe, desculpa eu ter comentado isso, é muito pequeno esse detalhe, mas ele pode ser significativo, porque ele demonstra uma outra tendência de mercado que está se formando no mundo.

Paulo Maia: Obrigado pela contribuição. Só deixa eu manter a minha preocupação com o mundo. Nós tivemos um determinado período em que era muito bonito o nosso mobiliário ser de plástico, todo sintético, era exemplo de modernidade, criou-se um nicho de mercado para isso. Depois veio com uma lógica de que agora é legal, o bom é ter elementos naturais, nós temos uma experiência excelente na floresta do Tapajós, com as oficinas caboclas, é legal ter o rústico. O mercado vive disso. Tivemos um período em que era riponga, que comia, que era natureba, portanto havia uma lógica de mercado que permitia ter acesso a produtos de determinados espaços. E os homens do Rio Grande do Sul, da colmeia, que é fantástico e é exatamente isso. No Espírito Santo é a lógica do quilo, um conjunto de pessoas começou a fazer a produção e a ofertar na porta de alguém excelente qualidade, dentro dessa estratégia, isso foi apropriado para o mercado e substituído por ele. Há um crescimento de mercado nesse sentido, mas na lógica comercial, a não ser que eu esteja equivocado, e tomara que eu esteja, corre-se um risco bastante grande que o mercado tenha a capacidade de se reformar e de substituir. Existe uma possibilidade de empréstimo de mercado, porque hoje o que nós produzimos e o que chega no mercado ainda é muito pouco. Acredito que temos aí um espaço bastante grande para a expansão, mas também acredito que o mercado seja o mundo inteiro hoje, nós comemos meia dúzia de produtos, se nós voltássemos um pouquinho atrás nossa base alimentar eram mais de mil produtos diferentes, hoje a nossa base alimentar é arroz, feijão, trigo. A estratégia da floresta nos ajuda, nos dá ou possibilita garantias, as possibilidades de que não seja isso, mas é possível que o mercado também se aproprie. As relações comerciais em alguns momentos vão atender determinado público e é possível que outros públicos venham a ser atendidos também. Eu penso que esse é um desafio bastante grave e me parece que ele vai chegar antes, é possível que ele não chegue, mas ele pode chegar antes da exaustão dos recursos nas unidades, seja pelo crescimento da população, nós temos um processo que não é de cadeia, é um processo de migração que as pessoas, que entram e saem das unidades, nós temos uma lógica de uso que é estabelecida pelas populações, que prevêm regra para estar e não estar nas unidades. Há uma grande vulnerabilidade. A lógica dos conselhos é que nós tenhamos preponderância das populações, mas nós entendemos que o conselho precisa refletir o conjunto dos interesses. Hoje, o entendimento do conselho nas unidades de conservação é que ele tenha obrigatoriamente permitir sentar na mesa os interesses que dizem respeito àquele território, aquela área. E os interesses não estão só com as populações da área, existem outros mecanismos que são de disputa da sociedade, mas nós entendemos sim que a preponderância de forma representativa nos conselhos não pode ser nessa lógica de um para 50, 40, 30, e ele não é assim. Nós felizmente construímos instrumentos orientadores e normativos, do ponto de vista de garantia de representação. Nós ainda temos um monte de problemas em todos os nossos conselhos, temos a nossa lógica das paridades, inclusive das falsas paridades, em que temos um conjunto de interesses com o mesmo número de vagas nos assentos, no que diz respeito a um conjunto grande de pessoas. Entendemos que o conselho tem que ter todos os interesses dentro do possível, mas um conjunto de interesses que dialogue com aquele território, existem interesses fora das unidades que precisam estar lá representados também.

Joaquim Belo: É interessante isso, porque quando nasce uma proposta precisamos nos adaptar às condições, isso aí é uma questão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), geralmente existe uma associação para toda a unidade,

quando o SNUC nasce, que é a ponta da proposta, não mudamos a estratégia. Hoje tem muita sucessão da reserva, justamente para se ocupar mais um espaço possível, para não acontecer o que foi colocado, tivemos que nos adaptar a isso. Outra coisa que eu queria comentar é em relação a essa questão do crescimento, a formação para nós era fundamental, primeiro porque toda a pessoa que tem uma formação um pouco melhor já tem um cuidado com a taxa de natalidade, uma série de coisas, isso ajuda. Uma coisa também que precisa ser trabalhada é que o sistema econômico brasileiro tem um olhar de crescimento ininterrupto, como se tudo nunca acabasse, e na nossa lógica é diferente, nós sabemos que acaba. Essa é que a lógica que a Mary colocou, que na visão do extrativista ele sabe que aquilo ali é importante, que precisa ser cuidado porque aquilo acaba, não é a mesma lógica do sistema que a economia estabelece, o crescimento tem que se dar o tempo todo, senão não se criam riquezas, é como se tudo fosse infinito, nunca acabasse. Eu acho que essa lógica para nós não serve. E a educação é fundamental para isso. Por exemplo, aquela questão do Incra, que foi muito importante conquistar na reserva extrativista aquela questão do reconhecimento da política da reforma agrária na unidade, o ponto de vista da comunidade, mas como não tem controle, houve muita entrada de gente nas unidades para se beneficiar porque se a reserva fica um pouco melhor, a pessoa quer ir lá para dentro, porque vai ter crédito, uma série de vantagens que quem está fora não tem. É um risco, da qualidade da política pública quando ela entra, de fazer pressão sobre a entrada de pessoas até de fora, até do crescimento interno.

Mary Allegratti: Eu acho que o senhor colocou a questão certa, mas é preciso considerar o seguinte: o que é chamado de desmatamento legal e ilegal. Grande parte do desmatamento, se ele é legal, não há razão, não há como impedir. A nossa legislação define que você pode fazer corte raso da propriedade de até 20%, então o desmatamento não vai acabar porque ele é base de uma atividade econômica e em função disso, se é permitido, se é legal e se não existem melhores opções para uso daquele espaço, o desmatamento vai acontecer. Inclusive agora, por exemplo, 20% já gera, tendo como pressuposto que nós estamos falando só do desmatamento legal, e essa é discussão que está sendo colocada agora de mudar o código florestal, de tornar legal o corte raso da floresta em uma área muito maior que 20% da propriedade. Então o desmatamento não será controlado mesmo, esse é um aspecto. O outro aspecto importante é que eu não acho que nós conseguimos resolver o problema do desmatamento com ações repressivas, porque por ser uma atividade econômica, você não pode equacionar o desmatamento, a questão de uma atividade econômica pela repressão, mesmo nas atividades ilegais. É preciso ter estratégias de mudança dessa base econômica. Por exemplo, soja é uma opção para a Amazônia? Cana é uma opção para a Amazônia? Então se não é, o zoneamento, a política global para a Amazônia tem que definir essas regras daquilo que é prioritário, daquilo que não se deve fazer e daquilo que se deve fazer. Nós temos uma herança que o Brasil de fato disse para uma parcela enorme da sociedade brasileira, no sul do Brasil, “ocupem uma área” que era tida como vazia, e levou migrantes de populações, de colonos para a Amazônia por causa dessa política. Já na questão do Brent, até hoje vivemos sob a égide da política militar definida na década de 1960 para a Amazônia, até hoje. O que nós fazemos é contornar, ajustar, minimizar, mas nenhuma outra política teve o peso, a força e a capacidade de mudar as regras e os parâmetros. Ainda é a mesma coisa, a Amazônia fornece matéria-prima, energia, é a área de escape para a ocupação por população de outras áreas do Brasil ou então, é o lugar onde há repressão, ilegalidade. O Programa Amazônia Sustentável foi

uma tentativa de criar essa outra referência, não vingou. Hoje o governo Lula não mudou a política para a Amazônia, não existe uma outra política para a Amazônia, essa visão abrangente não mudou. Nós continuamos contornando, ajustando, o pouco que existe também está sob ameaça nesse momento, se mudar o código florestal, o desmatamento vai ficar absolutamente sem controle. Eu acho que o papel da Amazônia no desenvolvimento do país ainda é uma questão em aberto, eu espero que tenha Amazônia até que essa questão seja equacionada de uma forma mais consistente.

Nilo Diniz: Ok. Obrigado, Mary. Eu quero fazer apenas um comentário, quero concluir aqui esse debate. Eu não sei se alguém mais da mesa quer fazer algum comentário. Eu sou egresso do movimento ambientalista, desde o início dos anos 1980, só que bem distante do Chico Mendes, no sudeste do país, na Baixada Santista, lutando contra a poluição de Cubatão e o desmatamento na Serra do Mar. E uma palavra de ordem que mobiliza o movimento ambientalista no Brasil e no mundo é “Contra o pessimismo do pensamento, o otimismo da ação”. Nós estamos aqui em um debate, em uma reflexão, no meio do evento que comemora 20 anos da morte de Chico Mendes que é, ao mesmo tempo, uma notícia muito triste para todos nós, e ao mesmo tempo tem uma notícia muito importante para o país, porque dentro dessa atividade que estamos participando, esse debate, esse ciclo de cinema, eu acho que tem uma ação, uma iniciativa de reprodução de toda essa história e de reflexão sobre ela que faz a diferença. Eu não vou fazer aqui a defesa do governo, mas quero colocar pelo menos um outro ponto de vista. Eu concordo inteiramente com essa ideia da ambiguidade da política para a Amazônia, não existe uma política realmente para a Amazônia, como disse o Joaquim, porque existe mais de uma.

Mary Allegretti: Existe mais de uma Amazônia.

Nilo Diniz: Inclusive não existe uma Amazônia só. Nós estávamos aqui ouvindo o Paulo falando de Belém, das reservas marinhas da região, e também um pouco da experiência do Acre, da Amazônia Ocidental, que é bastante diferente, tanto no Acre quanto nas várzeas do Amazonas. Não é uma política só para a Amazônia, hoje eu acho que no tempo do Chico Mendes não tinha tanta ambiguidade, era um projeto militar mesmo e ponto final. Eu acho que o Chico começou com essa ambiguidade, ele trouxe um outro projeto para a Amazônia, esse projeto de alguma maneira está em disputa, nós estamos vivendo um momento de disputa muito forte. De qualquer forma, ainda que só com a repressão, porque do ponto de vista estruturante nós demos alguns passos nesse governo com o projeto da BR-163, com os distritos florestais que estão no papel, que ainda não saíram, mas de qualquer forma é uma proposta de uso sustentável do recurso madeireiro para enfrentar a ilegalidade. Há um processo de criação de unidades, inclusive reservas extrativistas que avançou, mais de 20 milhões de hectares de unidades de conservação criadas desde 2003. Não adianta ficar olhando a ambiguidade como uma notícia ruim, eu a vejo como uma notícia que tem um lado bom, porque hoje pelo menos há uma disputa de projetos na Amazônia, antes do Chico não tinha e foi ele que trouxe isso também, porque a institucionalização de uma perspectiva mais sócio-ambiental na Amazônia veio com ele, é só lembrar que menos de dois meses depois da morte dele foi criado o IBAMA. E quem se lembra qual era o conceito de Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal antes? Da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha, da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, quem é antigo no Estado brasileiro nessa época sabe qual foi a diferença que fez o momento em

que nós passamos de IBDF, SUDEHVEA, SUDEPE para IBAMA, e só não se chamou ainda Instituto Chico Mendes, porque naquela época a disputa era ainda muito desfavorável apesar disso, foi uma resposta que o Estado brasileiro deu à repercussão da morte de Chico Mendes. Mas de qualquer forma, quando foi batizado Instituto Chico Mendes, não foi nem uma ideia da Marina Silva, como muitos ainda acham que foi, na verdade, ela recepcionou essa ideia, foi uma ideia sugerida a ela e ela não tinha como dizer não, porque ela queria realmente demarcar uma política hoje para o país e para a Amazônia, referir esse legado e essa herança que Chico Mendes trouxe. Eu concordo inteiramente, é uma pena nomear um órgão como esse vivendo uma ambiguidade em termos de uma política para a Amazônia, mas o fato é que não pode ficar idealizando, existe um esforço político muito grande que é feito por um grupo grande de pessoas, essas que estão aqui na mesa, por exemplo, nas suas diferentes áreas, no sentido de enfrentar isso. Eu me lembro quando a Mary era Secretária de Coordenação da Amazônia, ainda do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando você fez aquelas agendas positivas na Amazônia, se fez um debate em toda a Amazônia, com todos os atores, foi um esforço muito importante naquela época para exatamente se tomar conta, tomar pé do que é que o Estado brasileiro tinha que fazer para se ocupar a Amazônia e chegar com força e capacidade de gestão de todos os conflitos ali. Mas ao mesmo tempo, eu lembro de uma das reuniões com os madeireiros aqui no Ministério, tinha um grupo enorme dos madeireiros e nós sabíamos que 90% deles ali atuavam na ilegalidade, mas mesmo assim o Estado chamou para debater. Eu lembro que perguntei para eles assim: “Qual de vocês projeta a sua empresa madeireira para daqui a 30, 40 anos ser dirigida por algum de seus filhos ou netos?”. E nenhum deles levantou a mão, porque eles não tinham planos para 30 anos na Amazônia. Nós enfrentamos esse tipo de coisa, ao mesmo tempo em que temos boas notícias em relação, por exemplo, ao governo brasileiro estabelecer um plano de mudanças climáticas, tem lá seus problemas, mas de qualquer forma é um plano, estabelecer metas, ainda são altas as metas? São.

Mary Allegratti: São baixas as metas.

Nilo Diniz: É, são baixas as metas, perdão. As metas são baixas? São, mas de qualquer forma, de 2004 a 2006 teve uma queda de 60% do desmatamento global da Amazônia, em um período em que o pessoal dizia: “Não, mas aqui o mercado, as *commodities*, o preço de soja e de gado, a carne está baixa, por isso que está segurando”. Há um ano atrás cresceu o preço das *commodities*, agora vai para o vinagre, agora o desmatamento estoura de novo. Não estourou, para a decepção de alguns que queriam apostar no quanto pior melhor. Não aconteceu isso. Só por repressão resolve? Concordo inteiramente que não resolve, por isso que o Plano Amazônia Sustentável que foi escrito no início, quando a Mary estava lá, já no início do governo Lula, ele hoje é um programa em disputa ainda dentro do governo, porque a mesma disputa que está na Amazônia, de projetos, está na sociedade e pode estar em muitas dessas plateias, está dentro do governo. E hoje existe uma proposta de regulamentação fundiária criando um instituto específico para fazer a regularização fundiária na Amazônia, muitos discordam dessa ideia, até eu mesmo, não é necessário caminhar para esse tipo de coisa, mas foi um ator novo que entrou no governo agora, o nosso Ministro Mangabeira, que defende essa ideia e que tem seus argumentos a favor dela, mas eu acho que é um processo, uma disputa que nós temos que ir acumulando forças. Eu acho que esses 20 anos de Chico Mendes, esses momentos são de reflexão e de acúmulo de forças que podem, pelo menos, nos ajudar a constranger algumas iniciativas, como essa que

foi lembrada aqui, do corte florestal, nós estamos a ponto de sofrer uma enorme derrota, um marco legal de 1965 que pelo menos nos ajuda a assegurar minimamente algumas coisas, do ponto de vista legal, na Amazônia e esse jogo nós temos que virar a favor de quem defende.

12/12/2008

EXIBIÇÃO DO FILME *QUEIMADAS NA AMAZÔNIA*

DEBATE: GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA, RUMO À SUSTENTABILIDADE?

**Coordenador:
Don Sawyer**

Nas últimas décadas, a abertura e pavimentação de rodovias na Amazônia têm contribuído para a intensificação do desmatamento, queimadas, exploração ilegal de madeira, e conflitos violentos pela terra. Recentemente, uma tentativa de reverter este quadro foi a elaboração de um plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia Cuiabá- Santarém, cuja pavimentação está prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula. A elaboração do plano foi coordenada por um grupo de trabalho interministerial, liderado pela Casa Civil da Presidência da República, e contou com forte protagonismo de um conjunto de movimentos sociais e ONGs da região. Este painel teve por objetivo debater as lições da experiência de preparação e execução inicial do Plano BR-163 Sustentável, lançado em junho de 2006, assim como perspectivas para a sustentabilidade socioambiental de outras grandes obras de infra-estrutura do PAC na região amazônica.

Don Sawyer: Queria lembrar que daqui a dez dias faz 20 anos do assassinato do Chico Mendes, duas décadas desde a morte dessa pessoa que, a meu ver, contribuiu muito para a ideia de desenvolvimento sustentável e sua importância no Brasil. A projeção que Chico Mendes teve no mundo inteiro também se deve em grande parte a essa série de filmes de *A Década da Destruição*. Se houvesse uma morte de um sindicalista no Acre, não teria chamado a atenção do mundo, se o mundo não tivesse já alguma ideia de que estava acontecendo alguma coisa grave na Amazônia. Depois disso, o Brasil convidou o mundo para fazer a conferência da Eco-92, no Rio de Janeiro, o que levou a outras coisas, como a criação do Ministério do Meio Ambiente, talvez com essa esquizofrenia que foi mencionada no filme que acabamos de ver. O tema desse debate é “Grandes obras de infraestrutura e desenvolvimento regional na Amazônia, rumo a sustentabilidade?”. Para participar do debate, temos uma lista muito interessante de participantes, pela ordem que estão no programa, eu gostaria de chamar para compor a mesa: Júlio Miragaya, do Ministério da Integração Nacional, que tem participado da organização desse plano de desenvolvimento sustentável da BR-163, a estrada que foi mencionada naquele outro filme para ligar Cuiabá a Santarém, o asfaltamento dessa estrada. Gostaria de chamar também Nilfo Wandscheer, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, exatamente ao longo dessa BR-163. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), e Venilson José Taveira da Silva, do Centro de Estudo, Pesquisa e Informação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas, e demais representantes do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (Condessa). E finalmente o nome que não está no programa, mas como o Brent comentou, temos a felicidade de contar com a presença da Mary Alegretti que apareceu diversas vezes. Estamos pedindo para cada um fazer uma fala inicial de 10 a 12 minutos, de livre escolha sobre o enfoque, dentro desse

tema mais geral da tensão que existe entre grandes obras de infra-estrutura e desenvolvimento da Amazônia, as possibilidades de sustentabilidade. Em seguida, abriremos para o debate. A minha proposta é ouvir comentários ou perguntas em blocos de três, dirigidos a quem quiser na mesa, e tenho certeza que teremos uma noite muito rica de troca de ideias. Alguma dúvida sobre a nossa organização? Então eu gostaria de pedir inicialmente para o Júlio Miragaya, do Ministério da Integração Nacional, para fazer a sua apresentação inicial.

Júlio Miragaya: Eu vou procurar ser bem objetivo, atendendo ao tema aqui desse debate proposto, fazer uma rápida apresentação dos motivos que levaram o governo, no primeiro momento, a decidir pela pavimentação da BR-163 e, em seguida, pela decisão de elaborar e implementar um plano de desenvolvimento sustentável para aquela região. A BR-163 é uma rodovia que foi implantada em 1973, começa a ser construída no início da década de 1970, ainda no regime militar, e fazia parte de uma estratégia do governo, na época definida de uma forma muito clara, de integração da Amazônia ao restante do território nacional, principalmente ao centro-sul do país. Do ponto de vista econômico, subjetivava trazer a Amazônia para um processo de expansão da atividade econômica, que se fazia de uma forma muito intensa naquela época. Duas grandes rodovias foram projetadas: uma foi a Transamazônica, que cortava a Amazônia no sentido leste-oeste, e a Cuiabá-Santarém, que cortava essa região no sentido norte-sul. Então, a BR-163 começa no Rio Grande do Sul, em Tenente Portela, e vai até a fronteira do estado do Pará com o Suriname. E no início dos anos 1980 ela já chegava pavimentada até o centro-norte do Mato Grosso. No início dos anos 1990 já chegava praticamente até a fronteira do Mato Grosso com o Pará, em Garantã do Norte, e nesse período foi muito intensa a ocupação do território, naquelas áreas que se localizam hoje no estado do Mato Grosso, essa região chamada de centro-norte mato-grossense, inclusive o Nilfö representa um desses municípios, o Lucas do Rio Verde, juntamente com o Sorriso e Nova Mutum, que constitui hoje o principal pólo produtor de grãos do país, não só soja, mas também milho, algodão, o arroz já em certa decadência nessa produção. No início, o filme deixou isso muito claro, em meados dos anos 1990, essa discussão sobre a questão do modelo que prosperava hospedar na Amazônia até então - era o modelo de esgotamento intensivo dos recursos naturais, de uma exploração absolutamente predatória, começava a ser fortemente questionado. Obviamente, isso aí tem uma participação muito intensa, o Chico Mendes foi uma figura exemplar nessa luta, com um questionamento muito grande desse modelo. O Estado brasileiro promovia isso, a SUDAM era um dos instrumentos de operação desse modelo de exploração predatória dos recursos da Amazônia. Essa discussão se arrastou até o início da década de 2000, quando houve uma discussão já no início do atual governo, no primeiro mandato do Presidente Lula, sobre a necessidade de tentar avançar, a partir de uma discussão com os governos estaduais, em relação a um novo modelo de exploração sustentável desses recursos, que superasse a situação que se vivia na Amazônia até aquele momento. Em maio de 2003 ocorreu uma reunião em Rio Branco, no Acre, o Presidente convocava os governadores da Amazônia, nem todos compareceram naquele primeiro momento, mas eram cinco governadores que estavam presentes naquela reunião e decidiram sobre a elaboração de um plano para a Amazônia, que na verdade não se entendia ainda efetivamente como um plano, mas como uma nova estratégia para o desenvolvimento da região, aquilo que viria depois a se constituir no Plano Amazônia Sustentável. Nesse momento, início de 2003, há um movimento de uma fortíssima expansão da produção de soja no Brasil, já desde o final dos

anos 1990, há um deslocamento da produção de soja, da posição dos Estados Unidos no mercado mundial de soja, substituído pelo Brasil e pela Argentina. Atualmente a produção de ambos, juntamente com a do Paraguai, bem menor, representa já cerca de 40 a 50% acima da produção americana. E o grande centro produtor já aparecia no Mato Grosso, naquele momento não atuou fortemente e hoje atua de uma forma destacada. Discutia-se uma alternativa, o imposto de produção da soja no Mato Grosso é muito barato em função, principalmente, do fator terra. E se discutia a necessidade de se buscar o escoamento da produção de grãos no centro-norte de Mato Grosso através de uma alternativa melhor do que a usual, que é através dos portos de Santos e Paranaguá, que ficam mais ou menos entre 2200, 2500 quilômetros do centro de produção, que é na cidade de Sorriso. Uma alternativa muito clara era o escoamento pelo porto de Santarém, que fica no Amazonas, como vocês viram no filme existe, foi construído um terminal da Cargill, que comporta navios de grande calado. E na verdade, dentro dessa nova busca de uma estratégia para a Amazônia, uma das questões que se discutia era a implantação de obras de infra-estrutura. No caso da BR-163, voltada no primeiro momento para o escoamento da soja nessa região do Mato Grosso, que permitiria uma maior competitividade desse produto no mercado da soja. Mas havia uma grande preocupação, à medida que se construísse essa alternativa de escoamento, se abriria uma veia no coração da Amazônia. Existiam já os exemplos da Baía de Brasília, da Cuiabá-Porto Velho 364, exemplos de estradas que foram pavimentadas e que de alguma forma propiciaram um processo intenso de desmatamento, e tudo aquilo que advém de uma ocupação desenfreada e predatória da região. No final de 2003, início de 2004, o governo decide pela pavimentação da BR-163 e pela implementação de um plano de desenvolvimento que, naquele momento, não se tinha muito claro como é que evoluiria essa questão. Havia, inclusive, uma preocupação muito forte no próprio governo de que a pavimentação pudesse acontecer em um prazo mais curto, da própria conclusão do plano. O que motivava o governo era um planejamento para o território que, de alguma forma, inibisse as consequências negativas que uma obra da envergadura da BR-163 poderia gerar. É a partir dessa percepção que há uma mobilização muito forte, o plano envolveu mais de 20 ministérios do governo federal, trabalhou-se também com alguma dificuldade com os governos dos estados, principalmente Pará e Mato Grosso, no sentido de estabelecer algum tipo de negociação à medida em que os interesses envolvidos ali eram bastante díspares. É importante que se diga que no próprio governo federal havia percepções distintas com relação ao que se fazer naquele território, na área que envolve um 1,2 milhão km², mais ou menos um quarto da Amazônia. Havia um grau de divergência muito grande no próprio governo federal, inclusive muito mais com os governos dos estados que, de alguma forma, eram o próprio reflexo de como a sociedade reagia àquela obra e àquele planejamento. Nós vamos ter oportunidade de trabalhar melhor essa discussão, mas, em síntese, a partir da opção de se fazer o plano da BR-163, essa discussão ganha uma dimensão grande no interior do governo, consegue-se, de alguma forma, superar essas divergências em relação à destinação de terras, um processo que nós podemos apresentar melhor, mas um processo muito agudo dentro do próprio governo federal. De forma que em 2006 o plano foi lançado e para a surpresa de muitos, foi lançado sem que a pavimentação tivesse prosperado, pelo menos naquilo que se imaginava que pudesse ter avançado. Hoje, no final de 2008, a pavimentação na BR-163 avançou pouco, está se trabalhando em três trechos. Em torno dos 1000 km que faltam pavimentar, se avançou, está se trabalhando em torno de 60 km, um número ínfimo. O que se tem hoje é que, em função inclusive desse pouco avanço, a própria implementação do plano se encontra “na geladeira”. Não há efetivamente um

envolvimento dos vários órgãos, porque o planejamento da BR-163 não envolvia somente ações em função da pavimentação, mas uma série de ações na questão da criação de unidades de conservação e da gestão dessas unidades, da implantação de projeto de assentamento, um outro modelo que não os tradicionais do INCRA. Tudo isso se avançou muito pouco. E nós vamos ter oportunidade de conversar mais à frente. Obrigado.

Don Sawyer: Muito obrigado, Júlio. Desculpe pelos limites de tempo, vamos passar a palavra para o Nilfo. Gostaria de mencionar que o Adrian Cowell está aqui conosco, esperamos que ele também possa participar do debate. Agora eu peço para Nilfo, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, na própria BR-163, fazer a sua apresentação.

Nilfo Wandscheer: Obrigado pelo convite. Eu gostaria de agradecer ao Projeto Diálogos por ter possibilitado a nossa vinda aqui e contribuir com alguma coisa da forma que nós conhecemos o assunto. São muitos convites para muitos eventos, até no intencional é tudo sobre essa questão da BR-163. Confesso que eu nunca imaginava que ia tomar uma dimensão tão grande. A partir de 2002 nós sentimos a necessidade que não poderíamos deixar a pavimentação da BR-163 acontecer de qualquer jeito e como estava planejado, exatamente na minha região, que o Don citou antes, com grande expansão da soja. Eu queria agradecer muito ao Adrian a possibilidade que me deu de ontem à noite assistir aos filmes, faz 11 anos que estou no Mato Grosso, na Amazônia, viajando muito dentro da Amazônia, e ele me deu essa oportunidade que eu, desde criança, mesmo morando no sul, quando eu estudava geografia e sonhava com essa Amazônia, nunca imaginava que um dia eu estaria me envolvendo dessa forma nessa questão. Tenho certeza, depois de assistir a tudo, esses debates, esses filmes, que alguma coisa de Chico Mendes agora estou entendendo, está dentro de mim, eu herdei alguma coisa dele, porque eu desde criança sou ambientalista, eu não conseguia nem matar um passarinho, eu nunca consegui fazer isso. Depois de um ano que cheguei no Mato Grosso, acabei me envolvendo, porque eu não conseguia admitir o desmatamento que estava acontecendo na região, em função da expansão da soja e também a grilagem de terras. Eu sofri ameaças de morte, a primeira vez que eu tive que fugir de Lucas do Rio Verde foi em função da questão da luta, da disputa de um grande acampamento que nós colocamos mais de mil famílias em terras públicas da União, que tinham sido griladas pelos próprios procuradores do Incra do Mato Grosso, e que hoje são ex-procuradores. Hoje temos projetos financiados pelo Ministério do Meio Ambiente, projetos demonstrativos, pelo Instituto Sociedade, População e Natureza, vários projetos já são modelos, mas tem muito ainda a fazer. A segunda ameaça de morte que eu sofri foi porque nós tiramos alguns trabalhadores do trabalho escravo. Da última vez foram 51 maranhenses tirados de uma fazenda nos fundos do município de Sorriso, o sindicato teve que nos colocar para protegê-los, a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho foram buscá-los. A questão de madeireiros foi a terceira e a última vez. Em função disso, em 2006 recebemos o Prêmio Chico Mendes, quando denunciávamos madeireiros tirando a madeira do Parque Indígena do Xingu, tiramos fotos, e depois não quisemos entregá-los lá em Sinop, porque eu tinha medo da ameaça de morte, fui entregar em Cuiabá, o que foi pior, porque o Greco foi preso, foi exatamente o chefe da fiscalização que me entregou para os madeireiros da região de Sinop, de Vera e do Feliz Natal. Essa dominação e concentração em nome do desenvolvimento e do crescimento era exatamente um grupo da região de Sorriso, de Lucas do Rio Verde, liderados pelo ex-prefeito, um dos maiores produtores de

soja, é uma questão importante. Aliás, o Mato Grosso é campeão de tudo, agora está começando a perder para o Pará, era campeão de queimadas, do desmatamento. Gostaria até de dizer que nós executamos na questão de queimadas um projeto importante que chamava Proteger 2, do Grupo de Trabalho Amazônico, e que resultou em mais políticas públicas nas quais hoje estamos trabalhando. Mas existia nessa região um grupo de grandes produtores de soja que queriam essa BR-163 pavimentada. Inclusive formaram um consórcio de grandes produtores, das grandes indústrias, a Cargill, Bunge, Archer Daniels Midland Co., e que tinham uma ideia, um projeto, uma estratégia de pavimentação. Eles tinham interesse não só na questão do transporte, do custo do transporte para os outros portos no sul, para Santarém já estava tudo mapeado, as melhores terras para a expansão da soja, eles estavam de olho nessas áreas do entorno, e também tinham grande interesse na privatização da BR, para ficar 25 anos cobrando pedágio. Quando realizamos o primeiro seminário com o Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, vários parceiros do Pará, eles começaram a nos perseguir, pressionar, dizendo que nós éramos o retrocesso para o crescimento e o desenvolvimento da região do Mato Grosso principalmente. Nós tentamos impedir e, através desses movimentos, dessas organizações, pressionamos o governo Lula através de pessoas do governo, a exemplo do Júlio, com mais divergências, debates. Foram muitas questões para falar do projeto que nós queríamos para a BR-163, senão estávamos preparados para realmente impedir de qualquer forma a continuidade da pavimentação, se não tivesse um plano, um projeto na questão da inclusão social, e não uma exclusão. A minha preocupação, como presidente do Sindicato dos Trabalhadores, era de uma ligação com a questão indígena, quilombolas, extrativistas, pescadores. Nós sabíamos que o projeto que eles tinham para a BR-163 é de que em 100 km a cada lado, a cada margem da estrada não ia ficar pobre nenhum, era para ser tudo consertado para eles, uma exploração para eles. E essa foi a grande preocupação, primeiro que nós entramos nesse movimento, tenho até alegria e prazer de dizer que nós conseguimos, nas primeiras experiências no Brasil e até nos Estados Unidos fomos chamados, havia conhecimento que éramos um dos primeiros movimentos socioambientais do mundo que entrou, discutiu, debateu, elaborou amplamente com a sociedade envolvida, elaborar um plano, e também com a participação do governo, nós praticamente fomos contemplados no papel aquilo que nós tínhamos proposto. Agora, a nossa preocupação é fazer, executar mesmo, a nossa força, a nossa capacidade do movimento socioambiental de monitorar essas políticas. Está previsto no plano fazer tudo que já foi enviado, as unidades de conservação no Pará e a questão dos assentamentos, de obras, a questão de infra-estrutura, saúde, educação, energia, estradas vicinais, assistência técnica para os assentamentos, que são muitos nessa região onde eu fico, na divisa do Pará, no Garantã do Norte. Posso dizer que ainda hoje se encontram em miséria, uma favela rural realmente, é muito triste e com um passivo muito grande hoje, porque com essas operações foram bloqueados todos os recursos e projetos na questão dos assentamentos, por questão do licenciamento ambiental. É um desafio muito grande ajudarmos esse povo, senão eles não vão ficar lá, não sei o que é que vai acontecer. Primeiro porque quando eles receberam aquelas áreas elas já estavam degradadas, já estavam desflorestadas ou pegaram um assentamento de capim, ou uma área que tinha a melhor madeira, e os madeireiros já tinham tirado. Depois disso tudo, em questão de queimadas, em 2006 nós assistimos a um dos piores incêndios florestais que aconteceu no Mato Grosso e no Pará, porque queimou muita floresta. E não só nos assentamentos, só faltava o Adrian ter filmado no avião, passando um veneno disseccante por cima da floresta

para depois por fogo, os grandes produtores fizeram isso, tiveram essa prática que ia acabar com muita floresta. Quero dizer que o enfrentamento agora é que nós consigamos nos fortalecer, com todos esses consórcios socioambientais que foram formados, com a proposta da Marina Silva no primeiro seminário que foi em Sinop. Conseguimos agora, através da Secretaria do Governo, esse grupo interministerial, formar esse comitê gestor, ir aos fóruns regionais e fazer com que a pavimentação aconteça, mas dentro daquilo que nós planejamos, que nós sonhamos, do contrário não vão acontecer as políticas implementadas nesse plano, contempladas no plano escrito, mas na prática é a nossa preocupação ainda, se isso realmente vai acontecer. Então esse é um desafio nosso e o Venilson e a Adriana podem também complementar. Obrigado.

Don Sawyer: Muito obrigado, Nilfo. Sinto ter que controlar o tempo, mas com certeza vai haver oportunidade de complementar na parte mais aberta de debates. Passo, então, a palavra para a Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental.

Adriana Ramos: Eu queria agradecer à organização do evento, à pessoa da Stella o convite para estar aqui. Eu não pude participar a semana toda porque estava viajando, mas tenho certeza, pelo que conheço, que assistir aos filmes dá uma visão muito especial dos desafios que nós encontramos na Amazônia, e para mim hoje coloca uma visão muito dúbia. Por um lado, nós sabemos o quanto avançamos do ponto de vista de compreensão geral das pessoas sobre a importância dos temas socioambientais, sobre a importância do direito das populações, o quanto nós avançamos em uma série de políticas do ponto de vista ambiental, especialmente na área da BR-163, com o estabelecimento do plano, com a ideia de ter um plano que já é um grande avanço, com o estabelecimento das unidades de conservação. Por outro lado dá uma sensação de fragilidade, se com todos esses instrumentos nós não estamos conseguindo fazer uma efetiva diferença, o que é que pode ajudar a fazer essa diferença? Acho que nós continuamos tendo uma certa dificuldade geral, não daqueles que estão envolvidos, não daquelas áreas de governo que se dispõem a discutir, a negociar, mas a sociedade como um todo. E acho que recentemente, em relação à questão indígena, nós vemos muitas manifestações ainda preconceituosas, uma certa dificuldade das pessoas entenderem o que é a diferença da Amazônia, o que a Amazônia tem de diferente, e por que ao pensar no desenvolvimento da Amazônia não podemos pensar o que nós queremos para a Amazônia o que nós temos em São Paulo. Isso vem se refletindo, especialmente, no que diz respeito aos projetos de desenvolvimento de todos os governos. O caso da BR-163 é um caso muito emblemático, porque desde a primeira vez que ela aparece, especialmente o asfaltamento desse trecho entre Cuiabá e Santarém, que surge ainda no “Brasil em ação”, no primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso como obra prioritária, o objetivo na obra, explícito nesses planos, sempre foi escoar a produção de soja do Mato Grosso para Santarém. Quer dizer, é uma estrada de 1.700 km com o objetivo de atender um setor e uma região específica, que é o Mato Grosso. Toda a área ao longo do Pará, que é por onde a estrada corre, nunca foi alvo de um pensamento estratégico da área de transportes ou da econômica no governo, para pensar o que fazer nessa região, o que desenvolver nessa região? O planejamento que é setorial acaba sendo conjuntural e por isso muda a conjuntura, muda o planejamento. Foi o que aconteceu, a BR-163 era uma prioridade entre 2003 e 2004, quando o preço da soja caiu, ela simplesmente deixou de ser prioridade. O plano ainda manteve a BR-163 na agenda do governo pela pressão dos movimentos sociais,

pelo interesse da sociedade regional que queria ver o asfalto ali, mas ela deixou de ser interesse daqueles que anteriormente iriam bancar a obra, porque o governo nunca teve orçamento para fazer o asfaltamento, o orçamento sempre foi previsto para ser feito pelo recurso privado dos sojeiros que se retiraram dessa discussão. Então nós temos uma situação hoje com um plano que teoricamente poderia ser um grande modelo para se pensar formas de ser fazer obra de infra-estrutura na Amazônia, mas ele não foi implementado, ele não tem dinheiro e, como o próprio Júlio falou, dos 1.000 km de asfalto previstos, só foram feitos 60 km. E eu fico me lembrando aqui, o Nilfo estava comentando o primeiro encontro que realizamos em Sinop, quando nós chegamos para realizar o encontro, para organizar a logística do encontro, nós fomos alugar um carro e, todos os carros da locadora de Sinop tinham um adesivo que diziam assim: “Sou pela 163, fora as ONGs!” E nós falamos: “Bom, não vou pagar para alugar um carro para ficar andando com um adesivo dizendo isso”. Porque a ideia da sociedade local era que nós estávamos indo lá fazer um encontro, para parar a estrada, e o nosso objetivo era fazer um encontro para discutir o seguinte: “Olha, essa estrada vai passar por 1.700 km, onde você tem assentamentos de reforma agrária, terras indígenas, atividade madeireira, atividade mineral, o objetivo dessa estrada não pode ser só escoar soja de um ponto ao outro. A estrada tem que vir com um projeto de desenvolvimento que seja mais consistente”. E nós vemos esse modelo dessa falta de planejamento se reproduzir na Amazônia, o caso de Belo Monte é um caso similar, os outros casos de geração de energia. E acho que esse é o grande desafio, quer dizer, no caso do plano da BR-163, no fim das contas, com todo o investimento que foi feito, o que avançou foram fundamentalmente os instrumentos de política ambiental, a criação das unidades de conservação, basicamente travam e aí? Enquanto nós estamos aqui esperando que o asfalto saia, qual é a justificativa? Até hoje esperamos ouvi-la. Se reproduzimos hoje na BR-163 aquele modelo que o Daniel Nepstad mostra no filme, vamos ver que o que deveria acontecer em 25 anos, com ações efetivas de controle, porque em cima daquele modelo que o Daniel mostra ali, o IPAM desenvolveu um modelo especial para a BR-163 que mostrava a média de desmatamento é essa que o Nilfo falou, 100 km, 50 km para cada lado de uma estrada asfaltada. Mas existem ações da chamada governança que podem diminuir esse processo, então se você consegue atender uma dada região com atividades econômicas sustentáveis, com uma estrutura adequada - porque no caso de uma estrada como essa você não vai deixar só para quem tem dinheiro abrir uma estrada vicinal só para você ter acesso a estrada, você tem que ter acesso para os assentamentos, para os pequenos agricultores também poderem se beneficiar do que a estrada traz. Então se você tivesse uma série de ações que são essas previstas no plano, regularização fundiária, atendimento na área de segurança pública, educação, saúde, geração de renda, atendimento de cidadania, você poderia diminuir esse desmatamento significativamente. E nesse modelo de quanto seria o desmatamento com governança, hoje, menos de dez anos depois, já se atingiu o que levaria 25 anos para atingir de desmatamento na região, ou seja, temos um plano que dá diretrizes muito claras do que deveria ser feito na região para não reproduzir o modelo histórico do desmatamento ao longo das estradas na Amazônia. Temos modelagens e processos de monitoramento que nos permitem acompanhar o que acontece e não conseguimos fazer essa diferença, já perdeu aí o tempo que teria para fazer a diferença, daqui para frente não sabemos como vai ser, é muito possível que a crise econômica dê um certo alento nesse momento e segure um pouco a onda das atividades econômicas, mas ainda assim nós sabemos que não é a prioridade das políticas nem de governo, nem do setor privado, segurar realmente essa onda. Quando nós vemos a manchete do jornal hoje

dizendo que a grande solução do governo brasileiro para a crise econômica é estimular o consumo, em especial, no setor automotivo, vemos que estamos muito distantes de concretizar qualquer tipo de ação que demonstre uma preocupação efetiva do Brasil com os temas que estão sendo discutidos essa semana na Polônia, em relação às mudanças climáticas. Acho que a BR-163, para nós, foi um pouco esse desafio, uma saída defensiva de dizer: “Nós não queremos estrada, mas queremos poder fazer uma diferença, ajudar a construir um modelo diferente”. E ainda assim, nós chegamos ao final e vemos que o que conquistamos não foi como a Mary diz no filme, as reservas extrativistas, as áreas onde conseguimos consolidar uma diferença de modelo ainda temos uma chance de pensar no futuro, mas nessa lógica de crescimento que os planos de desenvolvimento do governo mantêm vai ser muito difícil.

Don Sawyer: Muito obrigado, Adriana. Como vocês percebem, nós temos um leque amplo aqui, estamos abrindo um pouco mais, temos Governo Federal, Ministério da Educação, Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma ONG nacional com atuação regional e local, o Venilson José Taveira da Silva, do Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas e demais representantes do Condessa.

Venilson José Taveira da Silva: Primeiro gostaria de cumprimentar a mesa, também toda a plateia que está nos ouvindo nesse momento, nos assistindo. Na verdade, primeiro nós agradecemos pelo convite da coordenação, eu acho que esse debate hoje aqui é muito importante, vou chamar de uma espécie de avaliação do que estamos fazendo aqui nessa Amazônia. O Centro de Estudos e Formação de Trabalhadores Rurais do Baixo Amazonas (CEFTBAM), como já foi citado, trabalha no oeste do Pará desde 1990, sempre focalizando muito o desenvolvimento com muito respeito à questão ambiental hoje na Amazônia. E esse processo que se trabalhar hoje da BR-163, um plano de governo, se percebe que o plano que está aqui no papel teve muita contribuição do movimento social. Quem lembra quem estava naquele debate lá em Santarém, onde estava a Marina, o Ciro, sabe que antes disso já se fazia um debate na região somando tanto o Pará como o Mato Grosso. E como já se sabe nos jornais, o Pará tem sido campeão, já ganhou do Mato Grosso, de muitas coisas que não são boas. Até porque parece que as áreas já foram desmatadas em outros estados, e Santarém, aquela região, foi e ainda é vítima disso aí. Eu tenho dito, nós temos discutido na região apesar do esforço do governo, do movimento social, da organização dos movimentos sociais da região, e o próprio governo tem se estruturado mais um pouco, dentro do Inca, mas o problema foi tão grande, muito maior do que a estrutura que foi montada, que foi tentando acrescentar dentro do governo. Eu diria, para começar, que nem o próprio governo se preparou, o tamanho dos problemas que têm naquela região, naquele estado, tem a influência da BR-163, e nem o próprio movimento. Nós dos movimentos sociais ficamos para trás do tamanho dos problemas criados naquela região. Com a chegada da soja, quem conhece Santarém, nós nunca esperávamos que com 12, 13 anos teria ficado já um estado do jeito que está naquela região. Unidades inteiras não têm uma família hoje, porque o setor da soja findou entrando muito forte, e de certa forma findou expulsando o homem do campo. Porque apesar de ter comprado a terra, foi uma compra que não correspondia aos valores, e hoje acabou crescendo a população de favelas daquelas cidades, principalmente Santarém. Criou-se um problema social e vai continuar. A soja abaixou de preço, diminuiu o volume? Diminuiu, mas o problema já ficou, a quantidade de adubos químicos que foram jogados naquela região, imagine só o estrago que pode continuar acontecendo no meio grau

naquela região. A boa vontade do governo de tentar criar assentamento naquela região acabou, a grande meta é que nós temos hoje tem 100 e poucos assentamentos suspensos pelo Ministério Público pela questão ambiental, e de certa forma, tem muitas famílias lá dentro sem condições de sobreviver e, se não tomarmos devidas providências o mais rápido possível, o governo tentar resolver esse problema ambiental, as próprias famílias que estão lá dentro ainda insistindo não vão ficar lá. E é um problema que nós percebemos e que tem que cuidar urgente é essa questão. E sem contar outras coisas que, pelo que o filme coloca aqui, parece que é uma coisinha só, muito pouco. Se você conhece a região, os problemas são maiores, não é que o governo não está fazendo nada, está tentando fazer, só que os problemas são maiores que a estrutura de governo. E a Amazônia, nós temos dito isso e o plano trabalha um pouco nisso, precisa ter um plano voltado, mas com a cara da Amazônia. Porque, às vezes, o próprio governo, alguns membros do governo não entendem que a Amazônia é diferente de Brasília, de São Paulo, tem que ser diferenciada porque senão vamos correr risco das nossas futuras gerações terem problemas mais do que nós já estamos tendo. A questão das queimadas, infelizmente, você percebe que o IBAMA hoje, do oeste do Pará, não tem estrutura para acompanhar os problemas que existem, as queimadas continuam acontecendo na região e o governo precisa ser mais ágil para que nós possamos diminuir os problemas que estão acontecendo. A BR-163 parece ser só até Santarém, mas as influências que acontecem do outro lado, na margem esquerda do Rio Tapajós, do Rio Amazonas, é muito maior, Monte Alegre, Alberi, Prainha, Alenquer, Curuá. Tem uma coisa que não está nos temas aqui dos grandes projetos, mas eu queria citar agora, são os projetos de mineração, as mineradoras que estão acontecendo na Amazônia, vocês sabem do Projeto Alcoa em Juruti. O município de Juruti, quem o conhecia há quatro anos hoje vê uma coisa de louco. Também já se está discutindo um outro projeto de mineração que vai pegar Monte Alegre, Curuá e Alenquer, que é quatro vezes maior do que o projeto de Juruti, as especulações já estão acontecendo naquelas cidades. São coisas que nós estamos preocupados já, daqui há três, quatro anos, como é que vai ficar aquele oeste, já com a questão da mineração naquela região? Hoje, oeste do Pará, o estado do Pará, Mato Grosso, eu diria o seguinte, vou repetir isso que eu já falei: não é que o governo não está fazendo nada, precisa fazer muito mais naquela região, precisa tomar algumas medidas mais rápidas. Ou seja, nós precisamos, às vezes nós brincamos assim, precisamos diminuir o discurso e ir mais para a prática das coisas, das ações, porque senão quem conhece o baixo oeste do Pará, Santarém, aquela região toda, Mato Grosso, nos últimos 12 anos as coisas dispararam. Imagina se não conseguirmos colocar freio em algumas coisas ali? A própria violência, daqui a 20 anos, como é que estará naquela região? É um negócio que o agricultor estava lá no mato, pensando que nunca ia chegar o desmatamento em grande escala e chegou rapidinho. E tem uma tradição daqui do oeste do Pará, os nossos agricultores têm ainda uma tradição de por a carroça queimando um pouquinho, mas a agricultura familiar ela não está conseguindo. Saiu uma matéria de jornal algum tempo atrás que as grandes queimadas vêm dos assentamentos, mas a verdade não é bem essa, as grandes queimadas estão acontecendo por parte dos grandes fazendeiros aqui da região, daquela região ali e aí sobra para o agricultor familiar também essa questão. Eu acho que esse encontro aqui hoje é importante, eu acho que nós dos movimentos sociais, governo, também, nós temos feito diversos debates sobre aquela região. Agora acabamos de sair, no mês passado, de dois dias de grande debate de movimento e governo naquela região, inclusive Santarém. E discutir o que fazer para se atingir mais rápido possível o que está no plano da BR-163. Têm sido feitas algumas coisas? Tem, nós concordamos com isso, mas

precisamos fazer muito mais, o mais rápido possível, porque senão quem vai pagar todas as consequências, queira ou não, é a agricultura familiar. E um dos grandes nomes que fez com que crescesse rapidamente a influência dos madeireiros daquela região, da soja daquela região, foi na época do prefeito de Santarém, Joaquim de Lira Maia, que hoje é deputado federal, ele foi um dos nomes que convidou, levou o projeto de desenvolvimento sustentável, para eles é sustentável, para nós achamos que não é, que não tem jeito. No desenvolvimento tem dois projetos, um projeto que é defendido pela agricultura familiar que é possível trabalhar na Amazônia sustentavelmente por muitos anos, e o outro projeto que defende que é sustentável por poucos anos e destrói tudo, e depois vai embora e fica a miséria para o povo daqui, de lá da Amazônia.

Don Sawyer: Justamente por causa disso eu gostaria de abrir o espaço agora se tiver perguntas específicas para o Venilson, porque daqui a 7 minutos ele já vai ter que seguir viagem de volta. Alguma coisa especificamente para ele? Sim?

Espectador: Quando o senhor fala essa questão ali do êxito na região, eu morei na região, eu cheguei em 1978 lá, então o projeto inicial do Incra deu os lotes, se eu não me engano 42 alqueires de terra para cada pessoa. Hoje eu voltei, e realmente, você anda cinco quilômetros e não encontra casas, casas que eu vi em 1978 até 1989, e hoje você vê latifúndios. Que sugestão o senhor poderia dar, se é que é possível, porque eu acho que hoje naquela região é quase uma utopia, de resgatar aquele cara que está nas favelas, porque eu conheço muita gente, se o governo conseguiria, com políticas, voltar àquilo que teve no início, se foi errado, se foi certo, no governo militar, lotear 42 alqueires para cada família, é possível?

Venilson José Taveira da Silva: Eu acho que algumas coisas talvez, não sejam mais possíveis, porque aquele cidadão que vendeu aquele terreno que era titulado vai ter dificuldade de ter um outro terreno. Mas a nossa preocupação é com as pessoas que ainda estão dentro dos assentamentos, que elas possam não vir para as cidades, mais uma família ou mais umas famílias, e para isso nós sempre defendemos reforma agrária que seja com educação, com estrada, com financiamento, com toda a estrutura para que o agricultor possa dizer: “Bem, eu estou aqui, se eu quiser sair daqui é porque eu não quero mais ficar. Não quero mais trabalhar”. Mas é possível, ali na região, o governo olhando um pouco mais para resolver o problema daqueles 100 e poucos assentamentos que tem, tem muitas famílias ali dentro que precisam ter uma melhor estrutura para trabalhar, para ficar na terra. Tem um problema dentro de alguns assentamentos em que ainda tem um grande fazendeiro, e tem que se fazer alguma coisa. Como é que vai ficar aquela história toda ali? Mas eu acredito ainda que se é possível recuperar algumas coisas que foram perdidas, não todas, mas boa parte é possível se fazer, e tem que se fazer. Até porque senão os próprios governos que vão nos anteceder aqui do governo atual, vão sofrer as consequências e os movimentos sociais também, porque os sindicatos do CEFTBAM, de outras instituições vão ter muito mais problemas para se resolver daquela região. Eu digo daquela região porque eu conheço mais aquela região do oeste do Pará e você conhece também um pouco. Então, quem conhecia, vou repetir, quem conhecia ali há 12 anos atrás, volte hoje porque está diferente.

Don Sawyer: Muito obrigado, Venilson, e boa viagem.

Venilson José Taveira da Silva: Já posso ir?

Don Sawyer: Não, pode ficar até a hora que puder ficar mais.

Espectador: Posso só fazer uma perguntinha para ele?

Don Sawyer: Está bem.

Espectador: Como está a relação com o Ministério do Meio Ambiente, no caso do Carlos Minc, para resolver essas dificuldades quanto à fiscalização, por exemplo, das queimadas?

Venilson José Taveira da Silva: Temos um diálogo com o governo, o problema é na estrutura de governo, os problemas são maiores, isso que eu falei ainda agora, nem o movimento social pensaria que iria ser um problema tão rápido, como o próprio governo. A estrutura, por exemplo, o Inbra aumentou o seu quadro de técnicos, mas os problemas foram maiores. O IBAMA aumentou os técnicos, mas os problemas foram maiores. Então, precisaria, urgente, melhorar a estrutura de governo, em todos os aspectos de governo federal e também estadual, para fazer um trabalho melhor. Não é que não está sendo feito, está sendo feito um esforço, o problema é que os problemas de outras regiões foram para lá, para aquela região, e aí vêm todas as outras coisas que não são boas. Isso precisa ser trabalhado muito bem, nós temos feito diversos debates no sentido de contribuir com propostas, só que precisamos trabalhar um pouquinho mais para poder corresponder ou responder os problemas que tem naquela região do oeste do Pará. E muito mais se nós não começarmos a trabalhar, por causa das mineradoras que estão chegando lá, já é um problema a mais, fora da questão de assentamento e outras coisas.

Espectador: Mas essas mineradoras não levam progresso para lá? Não vai gerar emprego para lá?

Venilson José Taveira da Silva: Todos os grandes projetos levam a crer que é desenvolvimento, mas a maioria cria as consequências. Por exemplo, vou citar aqui em Juruti. Nós conhecemos Juruti desde muitos anos, apesar de se pagar alguns impostos das empresas que são terceirizadas, mas os problemas aumentaram. Você conserta, corta uma rua hoje, daqui a 30 dias seguintes já está quebrada, porque as máquinas são grandes demais, pesadas. Queira ou não, começa a aumentar o índice de prostituição naquelas cidades, cidade pequena, uma cidade de 20 e poucos mil habitantes tem mais de oito mil pessoas, homens, fora do município. Os problemas ficaram naquela região. Dos 58 km de estrada que a mineração teve que fazer, quantas castanheiras foram tiradas, que sustentavam famílias de agricultura familiar? Então são problemas.

Espectador: Também não existe pressão em nenhuma delas para reflorestar?

Venilson José Taveira da Silva: Existe, mas só que a empresa é maior que a própria estrutura de governo que tem aí. Só você observando, pesquisando e indo lá olhar, para você perceber o que eu estou tentando falar aqui para nós, para todos nós. São coisas que estão sendo trabalhadas na região. Ninguém está acusando aqui, “o governo não está fazendo”, o problema é que os olhos de muitas empresas grandes estão voltados para a

Amazônia, e nós estamos sendo alvos desses grandes projetos que estão começando naquela região.

Don Sawyer: Estão te chamando, Venilson!

Venilson José Taveira da Silva: Obrigado, pessoal!

Don Sawyer: Mas muito obrigado pela contribuição para o debate aqui! Além do programa que está impresso, temos a felicidade de contar com a presença da Mary Alegretti, eu não sei em que categoria eu a coloco, pelo menos personagem do filme!

Mary Alegretti: Eu sou antropóloga.

Don Sawyer: Na verdade, eu estava falando de governo, sindicato, ONG?

Mary Alegretti: Não, eu sou consultora independente.

Don Sawyer: Atualmente, um capítulo mais recente. Então, por favor, Mary.

Mary Alegretti: Eu vou juntar um pouco o debate com os filmes de ontem, porque eu queria voltar um pouco atrás e depois olhar um pouco mais para frente. Vou dar três exemplos: o da BR-364 de Porto Velho para Rio Branco, que ontem foi objeto do filme quando falou sobre a ação internacional do Chico Mendes. Depois, a BR-163 e a BR-319 que é o nosso cenário de futuro, para abordar um primeiro aspecto que eu acho interessante desse processo de construção de estradas, a refletir um pouco sobre a questão do processo de tomada de decisão. As estradas são vistas, independentemente de governo, como o veículo da transformação, do desenvolvimento, e elas são decididas em um contexto de pressões muito mapeáveis, muito localizadas e que assumem a ideia de que estão representando os interesses da sociedade como um todo. Isso aconteceu nos três casos, no caso da BR-364, no caso da BR-163 e está acontecendo no caso da BR-319 Porto Velho–Manaus. Esse processo de tomada de decisão de uma obra pública, não estou falando das políticas públicas em geral, estou falando das obras públicas, em todos os casos são fortuitos. Por exemplo, o asfaltamento da BR-364 e o empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Brasil aconteceram nos últimos dias do governo do Presidente Figueiredo, um pouco antes de começar o processo de democratização do Brasil. Não havia estudos, não havia nenhuma segurança dos impactos da estrada, mas a decisão de assinar o empréstimo e de fazer o asfaltamento foi tomada dois, três dias antes, totalmente sem conhecimento de absolutamente ninguém, e ela acabou gerando um contexto de grandes tensões. Eu acho que a BR-364 ainda é o melhor exemplo que nós temos em termos de controle dos impactos, porque ela veio logo depois da mesma BR-364 no trecho anterior, que foi Cuiabá-Porto Velho. Esse trecho foi o nosso primeiro laboratório de estradas na Amazônia, que de fato gerou algum contexto, alguma discussão. Nesse caso, por exemplo, os antropólogos tiveram um papel muito grande, porque a estrada passava por áreas de populações indígenas sem contato na maior parte do trecho. Hoje os nossos povos indígenas sem contato estão tão recuados na fronteira que nós já não conseguimos imaginar uma estrada chegando, passando, destruindo, criando até uma situação de genocídio, que foi o caso da BR-364. Os antropólogos, a Associação Brasileira de Antropologia teve uma postura bastante incisiva e conseguiu criar alguns mecanismos de proteção naquele

momento, e a pressão nacional e internacional foi tão forte que acabou dando origem ao primeiro programa que era Polonoroeste, que acabou dando origem ao segundo – Planofloro - que foi uma tentativa de consertar os erros do primeiro. A continuidade dessa estrada para o Acre, como o filme mostrou, já se deu em um contexto bastante diferente, porque a BR-364 havia se transformado em Polonoroeste em uma questão internacional de pressão muito forte. A diferença em relação ao segundo trecho foi porque nele havia dois segmentos sociais que estavam começando a se organizar já como porta-vozes das suas próprias demandas. Não como foi no primeiro trecho, onde os antropólogos falaram praticamente em nome de sociedades que sequer tinham conhecimento da nossa língua. Ou seja, no segundo trecho os grupos indígenas já estavam se organizando e o movimento dos seringueiros começou a se organizar naquele mesmo momento, e o contexto continuava sendo um contexto militar de desenvolvimento da Amazônia, tão fortemente militar que toda a discussão em torno da BR-364 para o Acre foi levada, aconteceu no Conselho de Segurança Nacional (CSN), e o CSN é que fazia todas as articulações e impedia, inclusive, as reuniões e as manifestações que aconteceram naquele momento. Qual foi o diferencial? Foi o fato de que o asfaltamento desse segundo trecho foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e não pelo Banco Mundial, como aconteceu no primeiro caso. E o BID já estava sob o foco da crítica do movimento ambientalista internacional. Então, o banco aprovou o asfaltamento dessa estrada contra inclusive o voto do representante dos Estados Unidos, no conselho que botou o dinheiro para essa estrada. Ela já foi aprovada com grande tensão, e uma das decisões que foi tomada como compensação foi a criação de um primeiro programa de controle do impacto, que foi o Programa de Monitoramento do Meio Ambiente e das Populações Indígenas (PEMACI) no âmbito da estrada. O PEMACI foi aprovado em dez milhões de dólares, foi um sucesso a existência daquele programa, pela primeira vez, e toda essa discussão aconteceu em um contexto realmente de grande militarização, tanto que quando fizemos uma reunião, o BID teve que ser o intermediário das negociações com o Conselho de Segurança Nacional – várias pessoas que estão aqui acompanharam essa discussão naquele momento, Gabriel em Rondônia, o Tony Gross no Acre, o Brent. As reuniões aconteceram para a negociação e mediação dos impactos, e foram mediadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, tanto que o banco se envolveu de tal maneira com essa negociação que acabou considerando o PEMACI o melhor exemplo deles, em termos de uma política regional sob controle, foi a emergência dos movimentos nesse contexto da BR-364. E uma das reuniões que nós fizemos com o Conselho de Segurança Nacional, lembro que quando as lideranças indígenas entraram na sala o CSN se levantou e se retirou, alegando que não sentava na mesa com índios e com seringueiros para fazer uma discussão de uma obra de interesse nacional. O BID exerceu aquele papel, não porque ele era bonzinho, mas ele estava em um momento de negociação de reposição do seu capital, e ao fazer isso sob o foco das ONGs internacionais, ele não poderia se indispor a tal, aos seus pares, à opinião pública nos Estados Unidos, que é o maior doador do banco. E a campanha das ONGs americanas, naquele contexto, foi muito interessante porque o conteúdo foi muito claramente definido nos seguintes termos: “O financiamento da BR-364 é feito pelo dinheiro do consumidor americano, do pagador de impostos, do cidadão americano. O seu dinheiro vai para destruir a floresta tropical na Amazônia e você precisa pressionar os seus representantes para que isso não aconteça”. Foi nesse contexto, uma forma muito bem sucedida, que de fato levou. Este contexto gerou mudanças nas políticas dos bancos de financiamento, isso é muito importante entender, porque foi a partir daquele momento que os bancos passaram a ter

relatório do impacto ambiental interno, exigências, a própria Legislação Brasileira de Relatório de Impacto Ambiental surgiu em 1986 nesse contexto. Então nós passamos a ter legislação brasileira e relatório de impacto ambiental do controle do impacto, as políticas dos bancos de levar em consideração as populações indígenas, era mais ou menos automático o reconhecimento, mas não era automático o reconhecimento das populações tradicionais, que foi a luta do Chico, e que passou então a fazer parte, as reservas extrativistas não eram consideradas objetivo de mitigação da BR-364, e eles conseguiram que as reservas extrativistas entrassem como proposta de mitigação, e essas áreas foram criadas antes da conclusão do asfaltamento. As reservas indígenas foram demarcadas e as reservas extrativistas foram criadas antes da conclusão da pavimentação, que era uma das exigências fundamentais, e esse fato tornou o impacto ambiental, inclusive social, menor. E para vocês verem como a correlação de forças era realmente interessante, o governo militar propôs para as organizações indígenas que no lugar da demarcação seriam feitos programas sociais e seriam feitas as colônias indígenas, que eram a demarcação do governo. Ou colônias indígenas, ou nada. E os índios decidiram nada. “Não queremos demarcação”. Foi um fato histórico, quer dizer, “não queremos a demarcação, queremos investimentos sociais”. Porque com os investimentos sociais...

Mary Alegretti: Porque os compromissos não estão sendo cumpridos e essa suspensão foi atribuída à atuação do Chico, e o fragilizou muito no contexto local do Acre, a estrada era a salvação da pátria e ele havia questionado esse projeto de desenvolvimento. O assassinato se deu nessa conjuntura também, não só isso, mas também. A partir daí, então os bancos passaram a exercer esse papel de aliados da sociedade no controle dos impactos das grandes obras. Quando nós passamos, tentamos analisar o caso da BR-163, esses mecanismos, essas políticas, esses instrumentos de política que foram conquistados lá atrás, eles passaram a ser aplicados mesmo depois da democratização como instrumentos burocráticos. Por exemplo, quando eu entrei no Ministério do Meio Ambiente, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, todas as obras do “Avança Brasil” e do “Brasil em Ação” já estavam delineadas, só que a preocupação era aplicar o relatório do impacto ambiental uma a uma. Então estava tudo bem, desde que o relatório do impacto ambiental fosse lá e fizesse de uma estrada, depois de uma hidrelétrica, depois de uma outra, e o Ministério naquele momento começou a questionar o que seria o impacto agregado em todas essas obras para a Amazônia. Quem pensava no impacto agregado? Ninguém. O Ministério do Meio Ambiente ia cuidar do impacto ambiental, mas depois, do outro lado o Ministério dos Transportes queria concluir a obra, o Ministério das Minas e Energia queria a hidrelétrica, e quem fazia o impacto agregado? Nós questionamos, o Ministério teve uma atuação muito forte, levando à paralisação de várias obras que acabaram não acontecendo, para fazer com que a avaliação do impacto agregado na Amazônia acontecesse. A avaliação do impacto agregado também acabou não acontecendo, mas foi uma maneira de rever esses instrumentos. Quando chegou o primeiro ano do governo, na primeira gestão do Governo Lula, a BR-163 já era dada como perdida. A BR-163 já foi decidida no segundo mandato do Fernando Henrique sem praticamente nenhuma ressalva. O que aconteceu na primeira gestão do Lula é que a sociedade se colocou questionando os impactos, ela fez as ressalvas. Voltando ao ponto inicial, qual foi o processo de decisão em relação à BR-163? O processo de decisão foi restrito também a um segmento muito particular, e todo o governo passou a se mobilizar na defesa dos mesmos interesses daquele pequeno grupo de sojicultores do Mato Grosso, virou uma questão de interesse nacional. Todo mundo se movimentou, e daí

surgiu o plano, a sociedade teve que sair correndo atrás, tentar fazer algum mecanismo de compensação, porque um pequeno grupo com poder econômico transformou a questão deles de exportação da soja na questão nacional, e o governo assimilou: “É uma questão estratégica para a Amazônia! É uma questão de vida ou morte”. O Ministro Ciro Gomes só faltava pular em cima do Ministério do Meio Ambiente quando alguém contestava alguma coisa. Eu lembro que nós mostramos para o Ciro Gomes o mapa de Rondônia, dizendo: “Temos aqui a estrada, o modelo espinha de peixe, o desmatamento no entorno e as unidades de conservação foram a única coisa que sobrou”. Aí ele virou para nós e falou assim: “Mas esse modelo é ótimo, é isso que nós precisamos fazer”. Quer dizer, o que sobrou, ele falou: “É isso, é esse o modelo!” A estrada e o que sobrou são blocos de unidades de conservação. Vou concluir para ir para a BR-319, qual é o processo de tomada de decisão em relação à BR-319? É o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na sua pequena colônia local de votantes decidindo pela Amazônia, pela sociedade brasileira, contra todos os argumentos econômicos, porque aquela estrada não tem viabilidade econômica, tomando uma decisão que afeta toda a Amazônia, todas as populações, a sociedade brasileira, o planeta, em função das mudanças de clima, ele toma essa decisão porque ele quer fazer desta obra a obra dele. O relatório de impacto ambiental é um excelente documento técnico, não as conclusões, todas as informações estão lá, são pouquíssimas famílias, não existe ocupação, a estrada está abandonada, o investimento é de 600 milhões de reais, a estrada praticamente não tem sentido! O que é que ela vai servir? Para as pessoas andarem de carro quando quiserem visitar Manaus? A outra estrada para Roraima foi feita sem nenhum argumento, está lá, vazia praticamente. Então, por quê que tem outra? Esse processo eu acho que nos leva para concluir a questão de que nós precisamos revisar esses instrumentos de política pública de obras de infraestrutura, porque hoje os relatórios de impacto ambiental da forma que estão sendo colocados continuam sendo individualizados, eles não permitem, não nos permitem avaliar o real, as reais consequências desse modelo. E como eu tenho dito em várias ocasiões, eu acho que nós ainda continuamos usando, nos referenciando no mesmo modelo do governo militar, que tinha esse modelo e essa era a estratégia de obras de infraestrutura, projetos de colonização e inserção da Amazônia no mercado. Nós estamos sempre correndo atrás do prejuízo, nós não conseguimos rever, reorganizar esse modelo, e ontem nós discutimos isso e o que quebrou esse paradigma foi exatamente a proposta que veio dos indígenas e dos seringueiros, da sociedade civil. Hoje existe uma disputa, mas mesmo assim, nós ainda continuamos perdendo esse jogo.

Don Sawyer: Muito obrigado, Mary. Antes de abrir para o debate, gostaria de perguntar se o Adrian Cowell gostaria de reagir ou acrescentar algo ao que foi dito aqui até agora? Ainda poderá, mas só queria abrir essa oportunidade primeiro. Então vamos para o debate mais aberto, vamos seguir a metodologia de blocos de três perguntas ou comentários, aceitando inscrições que podem ser dirigidas à mesa em geral ou para pessoas específicas da mesa. Temos um microfone, então em primeiro lugar, o professor Otto Leonardo, do CDS.

Espectador [Otto Leonardo]: Um breve comentário e uma pergunta direta ao cineasta Adrian Cowell. Eu acho que é tão importante essa reunião nossa que deveria estar em horário nobre na Globo, eu acho que é uma questão de morte e vida, como defende a tese do filme. O último filme termina com todos sugerindo que nós estamos em um processo de

morte e não há nenhuma razão para ter muito otimismo nisso, não. Embora todos os esforços da Mary Alegretti, a minha pergunta é para ela, se quando você fez parte do governo pensou em pedir demissão?

Espectador: Pensou!

Mary Alegretti: Não deu nem tempo, eu pedi demissão!

Espectador: [Otto Leonardo]: A primeira pergunta, eu acho que é uma questão de guerra, nós estamos sendo guerreados pelo poder econômico de muitos poucos destruindo, talvez, o nosso patrimônio maior que é a própria natureza, está havendo aí essas mudanças climáticas, mas nós estamos sendo destruídos e nós precisamos nos defender. E a questão é em vez de usar armas, uma das armas mais importantes hoje em dia é a dedicação, então filmes como esse, embora antigo, existem filmes mais modernos, como o do Sérgio Bernardes, *Tamboro*, que é um filme também sensacional, mas é um filme que vai direto na alma das pessoas, mostra e argumenta, de forma que você movimenta a alma para ter alguma dimensão prática, saída para a defesa. Se ficarmos de braços cruzados, estaremos com uma grande hipocrisia dessa nossa civilização, tem que mudar, não tem outro jeito ou então estamos fadados a uma grande tragédia. O filme demonstra isso e os argumentos apresentados das queimadas, são mil, 3 mil queimadas na época da seca por dia, e vai lá a fiscalização uma, duas, três, quatro vezes por dia, quando ela é definitiva. Fui preso na BR-163 em 1974, e colocado lá na Serra do Cachimbo, no xilindró dos milicos. Recentemente estive lá em São Gabriel da Cachoeira, você tem um parque de um milhão de hectares e o que temos no governo é uma única pessoa para cuidar desse parque, entra quem quiser, faz o que quiser desse espaço. Já viu quem são os governadores desses estados envolvidos? Ficamos caladinhos com medo de sermos assassinados. Quem são eles? Bom, a questão eu acho que é a luta para os nossos netos, para ter um país onde a sustentabilidade da vida, que é o que nos interessa, ela possa realmente continuar não apenas em discursos hipócritas. Isso foi o meu comentário e a pergunta é como adquirimos os seus filmes? Porque é a nossa arma para nos defender.

Don Sawyer: Obrigado, Otto, já estou preocupado com os filhos.

Espectador: Eu queria primeiro parabenizar os três filmes, os três a que eu assisti foram muito bons, e também as falas. Eu queria fazer uma pergunta inicial aqui para o Nilfo, que Lucas do Rio Verde está trabalhando com o cadastramento ambiental rural, de cada imóvel, de todos os imóveis, desses que tem esse mar de soja instalado lá como um processo de regularização ambiental desses imóveis, quanto às normas do código florestal, para recuperar, recompor a reserva legal, e recuperar as áreas de preservação permanente como estratégia de preservação da biodiversidade em propriedades rurais. Eu queria saber a sua opinião sobre isso. Da Adriana, as ONGs lançaram um pacto para a valorização da floresta, o Desmatamento Zero, acho que em outubro do ano passado no Congresso Nacional. Semana passada, o governo lançou o Plano Clima, com uma outra meta de reduzir 70% o desmatamento na Amazônia até 2017, se não me engano, em um patamar que hoje está com quase 12 para 5 mil km² é uma meta bem desafiadora. Eu queria saber de você, Adriana, quais são as condições dadas para o cumprimento de uma ou de outra meta, as duas são bastante ambiciosas. E da professora Alegretti, ela afirmou no vídeo que a Resex Chico

Mendes, a pressão que era de fora, hoje parece que é de dentro, porque hoje tem milhares de cabeças de boi lá dentro da Reserva Chico Mendes, e eu queria saber se a senhora ainda acha que está garantida a resex, aliás as reservas extrativistas deste país.

Don Sawyer: Tem mais alguém no primeiro bloco? A Adriana mencionou sobre a pavimentação da BR-163 foi para escoar a soja de Mato Grosso, não é exatamente da parte amazônica, é da parte do cerrado. Lucas do Rio Verde é cerrado, só se fala na Amazônia, mas não vamos esquecer essa diversidade e a interdependência entre os biomas, o que se está debatendo na Amazônia tem tudo a ver com o que acontece no cerrado. E, além disso, gostaria de chamar a atenção, são os sojeiros que não estão nessa mesa aqui, nem madeireiros e nem igreja amazônica, mas também não é só isso, essa soja vai para onde? Fazemos parte de uma pegada ecológica global, então temos que analisar, não devemos ficar apenas nos atores locais, isso é reflexo de processos muito mais amplos, não é só quem importa, mas quem exporta, que são empresas multinacionais como vimos um pouco no filme. Vamos lembrar esse contexto mais amplo também. Tivemos perguntas dirigidas especificamente ao Adrian, como também ao Nilo, Adriana e Mary, mais algum? O Adrian poderia pegar o microfone.

Adrian Cowell: Os direitos dos meus filmes no Brasil são da Universidade Católica de Goiás, ela está em Goiânia. O *e-mail* da Universidade é igpa@ucg.br.

Nilfo Wandscheer: Lucas do Rio Verde é uma cidade que foi criada por um assentamento, e hoje desse assentamento permanece, mais ou menos doze daqueles que vieram do Rio Grande do Sul e foram assentados. Grande parte desse pessoal que vendeu a sua terrinha, o lote de 200 hectares, uns já tinham dois lotes, vendeu 400 hectares, foi para Santarém e comprou 10 mil. É isso que o Venilson fala, a gauchada foi com ambição de acumular. A *The Nature Conservancy* foi lá, um grande parceiro, ONG com projeto para se pensar uma soja futuramente sendo esticada. Com toda a questão ambiental, social, e praticamente não nos chamaram em nenhum momento. Agora estão nos procurando, vamos ter uma reunião com o Sindicato Patronal do Empregador, certamente pela questão social, porque nós temos alguns acordos coletivos do Sindicato com os trabalhadores assalariados de algumas fazendas, por causa da sedificação do algodão. Agora a soja está chegando nesse ponto também, dentro do Projeto Lucas do Rio Verde Legal, eles precisam agora também implementar essa questão social. E a questão ambiental é a seguinte, é uma experiência até interessante de se mapear pelo menos o que é que destruíram Áreas de Preservação Permanente (APPs) e está demarcado, eu vejo que pouco ainda se coloca de sementes ou mudas lá naquela área para recuperar as APPs, isso está muito difícil, está muito devagar. Eu estou desafiando o tempo todo, porque eu quero ver eles recuperarem as APPs. É a reserva legal, onde é que está? E onde vão querer essa reserva legal agora na hora de compensar? Eles estão nessa expectativa dessa lei nova porque pode compensar em outro município, Marcelândia, outros municípios do norte. Já há uma discussão muito forte nesses municípios, onde já falam: “Os produtores de soja de Lucas do Rio Verde querem adquirir uma área, uma reserva aqui, para compensar a reserva legal de lá!” Já há uma repercussão na sociedade, interessante isso, não deu tempo de relatar aqui mas é um desafio. Eu acho interessante que eles já estão participando desse debate. É a pressão que nós também fazemos com o movimento social, da questão dos europeus, dos consumidores que compram essa soja também, porque quando nós estivemos em Berlim em março, nós

vimos que quando os europeus nos cobram alguma coisa, nós temos que resolver. Nós também jogamos para eles: “E vocês tem mais alguma coisa ainda em que podem nos ajudar, vocês também podem fazer alguma coisa, que é exigir a origem, de onde é que vem essa soja, como é que ela está sendo produzida, quais os impactos sociais, ambientais. E se vocês não comprarem soja, não tem como eles continuarem plantando soja, abrindo floresta e desmatando as APPs”. Mas a preocupação é a seguinte, nós discutimos em Montevideu, na semana passada, a questão da bacia do Aquífero de Guarani, a questão do veneno, de agrotóxico que está sendo lançado nas entradas, nas formações dessa bacia, e nós temos recentemente uma experiência muito interessante, quando fomos pulverizados por uma chuva de agrotóxicos em 2006, essa briga também resultou, na semana passada, ainda no nosso seminário, o lançamento do livro do Paulo Machado, da Radiobrás, “Um avião contorna um pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade”. É a história toda de Lucas do Rio Verde, daquela experiência e das políticas, toda a questão que nós provocamos com isso, e essa experiência está acontecendo agora em toda a região. Mas queria que a nossa preocupação, a questão da reserva legal que nós desafiamos são as APPs, nós estamos preocupados com a população, com a questão da soja. Eu concordo plenamente que não é só desmatamento, mas também a questão da água acabando, estão acabando as nossas nascentes, com os nossos rios. E agora, o projeto mais econômico ainda, quando nós discutimos a água, é a Sadia, que está construindo em Lucas do Rio Verde o maior frigorífico, o maior complexo da América do Sul, e estão vindo todas essas coisas boas, mas muito mais coisas ruins. A questão social vai ser um grande problema lá. Nós tínhamos uma qualidade de vida e essa qualidade influenciou, muitos prefeitos e políticos da região do Pará, dos seus municípios, levaram lideranças da região para conhecer Lucas do Rio Verde: “Que bonito como vive esse povo, a cidade limpa e com qualidade de vida”. Aí conseguiram convencer que era preciso também implantar um sistema desses, de desmatar e plantar soja. Mas a questão hoje, continuando, a Sadia que está construindo lá todos os aviários, a criação de porcos. Aí eu pergunto, nós hoje estamos vendendo a água para o exterior? Não, é tudo exportação, quanta água nós estamos exportando naqueles frangos e naquela carne de porco? E o que é que eles estão pagando de fora para nós? O que é que eles estão fazendo para nós, por aquela água? Essa também é uma questão desse modelo que eu questiono. Não tem como. É um modelo que realmente está afetando a família, estou preocupado com meu único neto e as futuras gerações, eu mesmo tenho medo de ainda vivenciar coisas assim que eu não espero, não. É essa a nossa preocupação.

Don Sawyer: Obrigado, Nilfo. Agora Adriana, sobre o desmatamento.

Adriana Ramos: Eu acho que o assunto é esse, eu vou ser sincera, eu acho que nós temos exatamente esse processo, que nós damos um passo a frente, dois atrás, é um processo de mudança cultural bem difícil. A minha resposta depende muito do meu dia, do meu humor, se eu estou mais otimista e acho que nós vamos ter tempo de virar o jogo antes de tudo acabar, ou se nós não vamos ter tempo. Eu vim agora da reunião de convenção de clima, eu ando em uma semana meio desanimada. O fato do Brasil ter assumido uma meta é surpreendente para quem acompanha essa discussão, porque há anos que se vem cobrando do governo brasileiro assumir uma meta de redução do desmatamento. Isso é uma coisa que parecia impossível. Do ponto de vista político, de sinalização, é extremamente importante, a meta é ousada, sim, porque ela significa dizer que temos 12 mil km de desmatamento esse

ano, e que em 2010 vamos ter que ter 9 mil km e dali para frente vai diminuindo a cada quatro anos, é significativa. Mas de quem é a meta? Eu não acho que seja do governo brasileiro, apesar dela estar em um plano nacional de mudanças climáticas, eu fico imaginando a forma pela qual ela foi negociada, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Presidente da República, às vésperas de uma reunião internacional, sem que o Ministério dos Transportes, das Minas e Energias, da Agricultura, do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, que são aqueles que de fato lidam com os vetores de desmatamento, estejam comprometidos. De certa forma, nós ficamos muito à mercê, como o Don disse, do mercado, nós temos por um lado um movimento super positivo, como o Nilfo falou, voltados para produtos que tenham aceitação no mercado, que estão entrando no mercado europeu e que, portanto, o consumidor europeu mais consciente, mais preocupado porque já sente na pele, muito mais o que é o efeito de viver em uma região que não tem floresta, que tem impacto nos recursos naturais, pressiona as suas empresas, o comércio e os governos para ter práticas de consumo mais sustentáveis. Por outro lado, quando nós falamos da soja, estamos falando do mercado chinês que não tem nenhum tipo de parâmetro. Ou seja, sorte das cidades, dos municípios amazônicos, das regiões amazônicas que estão vendendo soja para o mercado europeu, onde algum tipo de parâmetro de sustentabilidade socioambiental pode entrar na conversa, porque você tem regiões que estão vendendo para outros mercados, onde isso não entra de jeito nenhum. Acho que os mecanismos de mercado podem ajudar, eles cumprem um papel, infelizmente, hoje tudo é um pouco de mercado. Mas acho que faltaria nesse caso pensarmos nas metas de desmatamento, termos uma visão um pouco diferente, precisamos mudar um pouco essa perspectiva e em especial quando falamos da Amazônia, quando falamos de progresso, porque essa visão - até em uma pergunta que foi feita para o Venilson - quer dizer "o que é progresso?" Para mim é uma coisa completamente diferente do que é para o indígena do Xingu, para um seringueiro do Acre, para um gaúcho que foi morar lá em Sinop, a Amazônia tem uma diversidade de comunidades, de situações, de pessoas diferentes e não se pode imaginar que o progresso é um só para todo mundo. Precisamos começar a olhar também, no caso do Brasil, para essa situação das crises mundiais, financeiras, climáticas, como situações que nos colocam em uma posição de vulnerabilidade. O Brasil também é um país vulnerável, mudança climática não é só oportunidade para nós, como até hoje tem sido o debate político. Por um lado, há a indústria brasileira se aproveitando dos mecanismos de desenvolvimento rico, para fazer adaptação, receber recurso internacionais para mudar seu parque tecnológico. A mudança climática é uma oportunidade, temos agora essa discussão de redução de emissões para o desmatamento, que também se configura em uma potencial oportunidade de ter apoio internacional para as ações, mas não é só isso. Precisamos olhar também na perspectiva das vulnerabilidades, e há uma série de atividades econômicas na Amazônia, e principalmente a agropecuária na Amazônia, extremamente vulneráveis às mudanças climáticas. O que acontece na Amazônia se subir, se aumentar um grau na temperatura do mundo? O mundo todo está pensando nisso. Estávamos conversando ali fora, eu estava até brincando, assisti a umas apresentações bastante chocantes na convenção de clima sobre essa questão das vulnerabilidades climáticas, sobre a questão dos refugiados climáticos e o pessoal falou: "Ah, se você não trabalhasse com isso, você ia fazer o quê?" Não dá nem para dizer que vai criar galinha, porque nas ilhas do Pacífico o pessoal está trocando galinha por pato, porque pato nada, na hora em que a água subir, para não perder os animais. As coisas estão indo muito longe nessa perspectiva das crises que o mundo está vivendo, e não podemos ficar no

Brasil olhando para trás achando que a nossa perspectiva de futuro está ligada ao sonho, que era o sonho dos militares na Amazônia.

Don Sawyer: Muito obrigado, Adriana. Tomei nota aqui de uma frase do Venilson, o que para ele é sustentável, para nós não é. Uma forma de responder à pergunta da sessão. Mary, boi na Reserva Chico Mendes ou outros assuntos que você queira?

Mary Alegretti: Não, eu me surpreendo um pouco com esses números dos bois ilegais na Chico Mendes, primeiro que boi não é estranho aos seringueiros no Acre, mesmo até o filme do Adrian, ontem, mostrando a colocação da família do Chico, que você filmou em 1986, as árvores estão ali convivendo com os bois, como uma coisa tranquila. Isso é um dado importante, porque todo o seringueiro tem uma, duas, três cabeças de boi na sua colocação, no Acre. Ali do lado da Reserva Chico Mendes, a pressão pecuária é realmente fortíssima, praticamente é ali que toda a história da situação da pecuária começou. O que aconteceu nesses últimos anos foi que a queda da borracha e a falta de outras alternativas econômicas fez com que essa pecuária no entorno da Chico Mendes, eles fizeram acordos com seringueiros de criar bezerros dentro da colocação do seringueiro. Isso foi acontecendo nas fazendas em volta que não podiam se expandir, eles acabaram fazendo uma espécie de contrato de arrendamento. Quando vem esse número agora, dizendo que o IBAMA foi lá e expulsou não sei quantas mil cabeças de gado ilegais, eu fiquei pensando “O que é que o IBAMA fez antes, então? Por que é que chegou de repente e tem mil, não sei quantas mil cabeças?” Porque vai fazer 20 anos da morte do Chico, é uma coisa meio estranha, por que é que ele não fez antes? Por que não tirou quando essa ilegalidade começou? Parece que quer mostrar serviço. [...] Qual é o balanço da situação atual vinte anos depois que as primeiras foram criadas? Nós não temos esse dado. E me parece que em algumas circunstâncias, quando, por exemplo, as famílias ganham um nível de renda um pouco maior, seja que atividade for, o mecanismo que nós temos hoje de concessão de uso, ele tem um problema, ele não define transferências de propriedade entre gerações e se as famílias estão ganhando mais alguma coisa, como elas estão transferindo esse patrimônio para os seus filhos? Eu acho que é uma questão que precisa ser pensada, porque a transferência da colocação é assegurada pela concessão de uso, os filhos podem permanecer na colocação, desde que eles mantenham o mesmo sistema de uso. Mas o que é que acontece se você acumulou algum dinheiro pela borracha, como que você transfere isso para os seus filhos? Acho que gado é também uma espécie de patrimônio móvel, que você também pode transferir para os filhos e de alguma maneira, é uma hipótese, porque eu não fui lá testar para saber se isso está acontecendo, mas eu acho que tem lógica, não só lá, mas em outros lugares. Eu acho que é uma das questões que precisa ser um pouco pensada, no caso das reservas, porque sempre pensamos no modelo como crescimento populacional, pressão sob os recursos, mas o crescimento do uso da exploração dos recursos também pode significar um aumento de renda. Por exemplo, hoje dentro da Reserva Chico Mendes todo mundo tem moto, uma coisa impensável, todo mundo circula de moto na reserva, não tem uma lei de trânsito lá dentro, você tem criança passando aqui, escola ali, a moto a toda velocidade, porque nem controle de velocidade tem dentro. Todo mundo tem moto, a moto virou o grande meio de transporte. Isso também nunca foi pensado. Tem várias coisas acontecendo hoje na reserva, essas são as mais antigas, se você pensar as mais novas, por exemplo, o caso do Pará, lá os setores os extrativistas estão ganhando muito dinheiro com o açaí, está quase havendo uma espécie de florestas homogêneas de açaí, do manejo do açaí,

mas dentro das reservas, a renda dessas populações com pescado e açaí é muito diferente da renda das pessoas que estão única e exclusivamente com a floresta. O que está acontecendo com essa renda? Onde está sendo aplicada? O que é que está sendo usado? Consumo, por exemplo, qual é o consumo? Eu acho que existem hoje várias descompensações, enquanto você tem, por exemplo, esse aumento de renda, não há nenhum avanço na parte educacional. E como nós já estamos falando da segunda geração, terceira geração, dentro das reservas, então o grande desafio hoje é saber qual é o futuro desses jovens? Onde eles vão se qualificar? Esse é um desafio hoje essencial para as reservas, não existe uma opção de qualificação, acaba que os jovens tem que sair para a cidade, e não necessariamente voltam. Outra questão, a da urbanização dentro das reservas, por exemplo, o estado do Amazonas criou muitas reservas estaduais. Criou e fez um modelo de organização espacial que está mudando muito a forma de organização das famílias dentro das reservas, porque eles criaram pequenas vilas, o governo construiu essas vilas, inclusive se você sobrevoa você vê, tem uma enorme floresta e aquela vilazinha, com as casinhas uma ao lado da outra, com o dinheiro do Incra que também padronizou o tipo de habitação, o que não tem nada a ver com a floresta. E ali, o que é que está acontecendo? Os jovens já não estão se socializando na floresta, os jovens têm medo da floresta. Eles não estão indo, como acontecia com os seringueiros tradicionais, que o filho com 9, 8, 7 anos começa a andar na floresta junto com o pai, e a filha também com a mãe, aquele universo de você se socializar na floresta não está acontecendo nessas áreas, porque os jovens ficam ali naquela área urbana, pré-urbana, semi-urbana, sem opções de nada, não tem cursos para eles, não tem atividades, é uma ociosidade absolutamente improdutiva. Uma preocupação das famílias é em relação a Bolsa família, ela não é bem vinda nesses contextos, porque as pessoas acham que a Bolsa família, principalmente, é a bolsa dos jovens de educação, deixa os jovens muito sem envolvimento com a vida na reserva, porque ele ganha aquela bolsa, a família também, não existem atividades, não existe nenhuma preocupação em gerar alternativas de futuro. Eu fui a uma dessas reservas, nós chegamos, era uma viagem rápida lá em Caruarari, com a Petrobras, nós chegamos de helicóptero, ninguém sabia que nós íamos chegar. Dez minutos depois a comunidade inteirinha estava reunida. Gente, isso não acontece! Porque se levam dias avisando: “Olha, vai ter uma reunião!” Levava no passado dias avisando que ia ter uma reunião, para o pessoal se reunir, sair da sua colocação, e isso não existe mais, quer dizer, está todo mundo reunido ali em volta do campo de futebol, ou em volta de algumas pequenas iniciativas que existem. Isso tudo tem que ser repensado. Eu acho que nós estamos em um momento de repensar esse pacto entre Estado e comunidade nas reservas extrativistas. Eu não sou pessimista, porque eu acho que são territórios muito importantes, a diversidade é muito grande, são vinte milhões de hectares que tem hoje, 4,4% da Amazônia, é uma coisa enorme, você tem todo o tipo de situação! O ciclo de vida das reservas também é diferenciado, você tem as mais antigas, as mais novas, as florestas, tem as marinhas. Eu acho que é um modelo aprovado, que veio para ficar, acho que ele precisa ser reajustado às novas conjunturas, principalmente, à questão de discussão de políticas de compensação, o pagamento por serviços ambientais. Eu acho que há uma série de oportunidades, agora – só para completar, Don – o que eu acho que continua faltando é pesquisa nas reservas. Eu estou formando um pequeno grupo de trabalho agora, nós vamos fazer um projeto de balanço do extrativismo, uma iniciativa do Mangabeira Unger e é impressionante, só tem estrangeiro. Quem, por exemplo, têm pesquisas nas reservas extrativistas, pesquisas que podem mandar! Quem estiver trabalhando e pesquisando em reserva extrativista, porque se faz um balanço, é muito pouco de nós e são muitas áreas, eu

acho que é um campo enorme o CDS ocupar e incentivar os estudantes a fazerem pesquisa, a comparar, a discutir, porque o tema é realmente muito interessante e porque precisa.

Don Sawyer: Obrigado, Mary. Agora vamos para o segundo bloco, o Nilfo, Gabriel e Márcio.

Nilfo Wandscheer: Eu não poderia deixar quieto aqui o Júlio, estamos em uma mesa da questão da BR-163, eu queria saber em questão desses projetos, a questão do governo federal nessa área de infra-estrutura. Quem realmente vai assumir agora é o PAC, é o PAS, que é quem vai realmente financiar ou ajudar, dizer sequer a sigla que vai ditar essas obras de infraestrutura. Essa é a pergunta, e para complementar, Alegretti, a questão não é só com os seringueiros, a preocupação é que estão ficando só os velhos na agricultura familiar, também nos assentamentos. Alguma coisa tem que se voltar a discutir sobre a questão do trabalho infantil, da Bolsa Família, Bolsa Estudo, tudo isso está fazendo com que depois que o jovem que tem 16, 17 anos, não vá mais para a floresta, não vá mais para o assentamento, não vá mais plantar batata. Todos vão para a cidade, as futuras gerações, eu estou preocupado. Até nós do movimento social, são poucos jovens hoje para substituir um presidente do sindicato dos trabalhadores rurais ou uma outra organização, eu não sei quem é que vai assumir futuramente isso. Então está tudo dentro dessa questão aí, eu queria fazer essa pergunta mais para o Júlio.

Don Sawyer: Eu vou ter que pedir licença, agradecendo muito a participação de todos nessa sexta-feira a noite. O Brent vai coordenar o restante da sessão.

Brent Millikan: Agradecemos a participação do Don nessa mesa. Então o Nilfo fez a primeira pergunta, temos mais duas pessoas inscritas.

Gabriel Ferreira: Eu vou fazer um comentário, talvez eu nem faça pergunta. Na verdade, nessa questão de estradas e impactos, a Mary comentou o primeiro trecho da BR-364, o segundo, e eu posso comentar sobre o terceiro, que é um asfaltamento de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, no Acre. Está se experimentando uma nova abordagem desse processo, também com o trecho financiado pelo BID, mas que o Estado teve toda uma preocupação de trabalhar no ordenamento territorial, de criar florestas estaduais - o Brent esteve lá há duas semanas, e com um impacto mínimo, envolvimento da comunidade do entorno, dos grupos indígenas, com criação de conselhos dessa área, realização de inventários florestais, plano de manejo, criação de unidade de gestão ambiental integrada com todos os outros órgãos de controle, de fomento, trabalhando junto com a comunidade. O que me parece uma experiência muito valiosa e que pode ser, pelo menos, pesquisada no sentido de algo similar para a BR-163. Acho que tão preocupante quanto a questão da BR-319 também é o processo de asfaltamento da BR-429, que liga à BR-364 a Costa Marques, também com os mesmos indicativos de insustentabilidade, área vulnerável, o Parque Nacional de Pacaás Novos, Uru-Eu-Wau-Wau de um lado, Rio Branco do outro, isso já exaustivamente estudado, denunciado, dentro da década de 1990, e que a licitação está pronta, tudo feito de afogadilho e sem nenhum tipo de estudo prévio que justificasse um investimento daquela dimensão. Uma outra questão é que eu morei quase 25 anos na Amazônia e confesso que quando eu voltei para Brasília, eu sou daqui, eu fiquei menos otimista e muito mais pessimista, porque a ideia que nós temos dos problemas socioambientais na Amazônia é da

falta da presença do Estado, de como fazer esse ordenamento em áreas. Quem viu o primeiro filme do Adrian na segunda-feira, que ele fez há algumas décadas, viu o garimpeiro dando tiro para o alto, quebrando garrafas. Essa fronteira que tem essa falta do Estado regulamentando, eu imaginei que era uma coisa típica da Amazônia. Agora, quando eu voltei para Brasília, que tem toda a estrutura do Estado, tem o maior nível de renda do país, aprendi a conviver aqui com uma descaracterização, com mais de 350 ocupações irregulares. Eu visitei um amigo há poucos dias atrás em um condomínio aqui, Villages Alvorada, onde da varanda dele se enxerga a piscina do Palácio da Alvorada. Então é impossível que algum desmatamento em cima do cerrado ali e a ocupação de várias áreas daquele platô não tenha sido enxergado por alguém que estava no Palácio, pelo menos não tinha. Se você vai para esse eixo Lago Oeste, no Altiplano, onde foi feita toda uma estrutura para facilitar o acesso, é uma loucura! Na verdade, é muito mais grave o que nós estamos falando, porque se estamos falando do Distrito Federal, que tem hoje as maiores taxas de desflorestamento, de ocupação irregular de áreas públicas, os processos mais irregulares de apropriação particular de áreas do Estado, imagina como é conviver com essa situação - quem assistiu ao filme do Walmir de Jesus viu as dificuldades que se tem para tentar levar um pouquinho de estado para esse ordenamento. Eu sou extremamente pessimista, porque a fina nata da sociedade brasileira que mora em Brasília faz muito pior do que os nossos amigos que apareceram ali, goiano e outros que estavam também nesses filmes, queimando lá dois, três hectares para tentar sobreviver. É só um comentário, quero agradecer e parabenizar o Adrian por essa série, ressaltar a importância da contribuição dele para a história da Amazônia.

Espectador: Isso que ele falou acontece embaixo das barbas dos homens do poder, imagina o que acontece na Amazônia, que fica em “outro planeta”, é muito mais difícil! Ele tem razão. Palmas para ele.

Brent Millikan: Obrigado, Gabriel.

Espectador: Primeiro de tudo é parabenizar essa atividade, é mais comum que nós encontremos atividades assim em universidades, espaços públicos, é difícil vermos atividades socioambientais em espaços culturais, é raro, seria muito interessante que virasse um vício. Mas a minha questão, tanto o vídeo como a fala da maioria de vocês mostram, chamam atenção à necessidade de políticas públicas para esses problemas de desmatamento, sociais que vêm por conta dessa situação toda. E sabemos que não tem uma estrutura no Brasil, seja federal, estadual ou municipal para dar conta disso. Vimos como o IBAMA funcionava, não é muito diferente de como funciona hoje. E aproveitando um comentário da Mary, que um dos modelos de política pública e que acaba sendo uma saída são as unidades de conservação, você tem aquela espinha de peixe, e as unidades de conservação é que seguram isso, onde não tem essa estrada avançando, a floresta e as comunidades estão lá, encontrando o jeito delas de viver com toda essa modernidade que vem atropelando junto com essas estradas, que vem recortando tudo. A minha pergunta para Mary é a seguinte, você vem acompanhando esse processo, você já respondeu parte da pergunta e já indicou que existe a necessidade de mais pesquisa, principalmente sobre as Resex, as reservas de uso sustentável. A minha questão é, eu queria até pedir um comentário da Adriana também, dentro do que você já vem acompanhando no histórico desse modelo de unidade de conservação mais socioambiental, até hoje, essa realidade que

acontece das unidades de conservação serem quase uma resistência, a única política pública nesse modelo de desenvolvimento, que comparação você faria entre os modelos de unidades de conservação de proteção integral e as de uso sustentável hoje? Particularmente, eu sou favorável às reservas sustentáveis e sou contra o modelo de unidade de proteção integral, por conta da baixa participação dos modelos de proteção integral, eles impõem, não dá muita possibilidade de você ter uma participação maior por conta dos conselhos que são criados. Eu peço uma resposta pensando a longo prazo. Esse modelo de proteção integral, qual é a diferença para o modelo de proteção integral de uso sustentável, pensando no futuro da Amazônia, dentro de toda a reflexão que a senhora vem fazendo no seu blog, de tudo que você já vem dizendo, porque me parece que esses dois modelos indicam formas diferentes tanto para a conservação como para o desenvolvimento sustentável das comunidades que estão lá. Então essa é a pergunta que eu faço. E aí, em cima desse comentário também, eu queria fazer uma pergunta para o nosso amigo lá, ligado às populações, os produtores rurais, pensando também em políticas públicas. Em geral vemos os produtores rurais hoje, principalmente os pequenos produtores rurais que não tem tanto investimento, que não vêem um investimento quase que mundial nas suas atividades, eles tendo que se virar, seja em cima de APPS, como já foi falado, seja em cima de reserva ilegal, eles têm que se virar para poder produzir e assegurar sua subsistência. A minha pergunta é se você vê dentro desse quadro que acompanha de produtores rurais, seja de assentamento ou não assentamento, uma pré-disposição deles de encontrar formas sustentáveis de trabalhar? Você acha que se a política pública investisse nessa pré-disposição existiria um quadro favorável para que o pequeno agronegócio conseguisse se adequar a essa proposta de desenvolvimento sustentável que tanto se discute?

Brent Millikan: Obrigado. Qual é o seu nome, por favor?

Espectador: Márcio.

Brent Millikan: Primeiro, temos mais uma pergunta. Nós ainda vamos fazer mais uma rodada, temos três pessoas inscritas. Primeiro vamos passar para o Júlio, com a pergunta do Nilfo. Qual o foco de discussão sobre o trabalho exato, o planejamento do governo sobre obras de infra-estrutura? Depois passamos para a Mary as perguntas sobre as unidades de conservação, do Márcio, e depois Nilfo também com a pergunta do Márcio, e Adriana se quiser fazer um comentário.

Júlio Miragaya: Antes de responder a pergunta do Nilfo, é importante precisar o seguinte: é verdadeiro, eu já tinha colocado isso, que a motivação com a pavimentação da BR-163 foi a demanda dos produtores de soja, os sojicultores do Mato Grosso, isso é fato. Mas a BR-163 é bem mais do que isso, ela não atende tão somente aos interesses dos sojicultores, envolve interesses inclusive de suprimentos do nordeste brasileiro, que é grande importador de milho, que vem da Argentina, e teria condições dessa produção do Mato Grosso suprir o nordeste. Tem a questão do escoamento da própria produção familiar, que é em menor proporção nessa região, mas existe, principalmente, no norte e extremo norte do Mato Grosso e no oeste do Pará. A própria questão do escoamento da Zona Franca de Manaus. Então tem outros fatores que motivaram a pavimentação da BR, além de uma discussão que deveria ter existido que seria a alternativa para a própria rodovia, sobre a questão de uma ferrovia, até porque tem um projeto, a Ferronorte previa a extensão até Santarém, ou

mesmo a hidrovía do Teles Pires-Tapajós. Nessa discussão é fundamental reconhecer que muito pouco se avançou, aquilo que a Adriana anteriormente colocou aqui, quais eram as estratégias para o oeste, sudoeste do Pará? Foi concebido um plano, o distrito florestal sustentável, baseado em uma questão, que eu mesmo questiono, que era a lei de gestão de florestas públicas, mas que previa uma exploração sustentável, dos recursos madeireiros, só que estava muito condicionada à pavimentação, você não consegue escoar a produção do atoleiro que é a BR-163. Os assentamentos agroflorestais e agroextrativistas estavam previstos, o Incra tinham vários assentamentos previstos ao longo da rodovia que também não se viabilizaram, muito em função da própria não pavimentação e conclusão da obra, além dos problemas de licenciamento ambiental desses assentamentos. O Nilfo e a Adriana são capazes de atestar isso, havia uma desconfiança muito grande em relação a BR-163, o Brent também viveu esse processo no Ministério do Meio Ambiente, a partir de dado momento quando se decidiu apostar no plano, e a participação das organizações sociais na formulação do plano foi fundamental nesse sentido, houve um certo conforto naquele momento, “Bom, nós estamos tomando as medidas que devem ser tomadas para evitar que outras experiências negativas se repitam”. Por exemplo, quando se realizou a chamada Limitação Administrativa Provisória, seu processo, quando se delimitou uma área imensa ao longo da BR-163, chamada “área sob limitação administrativa provisória”, aquilo não era nada mais que a promoção do ordenamento territorial. E por trás daquela proposta de se criar mosaicos de unidades de conservação associados a terras indígenas estava implícita uma estratégia de se criar, se isolar aquela frente de expansão desordenada que acontecia, que era a principal frente na Amazônia brasileira, aquela BR-163. Se criava uma espécie de cordão sanitário que impedisse que prosperasse exatamente aquele modelo de espinha de peixe que detonasse, na linguagem popular, toda aquela região. Então, se criou unidade de conservação à direita e à esquerda na BR, a história da terra no meio para impedir inclusive aquela rodovia de São Félix do Xingu. E eu acho que foi uma estratégia adequada e até bem sucedida naquela região. Os números contra o desmatamento ali atestam isso. Agora, por outro lado, se avançou pouco a questão da gestão nessas unidades. Alguém relatou aqui que numa área imensa em São Gabriel da Cachoeira tem uma única pessoa, e não é muito diferente nessas unidades criadas ao longo da BR-163. Essa tranquilidade se perdeu a partir do momento em que o governo não passa a apostar seriamente na implementação do plano. Já estamos discutindo isso com os movimentos sociais há algum tempo, a BR-163 perdeu um pouco aquilo que tinha até 2006, e eu acho que nós vamos ter que correr atrás nesse processo de resgatar, inclusive a própria implementação do plano. Eu só queria chamar atenção para esse aspecto, porque às vezes se associa uma obra de infra-estrutura, seja uma obra rodoviária, seja de energia, a alguma coisa necessariamente negativa, e não é. Quem vive, quem conhece a realidade daquela região, o produtor na região transamazônica, o produtor de arroz, de milho, ele efetivamente não conhece, não consegue escoar a produção dele durante seis meses no ano. Ele não tem a menor condição de competir com um produtor de milho do Paraná, do Rio Grande do Sul que tem um mercado consumidor há vinte, trinta quilômetros de distância, que tem uma rodovia pavimentada passando na porta da sua propriedade, que tem acesso à assistência técnica. Obviamente que as condições são absolutamente distintas. A mesma coisa acontece em uma obra, em um empreendimento hidrelétrico. Eu acho que o problema de um empreendimento hidrelétrico, o problema não é tão somente a obra em si, mas é para quem se destina essa obra. A discussão que se faz hoje é em relação à Jirau e Santo Antônio, eu acho um absurdo até hoje o governo não ter se mobilizado para fazer exatamente aquilo que a Mary colocou aqui, que é a falta de

planejamento estratégico, não só para um empreendimento localizado, mas para toda uma região que sofre o impacto de vários empreendimentos. O caso de Rondônia é emblemático. Respondendo então a questão do Nilfo, o PAC é extremamente deficiente nisso, porque não prevê, lá no Ministério da Integração, temos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e ela estabelece uma série de diretrizes, orientações para reduzir as disparidades, em termos de discussão de renda, em termos espaciais. E no PAC não há nenhuma garantia de que a implementação daqueles projetos ali previstos vai reduzir essas disparidades, pelo contrário, temos até elementos para achar que elas vão se acentuar. Logo, desse ponto de vista, ele é apenas um plano de investimento, não tem nada de estratégico. Não estou dizendo aqui que, não necessariamente, essas obras trazem somente um aspecto negativo. Eu queria exemplificar aqui o caso de Tucuruí. Tucuruí foi construído não voltado para uma perspectiva de desenvolvimento do estado do Pará, mas para atender às demandas de alguns empreendimentos específicos, no caso, o Consórcio Brasão do Norte, mesmo a Alumar do Maranhão ou então, suprimento de energia. A demanda no centro sul tem a mesma lógica, tanto é que a de Santo Antônio está associada com a construção do “linhão” que vai trazer energia até São Paulo. E aí no caso do Tucuruí, depois de vinte anos construído, ali próximo ao Rio Pardo de Marajó tem a menor cobertura em termos de atendimento a domicílios rurais, 87% dos domicílios rurais no Marajó não têm energia elétrica, e está ali de cara para Tucuruí, o Rio Tocantins deságua em frente ao arquipélago. A discussão não é tão somente essa questão da construção do empreendimento, mas a quem atende, a quem serve. Para concluir, todas essas questões debatidas aqui fazem parte de uma disputa no interior do governo, é um governo que se autointitula de esquerda, com a base social na classe trabalhadora, mas existe ali dentro uma disputa muito clara e muito forte dos diversos segmentos sociais, e o governo vai para um lado, vai para o outro em função dessas pressões. Ontem eu estava vendo o Jornal Nacional, e tinha uma matéria sobre a Raposa Serra do Sol, a votação que estava em curso no TST. O Jornal Nacional até me surpreendeu, porque a Rede Globo aparece às vezes falando tanto em defesa da Amazônia, eles entrevistaram três representantes da comunidade indígena contrários à posição que o TST estava apresentando até então. Um dizendo que a família, que é indígena, vai ficar desempregada, o outro falando não sei o quê. Quer dizer, uma capacidade enorme de distorcer uma realidade existente. Eu estou chamando atenção para uma coisa que é muito maior do que nós podemos aqui mobilizar no auditório e nessa dimensão. E um pouco o que o Don colocou, hoje está atribuído ao Brasil um papel no mercado mundial de grande fornecedor de *commodities*, e aí não é só soja, aí entra o etanol, carne bovina, celulose, mineração e tudo isso muito associado a algo que o Brasil tem de farto, que são recursos hídricos e terra. Essa pressão que se estabelece, não podemos perder de vista que nos últimos quinze anos, 82% do crescimento do rebanho bovino no Brasil se deu dentro da Amazônia legal, em função principalmente da demanda mundial de carne. Não é o mercado interno, porque enquanto o mercado interno cresceu, cerca de 80%, a exportação no Brasil cresceu 1600%. O Nilfo já fez referência a isso, essa pressão vem de fora, da carne, do etanol, na soja, na celulose, não é uma questão trivial, existe uma pressão de fato, essa pressão ela cai de forma muito pesada sobre o próprio governo, sobre o aparelho de estado, e eu acho que essa resposta não está no governo, essa resposta está, sobretudo, na sociedade, eu diria até mesmo de uma necessidade que se tem de sair de âmbito de alguns círculos mais restritos das organizações não governamentais, da academia e chegar na grande massa.

Mary Alegretti: Se fizermos um balanço das políticas públicas vamos ver como são poucas as originais, como falta criatividade na formulação de políticas e de soluções, porque as unidades de conservação acabaram se constituindo numa solução praticamente universal, mas se nós não tivéssemos as reservas indígenas sustentáveis, nós já estaríamos copiando o modelo americano, e acho que as reservas extrativistas de desenvolvimento sustentáveis são interessantes também por causa disso, porque elas quebraram o paradigma e são uma solução genuinamente criada na Amazônia, então eu acho que nós deveríamos avaliar inclusive melhor essa questão da BR-163, que tinha aparentemente todas as condições para ser um caso bem sucedido. E por que não foi? Eu acho que essas análises precisariam ser feitas na ponta do lápis, porque nós precisávamos aprender melhor com esses erros para poder inclusive ter as soluções, às vezes até mais criativas, o que é que faz com que uma estrada consiga atingir seus objetivos? O que é que faz com que uma outra não consiga? O que é que está acontecendo – que o Gabriel falou – com esse modelo da continuidade da BR-364? Por exemplo, o zoneamento é uma questão honra no governo do Acre, e a estrada não começou antes do zoneamento estar pronto, o zoneamento andou por todas as vilas, os municípios, não foi um documento só técnico. A criação, por exemplo, de florestas de manejo no entorno da BR-364 foi uma decisão estratégica que o governo tomou antes também, até com uma exigência do próprio plano de financiamento do BID. Acho que tem alguns modelos que funcionam melhor que outros, no caso das unidades de conservação, não acho que a solução seja só uma ou outra, eu prefiro a solução mista. Eu acho que as unidades de conservação de proteção integral têm um papel importante. O que não poderia, que foi essa guerra toda, é que elas fossem as únicas, o único modelo. Até hoje existem questionamentos em relação às reservas de uso sustentável por parte daqueles que acreditam que só poderia existir de proteção integral. É uma disputa ridícula, mas existe. Eu coordenei o projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e foi uma negociação inacreditável conseguir inserir as unidades de conservação de uso sustentável no Arpa, foi negociação de dias, por um argumento simples, é muito difícil você conseguir 10% da Amazônia que é a meta do Arpa, só de proteção integral, porque a todo canto que você vai, esbarra com gente lá dentro. Então, o mosaico eu acho que continua sendo o melhor modelo e nós todos devemos trabalhar muito melhor essa questão, da interatividade entre os diferentes formatos. Mas se nós analisarmos o que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e até analisar o que é hoje o Arpa, nós vamos ver que tem umas distorções que precisam ser corrigidas. Acho que o SNUC deu uma engessada nas unidades de conservação de uso sustentável, aos moldes das unidades de conservação de proteção integral. Os instrumentos de gestão, nós discutimos isso ontem aqui nessa mesa, o plano de manejo das unidades de nível sustentável é muito parecido com o da proteção integral, ele é um instrumento que não tem eficácia da forma como está, o conselho de gestão é um instrumento que é típico da unidade de proteção integral, e o Arpa também. O Arpa foi uma negociação pura que nós fizemos inclusive com o Banco Mundial, de que não poderiam existir investimentos no Arpa se houvesse sobreposição em terras indígenas, e se não houvesse os mecanismos de regularização fundiária daquelas áreas. Acontece que o Arpa não poderia cumprir as suas metas se seguisse ao pé da letra as condições que nós mesmos estabelecemos, elas foram meio que colocadas de lado para cumprir as metas, e com isso o Arpa se tornou um programa parecido com os outros, o que não era para ser, ele deveria ter um comitê de gestão de conflitos exatamente para resolver as sobreposições definitivamente, não poderia apoiar, para criar uma cultura dentro do governo de não criar sem antes saber exatamente o limite, de onde está criando, se não tem interesses conflitivos,

isso ficou em segundo plano em função das metas e dos objetivos para serem atendidos, para poder gastar o dinheiro, senão não ia gastar. Tem coisas a serem revistas, aperfeiçoadas, mas eu acho que a política pública, a política dos mosaicos é ainda mais interessante, só uma ou só outra. E a reserva de desenvolvimento sustentável tem um problema, nós começamos a se perguntar porque os estados só querem RDS (Reserva de desenvolvimento sustentável) e não querem Resex, é um sintoma de que a RDS por não exigir a desapropriação, você a cria com mais facilidade e joga o conflito para depois, porque o conflito existe e a regularização fica parada. Por exemplo, um dos balanços que nós vamos tentar fazer é exatamente com o estado da regularização fundiária dessas unidades, porque é de deixar o cabelo em pé, é praticamente um número à parte o que de fato está acontecendo na regularização dessas áreas.

Brent Millikan: Obrigado, Mary.

Adriana Ramos: Eu queria só complementar esse tema rapidamente aqui. Eu acho que é bem interessante essa questão, porque, de fato, primeiro eu acho que não temos unidades de conservação, temos muito poucas unidades de conservação de proteção integral implementadas como tal. A maior parte de unidades de proteção integral na Amazônia tem gente dentro, e essa é uma situação que não se resolveu, e não é à toa que a chamada *década do progresso* dos parques nacionais do Brasil, onde você teve um *boom* de criação, especialmente na Amazônia, coincide com a *década da destruição*. Boa parte das unidades de proteção integral foram criadas na Amazônia como compensatório das obras de infraestrutura. E é o mecanismo que é o mais fácil. Você criar unidade de conservação tem uma eficácia interessante, mas é ainda política pública ambiental mais fácil, mais fácil você reservar uma área em que se estabelece uma regra e deixar correr solto o circo do lado de fora, do que você estabelecer a regra do que acontece também no lado de fora. E é curioso ver que em vários dos anos recentes esse número muda um pouco, mas também as terras indígenas tiveram índices de desmatamento até inferiores que as unidades de proteção integral, porque onde vive gente, onde as pessoas estão cuidando do seu quintal, elas cuidam melhor do que quando o cara tem que vir de helicóptero para olhar de cima no meio da fumaça e ver o que está acontecendo, não há fiscalização que dê conta das unidades de proteção integral na Amazônia.

Nilfo Wandscheer: Márcio, nós acabamos nos envolvendo porque a questão mais regional, a questão dos assentamentos no sindicato, é uma inserção mais local. Como praticamente Lucas do Rio Verde não tinha, não tem agricultura familiar, chacareiros e agora os assalariados rurais, a inscrição é dos trabalhadores, de assalariados querendo conquistar um pedaço de terra no assentamento. E assentamento só em outros municípios. É um pouco essa a nossa luta e acabamos nos envolvendo, vendo que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e outras organizações não vêm atuando, trabalhando, a questão de lideranças. Os assentamentos foram criados assim, jogados nas famílias, os recursos do PRONAF foram desviados, habitação, tem toda uma história. No trabalho e em alguns projetos que nós começamos a fazer, conseguimos uma assessoria, uma engenheira agrônoma que trabalha nessa questão da Agricultura, capacitamos e formamos muitas lideranças, praticamente 17 municípios no eixo da BR-163. E conseguimos agora chegar minimamente às pequenas organizações e associações com essas lideranças que foram capacitadas, que se envolveram na questão do projeto, na questão dos incêndios florestais,

das queimadas, produção alternativa, desmatamento e queimada, saíram aqueles projetos PDA/Padeq Programa de Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas, e isso nos levou agora ao desafio de reconhecer as suas diversidades culturais, a vocação de cada um, o que é que realmente pode produzir e as potencialidades da região toda – aquilo que eu estava falando do crescimento dentro dessas cidades na questão urbana, com essas grandes indústrias se instalando, Lucas do Rio Verde tem 30 mil habitantes, vai chegar em breve a 70 mil – essa é a estimativa. E aí, qual é a segurança alimentar? Tudo vem de fora, e aí é uma oportunidade de dizermos: “Vamos fazer a nossa parte?” Essa é a fala que fazemos, nós precisamos nos organizar e dizer que temos uma importância muito grande nessa região onde só se fala do agronegócio, do grande produtor de soja, e não se fala dos grandes assentamentos que hoje existem lá. Nós realizamos um seminário na semana passada com uma feira de produtos agrícolas produzidos nesses assentamentos, para mostrar para a população urbana que nós já temos vários produtos, até inclusive agroflorestal e tudo. E tem toda uma discussão sobre a questão de sistemas de produção, a questão florestal, o Sistema Agroflorestal, essa questão toda em que cada um tem uma diversidade, desde Lucas até Guarantã, vai adentrando a região do Pará. Cabe agora a nós, com essa organização, exigir do governo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social, essa questão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da aquisição de alimentos, de viabilizar e fazer com que esse pequeno agricultor assentado que não vendeu o lote ainda, que permaneceu, e agora com a retomada que foram lá fazer, as retomadas daquele assentamento – saiu no Jornal Nacional – do maior desmatamento. Quando se fala de uma área de uns 1000 hectares, que tem 1200 famílias assentadas, você fala que tem o maior desmatamento. Agora, quando um desmata sozinho, aí não falam, aí o grande desmatador é o assentamento, mas são mil e tantas famílias e essa é a questão. Mas se têm 100 famílias, nós trabalhamos com 20 famílias hoje, mas estão querendo se organizar. Então não podemos forçar quem não quer entrar no sistema: “Olha, nós vamos produzir!”. Por isso a questão do seminário foi muito interessante porque nós fizemos encaminhamentos, teve a presença de várias esferas do Brasil, foi interessante trazer o RECA lá de Rondônia, o Eco-vida lá do sul, foi muito rico esse seminário no primeiro dia. E no segundo dia, nós apresentamos um diagnóstico, um resultado da região e mostramos quem somos nós, o que nós temos, o que nós queremos para o governo federal, para o governo do estado, municípios, e isso mereceu, realmente, uma atenção. E para finalizar, conseguimos agendar várias coisas para o ano que vem de apoio para esses agricultores familiares. É isso que eu sempre falava quando íamos lá no assentamento, para o povo que tinha parado de sonhar, não tinha mais esperança nenhuma, e hoje estão começando, eles têm esperança e expectativa da importância que eles têm na questão da segurança alimentar, de produzir alimento. A nossa proposta é essa questão dentro de uma rede de comercialização solidária, nós não queremos nem intermediar ainda, queremos produzir e levar nas nossas feiras que nós temos e estamos conseguindo em todos os municípios da cidade, até vender direto para o trabalhador lá na cidade, em cestas, em fôrmas. Estamos tentando e é um desafio muito grande, mas eu estou muito feliz. E aí cabe ao governo a questão principal, o pessoal da Conab estava lá, mas não foi a assistência técnica. Um grande desafio para nós. E para organizar uma produção, em escala, com qualidade e tudo, precisamos de assistência técnica, não tem como, essa é a cobrança maior do governo federal. No Mato Grosso é pior ainda, Márcio. Júlio, é incrível que foram julgar para assistência técnica, o governo federal, para aquela Empaer Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural podre lá de Mato Grosso, milhões de reais para dar

assistência técnica. Só se vê carro rodando, caminhonete, é uma estrutura física, mas agora eu quero ver o técnico que fala a linguagem do agricultor pequeno e vai trabalhar nessa linha da agricultura, estamos desafiando com essa agricultura, como é que vai produzir lá no meio da soja, no meio de tudo? Nós tínhamos várias questões de enfrentamento.

Brent Millikan: Obrigado, Nilfo. Eu estou vendo que a Lígia foi embora, ela queria fazer uma pergunta. Mais alguém quer fazer mais alguma pergunta? São dez horas, então, mais uma pergunta então.

Espectador: Eu gostaria de fazer não uma pergunta, mas dar um testemunho de otimismo. Antes vou me apresentar, sou o Philippe, trabalho para o governo francês, faço pesquisa agrônômica e participo do Projeto Diálogos e outros projetos aqui no Brasil. Cheguei aqui em 2004 e, posso dizer que até hoje eu vi algumas coisas mudarem. Mudou não do tamanho que se precisa para os desafios, mas tem coisas que mudaram. Eu gostaria de dar esse testemunho porque eu acho importante. Em 2004 aqui no Brasil, a mídia quando falou da mudança climática, só tinha esse comentário que as mudanças climáticas são para os países do norte, que estão tentando imaginar alguma coisa para impedir, para elas pararem. Hoje, já na realidade de todo mundo, até a mídia, as revistas que são do setor, reconhecem que temos todos o problema da mudança climática. O segundo comentário é sobre algo que passou há dois anos atrás. O governo não tinha ideia de decidir metas quantitativas, nem se falava disso. Hoje já tem perguntas para ver se o objetivo é o Ministério, se é para todo o governo ou a sociedade, mas tem que ser debatido. Então eu acho que é um lado positivo. Só mais um exemplo de um tipo diferente, visitei há pouco tempo atrás o município de Uruará, na Transamazônica, e o Colégio Técnico de Uruará tem todo um grupo de jovens agricultores que são muito entusiasmados pelas técnicas da unidade de conservação, que permite a eles continuar a produzir milho e feijão em terras ditas degradadas, sem precisar degradar mais florestas. Então, eu acho que a sociedade já tem, tanto a sociedade civil, como os produtores, como os políticos, tem coisas que estão mudando, estão mudando para melhor, há muito por se fazer ainda, mas está na hora da sociedade pensar, pode-se ter um pouco de otimismo, mas os desafios são grandes. Obrigado.

Brent Millikan: Obrigado, Philippe, é sempre bom terminar com palavras de otimismo, eu queria agradecer aos membros da mesa, Mary Alegretti, Adriana Ramos, Júlio Miragaya e Nilfo Wandscheer. Queria agradecer mais uma vez ao Projeto Diálogos, pelo apoio de possibilitar a vinda aqui, principalmente do Nilfo e do Venilson. Queria agradecer também ao Venilson, ao CCBB pelo apoio, ao pessoal de som, da imagem, a moça do microfone, por nos acolherem aqui. Eu gostei da observação de que as casas de cultura têm um papel importante, no sentido de apoiar projetos socioambientais. Socioambiental tem tudo a ver com cultura no final das contas. Agradecer imensamente ao Adrian Cowell, à Stella e aos outros colegas como a Luiza, por toda essa iniciativa de realizar esse evento, de trazer todo esse acervo fantástico do Adrian, que é uma coisa única, que só engrandece e contribui para todo esse debate no Brasil e, por vocês ficarem aqui até o final. Boa noite e obrigado.